



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharias

ARQUITECTURA PARA VIVER OU PARECER? A PROBLEMÁTICA DO ANEXO E A CONSCIENCIALIZAÇÃO PARA ESPAÇOS DE FRUIÇÃO

Alexandra Canelas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura
Arquitectura
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor José Neves Dias
Co-orientador: Prof. Doutor João Dias das Neves

Covilhã, Outubro de 2011

Folha em branco

Resumo

O exercício da arquitectura não se resume aos actos directamente envolvidos nas fases de concepção, de projecto. Para que ela possa ser bem aceite e cumpra integralmente a sua função, é fundamental que se perceba o seu alcance, se conheça o seu destinatário e as expectativas que nela recaem para uma fruição plena e sustentável.

A *casa*, elemento fundamental na vida do Homem, face visível do nosso código social e moral, evolui com a cultura daqueles que a utilizam mas nem sempre no caminho desejado, de harmonia entre o mundo social e o mundo natural. É hoje por demais evidente a alteração da face do país. A “ausência de uma afirmação arrogante de personalidade, um sentido íntimo de decoro e modéstia” (Barata, 1989) características da arquitectura vernácula, têm vindo a ser substituídas por uma necessidade de ostentação e vaidade que se materializam em formas ornamentais exageradas, diversa volumetria e por vezes exuberante composição dos elementos arquitectónicos, degenerando a natureza da arquitectura de um modo geral.

Atribuiu-se essa responsabilidade aos emigrantes mas constata-se que é uma tendência extensiva a uma vasta faixa da sociedade. Ao contrário do uso atribuído à casa nas sociedades industrializadas e terciarizadas, mero objecto de consumo, um número considerável de portugueses vê nela um forte desejo de individualismo, independência e autonomia e serve-se dela para ostentar estes valores, como se as matérias e os objectos fossem portadores de uma mensagem a ser decifrada. Recorrentemente se abdica da função primária de abrigo, adequado ao nosso corpo e ao nosso espírito, para dar primazia à vaidade, ao sacrifício da moda, à urgência de suscitar inveja e manifestar poder.

Uma eloquente manifestação destas alterações é o fenómeno do “anexo”, objecto de estudo do presente trabalho e cuja proliferação surge como uma âncora para a qual é transferida de forma significativa a dinâmica familiar.

Desta forma, os anexos - estes sim, correspondendo às necessidades dos seus utilizadores - não representam a imagem mas antes a alma daqueles que os povoam. A casa deveria, sem dúvida, constituir o lugar de confiança, onde o esforço pedido pelas horas passadas no exterior, a protecção física face às inclemências da natureza permitisse a descontração geral da nossa vigilância.

Mas, por outro lado, para o bem e para o mal e contrariamente ao que se possa pensar, esta realidade não deixa de ser uma forma de expressão do povo e da sua cultura.

Esta dissertação pretende ser um contributo para uma reflexão sobre tais inquietações, baseando-se na realização de trabalho de campo em duas áreas distintas, a saber: Braga e Bragança.

Palavras-chave: Casa, Ícone, Anexo, Fruição.

Folha em branco

Abstract

The practice of architecture is not limited to acts directly involved in the design of the project. For it may be well accepted and fully complies with its function, it is essential to realize the scope. We must know its aim, the expectations that relay on it, to a supportable and satisfactory enjoyment.

The *house*, a key element in the life of man, the visible face of our social and moral code, evolves with the culture of those who use it but not always in the desired path of harmony between the social world and the natural world. It is now too obvious the change of the country's face. The "absence of an arrogant personality, an intimate sense of decorum and modesty" (Barata, 1989) features of vernacular architecture that have been replaced by a need for ostentation and vanity that manifests itself in exaggerated ornamental shapes, different volumetric and sometimes lush composition of architectural elements, degenerating nature of architecture in general.

This responsibility was attributed to migrants but there is a trend that is covering a wide range of society. Unlike the use assigned to the house in industrialized societies, a mere object of consumption, a considerable number of Portuguese sees in it a strong desire for individualism, independence and autonomy and serves it, to bear these values, as materials and objects were carriers of a message to be deciphered. Repeatedly they abdicate the primary function of shelter, suitable to our body and our spirit, to give primacy to the vanity, the sacrifice of fashion, the urge to raise jealousy and manifest power.

An eloquent demonstration of these changes is the phenomenon of "attachment", object of study of this work, whose proliferation emerges as an anchor and to which is transferred, significantly, the family dynamics.

Thus, the attachments - these corresponding to the needs of its users - do not represent the image but the soul of those who inhabit it. The house should definitely be the place of trust, where the effort requested by the hours spent outdoors, physical protection against the inclemency of nature allows the general relaxation of our vigilance.

Contrary to what one might think, this reality does not cease to be an expression of people and their culture.

This thesis aims to contribute to a reflection on these concerns, based on the performance of field of work in two distinct areas, namely Braga and Bragança.

Keywords: House, Icon, Attachment, Fruition.

Folha em branco

Índice

RESUMO	III
ABSTRACT	V
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
1. Relevância Temática	1
2. Objectivos	2
3. Metodologia	2
4. Estrutura da Dissertação	3
PARTE I - FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO	4
CAPITULO II CASA: - LAR A CASA - ÍCONE	4
1. Nota Introdutória	4
2. Casa-lar: a Essência da Arquitectura	4
2.1 A Origem do Conceito <i>Casa</i>	6
2.2 Casa, a Procura por um Conceito Actual	9
2.3 A Importância de Projectar a Casa	10
2.4 A Diversidade do Espaço Residencial	12
2.5 O Acto de Habitar	14
2.6 Dissolução do Conceito de Casa -Lar Através do Tempo	16
3. Casa - ícone: Objecto de Ostentação	18
3.1 O Significado Particular do Exterior da Habitação	18
3.2 A Estétização da Arquitectura	20
4. Nota Conclusiva	23
CAPÍTULO III HABITAÇÃO: O ESPELHO DA CONDIÇÃO SOCIAL	25
1. Nota Introdutória	25
2. O marcar de um Estilo de Vida pessoal	25
2.1 A Habitação como Objecto de Desejo	26
3. O papel dos Objectos no interior da Casa	27
4. A Casa como Fachada	28
5. A casa enquanto Objecto de Ostentação - Exemplos ilustrativos	29
6. Nota Conclusiva	31

PARTE II- ESTUDO EMPÍRICO	32
CAPÍTULO IV O FENÓMENO ANEXO: ESTUDO DE CAMPO	32
1. Nota Introdutória	32
2. Breve perspectiva epistemológica	33
3. Enquadramento Metodológico	33
4. Tema, Definição e Estudo de Campo	34
5. Objectivos	35
6. Problema e Objecto de Estudo	35
7. Questões de Pesquisa	36
8. Hipóteses	36
9. Recolha, Apresentação e Análise de Dados	37
10. Conclusões Preliminares	42
CAPÍTULO V AVALIAÇÃO E REFLEXÕES: CASO REPRESENTATIVO	46
1. Nota Introdutória	46
2. Estudo de caso	47
2.1 Custo por m ²	48
2.2 Ambiente propício ao Conforto Termo-Higrométrico	49
3. Nota Conclusiva	55
PARTE III	56
CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES	56
1. Conclusão - Considerações finais	56
2. Limitações e Constrangimentos	58
3. Sugestões	60
BIBLIOGRAFIA	62
ANEXOS	64

Folha em branco

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1. Relevância Temática

A *casa* surge, desde sempre, como o símbolo mais tangível do social intimamente ligado à célula - pilar da sociedade, a família. É ela, a casa, que serve de referência à organização da existência humana. É através dela que se plasman as representações colectivas. Se o exterior da habitação representa o inconsciente do homem, as características exteriores dominantes de toda a arquitectura deverão representar o inconsciente colectivo: “se existe uma obra humana que mostra o estado de uma civilização, é sem dúvida a habitação” (Morgan, 1881).

Em termos mais pragmáticos esta definição tem vindo a perder a sua essência, possivelmente, como resultado de uma evolução arquitectónica significativa, que permite actualmente, que a casa constitua um ícone de estatuto social, propositadamente concebido para além das necessidades do seu utilizador, do qual não desfruta plenamente e tendo em vista apenas a criação de uma *imagem*, como se os objectos e as matérias fossem portadores de uma mensagem de poder e ostentação.

A concepção de casas sobredimensionadas, desprovidas de vida, acarreta custos que não justificam o proveito que delas é retirado. O ambiente de ostentação gerado, pleno de ordem formal, intimida ao toque e incita à concepção de anexos. Ao contrário do que seria esperado, são estes anexos que assumem as funções naturalmente destinadas à habitação propriamente dita. Elementos desprovidos de sentido estético onde a arquitectura é descorada mas onde a vivência se processa de maneira muito mais natural e descomplexada. A presente temática torna-se relevante na medida em que, mesmo não mencionando as consequências nocivas deste fenómeno, a arquitectura, concebida para o homem, deve assumidamente ser capaz de suprir as necessidades do seu utilizador, estimulando-o a uma fruição plena e ambientalmente responsável.

2. Objectivos

Face à relevância temática anteriormente apresentada, a presente dissertação tem como objectivo principal a realização de um estudo de campo que visa perceber *in loco* os motivos inerentes às referidas transformações no âmbito da arquitectura, cujas repercussões têm vindo a alterar a face do país.

A proposta em causa visa: uma abertura de mentalidades face a opções incongruentes, suscitar a dúvida e, em última instância, passar à acção, recuperando a verdadeira essência da arquitectura, que se apresenta recorrentemente irradiada do seu objectivo principal.

Enumeram-se como principais objectivos específicos da presente dissertação:

- Dissecar o conceito de “casa” junto dos seus utilizadores, por forma a procurar compreender as motivações inerentes à sua concepção;
- Apurar a noção que estes possuem de utilidade e conforto versus estética e ostentação;
- Compreender o que leva um considerável grupo de portugueses a investir em habitações sobredimensionadas, das quais não desfruta;
- Avaliar o reflexo desta atitude enquanto geradora de desperdícios, gastos adicionais;
- Salientar a poupança a obter na opção por edifícios (casas) concebidos à medida do seu utilizador;
- Avaliar a repercussão desta tendência na arquitectura portuguesa;
- Reflectir sobre o papel do arquitecto perante esta problemática.

3. Metodologia

A metodologia subjacente à realização da presente dissertação teve como princípio basilar, dar resposta aos objectivos expostos no ponto 1.2.

Delinearam-se essencialmente três fases para a definição da presente metodologia: A primeira fase, compreende a recolha e revisão bibliográfica essencial para o desenvolvimento do conteúdo relativo às temáticas abordadas. A segunda fase, diz respeito à realização do estudo de campo, por amostragem, em duas áreas distintas: a primeira área corresponde à freguesia de Nine - distrito de Braga e a segunda, à cidade de Bragança. A metodologia aplicada ao estudo de campo, foi sofrendo alterações à medida que este ia progredindo e as mudanças se apresentavam como lógicas, obrigatórias. A selecção aleatória de casas providas de anexo, esteve na base do referido estudo. Privilegiou-se o anexo em detrimento da moradia no que concerne à captura de imagens de interiores¹, uma vez que se tornava imperativo perceber as actividades desenvolvidas nesse espaço e a sua relação com o edifício principal. Procedeu-se ao inquérito de opinião e recolha de elementos do projecto da moradia e anexos sempre que possível.

Após a realização da fase de estudo de campo, seguiram-se a análise e tratamento de dados no sentido de extrair conclusões.

A terceira e última fase, corresponde ao reflexo das conclusões provenientes da fase anterior e que resultaram na análise da vertente projectual de um dos casos de estudo, com vista a apresentar conclusões objectivas, passíveis de suscitar no mínimo, a dúvida e induzir a mudança, se possível

Tentou minimizar-se a sensação de invasão na intimidade das pessoas e adoptou-se uma posição objectiva relativamente ao estudo, de forma a não provocar constrangimentos que inviabilizassem a progressão do trabalho de campo.

4. Estrutura da Dissertação

A estrutura da presente dissertação compreende três partes fundamentais, que a seguir se explicam:

A primeira (Parte I- Fundamentação do Estudo), diz respeito ao enquadramento teórico relativo à temática da habitação na perspectiva em estudo, constituída por dois capítulos II e III, *Casa-lar a Casa-ícone* e *Habitação: O Espelho da Condição Social*, respectivamente. Esta parte consolida e legitima a parte II.

A segunda (Parte II - Estudo Empírico), compreende os capítulos IV e V, *O Fenómeno Anexo: Estudo de Campo* e *Avaliação e reflexões: Caso Representativo*, respectivamente. A segunda parte assume-se nuclear, na medida em que assimila todo o trabalho desenvolvido ao longo do estudo de campo e extrai conclusões preliminares, que na terceira e última parte darão lugar a uma reflexão mais aprofundada.

Na terceira parte (Parte III - Conclusões), têm lugar as considerações finais relativamente à temática abordada, respectivas conclusões, constrangimentos do estudo e sugestões.

PARTE I - FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO

CAPITULO II Casa: - Lar a Casa - Ícone

*“Que a casa seja reino para uns,
simples ninhos para outros, palácio, baluarte,
ou choupana - façamo-la verdadeiramente nossa,
reflexo da nossa alma, moldura da vida que nos é destinada.”*

(Raul Lino: 1993,11)

1. Nota Introdutória

No presente capítulo, pretende-se fazer uma retrospectiva da evolução do conceito casa-lar¹ a casa-ícone. É do conhecimento geral, que a casa que antes² apenas nos abrigava e protegia não basta, agora, para dar resposta às exigências, tidas como essenciais, de um novo nível de vida. Contudo, o dito essencial afigura-se aqui subjectivo. A casa enquanto lar terá evoluído para uma espécie de casa-ícone, onde, recorrentemente, se abdica da função primária de abrigo, adequado ao nosso corpo, para dar primazia à vaidade, ao sacrifício da moda, à urgência de suscitar inveja e manifestar poder.

2. Casa-lar: a Essência da Arquitectura

Casa e lar, termos usualmente empregues como análogos, mas no que concerne à sua natureza, apresentam significados distintos. De referir que o conceito de casa, empregue de forma recorrente na presente dissertação, foi opção, em detrimento do termo vivenda ou habitação (mais técnicos), na medida em que, independente das classes sociais, este constitui um termo simples que sintetiza a noção de habitação privada. Pensa-se ainda, que a

¹ O conceito casa-lar é adoptado na presente dissertação como essência da arquitectura habitacional. Admite-se a inexistência de uma fórmula que esteja na origem da *casa-lar*, de tal forma que não é ambição da arquitectura aqui defendida, a constituição do dito lar. Remete-se para o homem, em exclusivo, a detenção dessa capacidade à qual a arquitectura apenas dá o seu contributo. A omissão de imagens neste contexto é propositada, à semelhança de Gaston Bachelard em *A Poética do Espaço*, privilegiam-se as descrições, na medida em que as mesmas nos transportam para um plano superior, o da imaginação, do sonho por vezes, não constituindo uma barreira ou um conceito último e pretensioso.

² O *antes* adoptado admite-se subjectivo: remete-nos para o tempo das cavernas, a necessidade de abrigo e protecção procurado pelo homem, que culminaria mais tarde na origem da arquitectura; Ao mesmo tempo que nos remete para uma arquitectura popular e modesta, desprovida de artificialismos, fazendo apenas face às necessidades dos seus habitantes.

simplicidade do termo retrata de forma mais elucidativa o conceito de lar, não que ambos estejam intimamente ligados. A casa pode ser independente do lar, já o lar, só o é perante um invólucro protector, que pode assumir as mais diversas modalidades, incluindo a da casa. O vocábulo lar apresenta-se abstracto, algo próprio das vivências, do ser humano, que não é passível de ser materializado. Contrariamente à casa, que é idealizada para posterior materialização.

A essência da arquitectura no contexto da habitação, relaciona-se sobretudo, com a concepção de casas cujo conceito de lar lhe fosse indissociável. A casa, enquanto objectivo primeiro da arquitectura, para conferir abrigo ao homem, deveria indubitavelmente constituir um lar, pelo menos numa visão mais poética da arquitectura. Que maior homenagem se pode prestar a um arquitecto, senão a de explorar a sua obra ao mais ínfimo detalhe, para alguém fazer dela o seu lar, onde se refugia e repousa, partilha momentos em família e se sente verdadeiramente “em casa”? O seu lugar no mundo.

A arquitectura não é, contudo, detentora do poder de fazer da casa um lar, quanto muito, possui os artefactos que poderão dar lugar ao dito lar. Certo é, que o conceito de casa será tanto mais fidedigno quanto mais próximo for o conceito de lar. Remete-se uma vez mais para a visão poética da arquitectura³, isto porque se acredita que o termo casa intimamente ligado a lar tem vindo a perder-se, aliado necessariamente a um degenerar do sentido da arquitectura.

Como referiu Manuel Cerveira (2008) na sua crónica, *Arquitectura Moderna e Arquitectura Vernácula*, urge uma reflexão profunda sobre a acção da arquitectura, para que novas formas de concepção não comprometam a vivência humana. O sentido maior da arquitectura passa, certamente, por dar resposta às questões pertinentes da sociedade e do mundo actual.

Partindo do princípio de que a arquitectura expressa a realidade de uma época, como uma espécie de *espírito do tempo*, compete-lhe dar resposta aos problemas específicos da sociedade e da cultura onde se inscreve, tendo como objectivo primordial, criar o espaço onde decorre a vida das pessoas.

Evocando novamente o sentido da arquitectura, este deverá residir, acima de tudo, na capacidade de gerar soluções e nunca de avolumar problemas. O arquitecto, enquanto elemento interventivo na sociedade e pleno de consciência, não pode alhear-se da realidade que o rodeia, mas antes usar da sua perspicácia perante o momento e antecipar as necessidades.

Pretende-se um «resgatar» do sentido da arquitectura no âmbito da habitação, ou quando muito, suscitar a dúvida. Este conceito de «resgate» passa sobretudo pela produção de novas casas, para renovadas formas de vida, viabilizando a criação de casas - lar, providas de essência, mas cuja concepção se assume difícil numa época de mudança social rápida.

³ Por *visão poética* entenda-se uma visão menos próxima do real, antes algo desejado, que não viabiliza a possibilidade de degeneração. Intimamente ligada à *essência* da arquitectura, não concebe a inexistência de tal *estado de alma* ligado à casa - a arquitectura por excelência do homem.

2.1 A Origem do Conceito *Casa*

Se existe um termo que sintetiza toda a noção de habitação privada, julga-se ser, inequivocamente, a casa. Este é um vocábulo independente das classes sociais, das dimensões e qualidade de materiais empregues, constitui a simples casa que a criança reproduz: paredes, telhado com duas águas, porta e janelas, e por fim a chaminé, onde sai o fumo do fogo, que aquece a família. É esta noção quase *infantil* de casa que passa muito próximo do conceito lar, que entendemos como essência da arquitectura, algo desprovido de artifícios materiais, que privilegia o conforto e vivências humanas.

Desde cabanas, *domus*, castelos, *villas*, *palazzos*, denominações históricas representativas do espaço unifamiliar mais elementar, funcional e próximo do homem, que a casa “veste”, como uma espécie de terceira pele, como uma roupa que o abriga e protege o Homem. O termo casa surge como vocábulo capaz de unificar as diferenças sociais, algo próprio e universal.

Para Jorge Miguel (2001), o conceito de casa surge durante o Império Romano como sinónimo de cabana, tugúrio, choupana, de característica rural, como antagonismo ao termo *domus* que indicava a habitação urbana. *Domus* no seu domicílio. De *domus* originou-se *dominus*, “senhor”, uma vez que o amo da casa era o senhor.

A progressiva degradação das condições de vida, o refrear das actividades económicas, os periódicos flagelos das guerras e das pestes durante a Idade Média, reduziram as *domus* de pedra e mármore, até quase extingui-las por completo, multiplicando-se as *casae* de madeira e barro. Até ao século X, e posteriormente, as únicas construções em alvenaria foram os castelos e igrejas. Na cidade, a igreja distinguia-se através das dimensões e sumptuosidade, a que fora atribuído o termo *domus* a casa do Senhor, rodeada por uma extensão miserável de *casae*. Desde então, chamou-se *duomo* (domo), *domus*, a morada de Deus e *casa* à morada humana.

Segundo o mesmo autor, hoje, o conceito *casa* surge como um edifício, ou parte dele, destinado à habitação humana. O vocábulo representa aqui um objecto construído à espera de um uso familiar.

Cabe às relações do plano físico e à troca emotiva entre moradores fazer da sua casa um lar. A casa e o homem coabitam numa relação de pura intimidade, onde o homem condiciona a configuração da casa através do seu estilo de vida. Assim, ela assume, muitas vezes, uma dimensão simbólica de algo próprio e pessoal - lar. De referir, uma vez mais, que a palavra lar não se apresenta aqui como definidora do espaço privado, não se pretende uma quase sinonímia dos termos, casa e lar, na medida em que apesar de próximos, não são contudo indissociáveis e possuem pontos relevantes que os distinguem, nomeadamente a materialidade e imaterialidade próprias da casa e lar, respectivamente.

A casa apresenta-se assim, como um espaço/forma que procura estar adequado e constituir a resposta apropriada ao modo de vida dos seus utilizadores. Um objecto

construído, com valor económico, abrigo, invólucro protector, parte integrante do ambiente que a rodeia. Não ignorando que a unidade casa é resultado de um complexo processo que reúne factores sociais, económicos e técnicos, determinantes na sua conformação, pretende-se aqui focar de forma quase exclusiva, a relação casa - ser humano, a forma como os distintos modos de vida, orientam a configuração da casa.⁴

Deste modo, a procura por uma definição do vocábulo *casa*, compreende na grande maioria, descrições próprias de um lar. O ideal seria que ambos fossem indissociáveis. Contudo, como veremos mais à frente a casa nem sempre constitui um lar, embora que para a constituição do mesmo lhe bastem a família, as paredes e cobertura. Assiste-se a uma crescente tendência para o “abandono do lar”, ou do termo casa, enquanto unificadora das classes sociais. Não nos iludamos com as descrições de Norberg-Shulz (1975) e Sacriste (1968).

Para Norberg-Shulz a casa constitui “*o lugar central da existência humana*”, “*o local onde a criança aprende a compreender a sua existência no mundo e o lugar de onde o homem parte e regressa*”. Já Eduardo Sacriste é peremptório em afirmar que as nossas vidas estão inevitavelmente ligadas à casa. “*O fervor mais antigo da nossa primeira vivência, as imagens recônditas da infância que têm eco nos seus muros, às vezes com ténue resplendor de uma irrecoverável felicidade, outras com a nostalgia do que já não existe ou o frio desapego por ingratas evocações, já que ela é o cenário do drama quotidiano da vida.*”

Para Sacriste, o princípio e a essência da *casa*, são sinónimo de refúgio familiar, abrigo para o homem, uma espécie de microcosmo privado. Digamos que o termo *essência da casa* se apresenta de todo pertinente, elucidativo. Se a casa constitui a essência da arquitectura, o lar constitui, acredita-se, sem dúvida a essência da casa. Em ambos o homem é o elemento-chave. Jorge Miguel (2001) considera que, por mais modesta que possa ser a casa, bastam-lhe as paredes e vedações para “*imaginar-se uma existência não ameaçada*” mesmo que simbolicamente. Constitui o castelo, a fortaleza daqueles que a habitam, onde se refugiam das agressões externas. O seu local de descanso e prazer sobre a terra.

A casa, enquanto elemento arquitectónico puro, construído e inerte não constitui o conceito “*casa-lar*”. Para que ela assuma esta conotação e ganhe vida, necessita do homem, que lhe atribui significado. Esta relação íntima será tanto mais profunda quanto a dimensão da ligação, podendo tratar-se de uma casa comprada, arrendada, ou a casa concebida a pensar em cada um. Cabe ao Homem estabelecer os valores de uso, convivência e relação familiar que farão da casa o seu lar.

Neste sentido, o conceito de *Lar* apresenta-se como algo subjectivo, algo não material, de difícil aceção. Numa tentativa de definir o conceito, Jorge Miguel (2001) acrescenta que o *lar* é uma condição complexa que integra memórias, imagens, passado e presente, sendo um complexo de ritos pessoais e rotinas quotidianas que constitui o reflexo dos seus habitantes, sonhos, esperanças e dramas. Nas suas palavras, “*O lar... é a vivência familiar*

⁴ Neste contexto, a casa compreenderá para além de um objecto construído, a indissociabilidade dos habitantes e respectivas formas de vida.

dentro da casa, o aquecimento ou a frialdade; o ruído ou o silêncio, a calma ou a tempestade emotiva, o equilíbrio ou a desarmonia, o clima espiritual que ecoa nos ambientes concretos da casa.”

“Ao entendermos a casa como a terceira pele individual, o lar é a pele colectiva, a que integra, protege e une todos os integrantes do ramo familiar ao redor de um foco centralizado, o “focus,” o fogo ardente, símbolo espiritual da união e da integração.” (Miguel,2001).

A definição do autor remete-nos para o calor interior que agrega a família no âmago de um invólucro protector, quase que impenetrável. *“O fogo que reúne ao seu redor todos os integrantes de um laço familiar, sendo, de um modo figurativo, um manto que aquece e une todos num mesmo instante. A identificação do fogo está presente nas cabanas rústicas como o elemento mais próximo à vida. O fogo cresce, move-se, aquece, destrói e é quente, uma das qualidades fundamentais associada à vida humana.”* Segundo o autor, a extinção do fogo, com as suas cinzas frias é associado ao frio do corpo de um ser quando morre. Num paralelismo entre o conceito da alma que anima o corpo, material e o fogo, o espírito que anima o corpo da casa. Jorge Miguel (2001) recupera a ideia de Vitruvio que terá sido o primeiro a procurar a essência da casa, remetendo a origem da sociedade humana ao descobrimento do fogo e conseqüentemente à necessidade de arquitectar, de proteger o fogo. Para o autor, a essência da arquitectura está associada à cabana que protege o fogo, que por sua vez, aquece a família. A cabana primitiva e o fogo revelam-se, neste contexto, inseparáveis. A primeira habitação seria, assim, o resultado de um fogo protegido. O primeiro edifício onde poderiam ser encontradas e sintetizadas as regras naturais da arquitectura. Aqui o fogo aparece como o elemento protoarquitectónico, originário de uma arquitectura como mito, rito e consciência. O fogo - representado por Héstia, a deusa grega do lar - associa-se à casa para representar a criação de um lar, que através da sua chama trespassa a imagem da fertilidade e metáfora da vida. O fogo representa a alma da casa, sendo um símbolo da fertilidade feminina e da vida, chama sagrada e benéfica.

O invólucro protector, para que nos remetia a definição apresentada pelo autor, não é mais que um revestimento delimitador entre o público e o privado, em que o privado, constitui um interior próprio e pessoal. É neste interior que poderá constituir-se um lar, numa espécie de microcosmo. A relação público-privado, e a necessidade de uma espécie de revestimento delimitador, crê-se, tem estado na origem de muitas das transformações da casa.

Definidos os termos de forma individual, assume-se pertinente uma tentativa de definição da expressão *casa-lar*. Partindo do princípio de que o vocábulo *casa* é relativo a um espaço/forma que procura estar adequada e constituir a resposta apropriada ao modo de vida dos seus utilizadores e que, por sua vez, a palavra *lar* é entendida, segundo esta linha de pensamento, como condição complexa que integra memórias, imagens, passado e presente,

um complexo de ritos pessoais e rotinas quotidianas dos seus habitantes, por conseguinte, a expressão *casa-lar*, a essência da arquitectura, teria por base um espaço ou forma adequado e propício ao conforto e vivências familiares, em toda a sua plenitude, abrigo do corpo e do espírito.⁵

A edificação recém-construída, a casa, imaculada, vazia, desprovida de vida, anseia pela vitalidade oriunda dos futuros habitantes. Projectar a casa, deveria pressupor a criação de um lar, antecipando uma distribuição espacial para uso adequado, “*um lar na sua verdadeira concepção, onde está presente o elemento fundamental da formação do carácter e da personalidade*”, Jorge Miguel:2001).

2.2 Casa, a Procura por um Conceito Actual

As definições apresentadas afiguram-se coerentes, ao mesmo tempo que nos remetem para uma visão longínqua e modesta da arquitectura. A questão que se coloca é se tal definição, *casa-lar*, é aplicável no presente, se apesar de todos os avanços e desvios inegáveis (defende-se), terá o conceito persistido até aos dias de hoje?

É do conhecimento geral, que desde o tempo das cavernas, o homem utiliza espaços para se proteger do clima, das intempéries, das invasões de animais, dos inimigos. A casa (tenda, caverna, cabana, etc) envolve o indivíduo, conferindo-lhe abrigo e condições à sobrevivência. Confirmando a visão longínqua que se enunciava anteriormente, equaciona-se a sua lógica na actualidade. Gaston Bachelar (2008) descreve a casa como o nosso canto do mundo, o nosso primeiro universo. Assim, a casa constitui um local de intimidade, protecção e calor, confirmando o que havia sido enunciado até então, numa convergência de definições pelos diferentes autores. No entanto, não havendo intimidade, conforto e habitabilidade, a casa constituirá um lar? Irá a casa ao encontro do princípio e da própria essência da arquitectura habitacional?

A questão do princípio e da essência da arquitectura habitacional gera controvérsias. Entre presente, passado e futuro, não se presume que os princípios permaneçam imutáveis, já no que concerne à essência, espera-se que assim seja. Remetendo uma vez mais à essência, ao lar, à alma da casa, que até ao que se sabe não é passível de mutações perante determinado momento, é antes algo abstracto, que carece de condições à sua existência. Condições estas, que não são necessariamente materiais, mas quase exclusivamente humanas, daí que a arquitectura, por si só, não detenha o poder de conceber a *casa-lar*.

Certo é, acredita-se, a casa constitui um símbolo assestado entre o microcosmos do corpo humano e o cosmos, um “meio-termo” do qual a configuração iconográfica é de todo

⁵ Corpo enquanto casa e espírito enquanto lar, num paralelismo entre material e imaterial.

relevante no diagnóstico psicológico e psico-social, numa espécie de aferição do simbolismo da identidade.

Entendida como refúgio familiar, a casa é percebida como um microcosmo privado, um pequeno mundo de intimidade, em confronto com o público, o cosmos, seja ele uma aldeia ou metrópole. A casa constitui, assim, a referência do homem no cosmos. As paredes remetem-nos ao invólucro protector, o “meio-termo” entre os diferentes mundos, onde a forma constitui um meio de linguagem visual. É este tipo de linguagem que nos permite, exteriormente, aferir sobre a identidade do proprietário, que tem na casa uma espécie de símbolo e ao mesmo tempo, voltando-

-nos para o cosmos, de uma sociedade em geral.

A introdução de novas formas da casa, associadas a determinada identidade⁶ do proprietário, remete-nos para uma arquitectura mais próxima da actualidade, com o respectivo distanciamento do conceito *Casa-lar*, como corruptela de lareira. A questão colocada anteriormente afigura-se agora mais complexa, através da introdução de novas condicionantes da arquitectura habitacional.

2.3 A Importância de Projectar a Casa

A casa constitui um elemento fundamental na vida do Homem e por conseguinte o elemento primordial da arquitectura. Fruto da necessidade de conferir abrigo e protecção, concedendo-lhe tranquilidade e repouso retemperadores. Para muitos, ela resume o esforço de uma vida, espelhado em cada canto, daquele que é o seu túmulo no decorrer da vida. A par da família, a casa, constitui seguramente o elemento-chave na vida do ser humano. Mais importante do que conceber um edifício público, de grande visibilidade, que as pessoas visitam de passagem, é conceber aquele que será o abrigo de uma vida do nosso semelhante, que anseia por um espaço acolhedor, à sua imagem e semelhança, que assistirá ao crescimento da família e que com ela fará parte integrante da sua história. O encanto da arquitectura reside sobretudo, neste sentido de utilidade, de harmonia, na capacidade de dar resposta.

Gaston Bachelard (2008) retrata de forma peculiar a casa do futuro:

“Por vezes, a casa do futuro é mais sólida, mais clara, mais vasta que todas as casas do passado: No oposto da casa natal trabalha a imagem da casa sonhada. No entardecer da vida, com uma coragem invencível, dizemos ainda: o que ainda não fizemos será feito. Construiremos a casa. Essa casa sonhada pode ser um simples sonho de proprietário, um concentrado de tudo o que é considerado cómodo, confortável, saudável, sólido ou mesmo desejável para os outros. Deve contentar então o orgulho e a razão, termos inconciliáveis.

⁶ Concebida à sua imagem e semelhança.

[...] Talvez seja bom guardarmos alguns sonhos para uma casa que habitaremos mais tarde, sempre mais tarde, tão tarde que não teremos tempo para construí-la.

Uma casa que fosse final, simétrica à casa natal, prepararia pensamentos e não mais sonhos, pensamentos graves, pensamentos tristes. Mais vale viver no provisório que no definitivo” (2008, 74).

Bachelard sintetiza de forma elucidativa, aquele que é o sonho de uma vida do homem, a casa, daí a expressão *casa do futuro*, algo que se anseia materializar num futuro próximo, distante ou inatingível. Não a casa que nos abriga e protege, mas a sonhada.

Abandonaremos aqui por momentos o conceito *Casa-lar* na sua essência para dar lugar ao sonho que se manifesta numa casa que não reúne somente as condições necessárias à vivência da família, à constituição do lar, mas que acrescenta todos os sonhos e devaneios ligados à habitação, ao desejo de satisfazer anseios pessoais e colectivos. Aquela capaz de contentar o “*orgulho e a razão*”, termos inconciliáveis, mas amplamente ambicionados. Nem sempre o que é considerado cómodo, confortável, saudável, sólido corresponde à razão, nem esta por sua vez, ao desejável para os outros. Transpor tais anseios para a realidade, acarretará *desvios* à arquitectura, sobre os quais nos debruçaremos mais à frente. Como referira Bachelard, por vezes, “mais vale viver no provisório que no definitivo” (2008, 74), o sonho permanecerá sonho até à sua materialização.

Independente da dimensão, da importância que cada projecto possa acarretar, o arquitecto tem o dever de indiscriminadamente converter todo o investimento em qualidade e bem-estar. O conceito do *belo* não pode limitar-se ao estilo da construção, mas antes, a um sentimento geral de harmonia entre os desejos do proprietário, a habilidade do arquitecto e as condições inerentes.

Conciliar a razão e o orgulho do proprietário não é tarefa fácil e a concretização daquele que seria um sonho acarreta por vezes frustrações. Porque o sonho é mesmo isso, algo imaterial, próprio da imaginação e da capacidade de desejo.

De difícil materialização, por razões várias, o sonho abarca, quase sempre o que não podemos ter no presente, o que desejaríamos alcançar num futuro enigmático. A concretização do mesmo constitui o seu término, ou a transição para algo mais ambicioso, a velha máxima de que *o sonho comanda a vida*, legítima este desejo, mesmo que inalcançável. Sonhar implica quase sempre algo maior, a expressão de Raul Lino, de que a casa deverá ser a moldura do seu proprietário remete-nos para a realidade. A casa assume diferentes modalidades de família para família, próprias de condições económicas, sociais, psicológicas. Se para uns a realização do sonho se afigura concretizável, para outros, não passará de utopia, confirmando a *vida* que é destinada.

Acima de tudo, defende-se que a habitação não deverá constituir uma *moldura* envergonhada, muito menos, fictícia, na medida em que a grandeza ficcionada ou a humildade envergonhada, anula a sua essência, reflexo da alma, transportando-a para segundo plano. Ignoremos os demais e resgatemos o conceito *Casa-lar*, no seu sentido intangível que nos aquieta a alma e transporta para valores maiores como são as imagens aparentemente mais irrisórias que vão sendo gravadas na mente do ser humano, um sem número de pormenores que reflectem a vivência da família: as flores do jardim, o aspecto envelhecido das madeiras, o crepitar do soalho, o ladrar do cão, o passar dos transeuntes.

Também Nélida Pinõn evidencia o papel da habitação para a vida do Homem ao personificar a casa e torná-la detentora de desejos. Nas suas palavras, *“tudo o que a casa almeja é a mirada agradecida do dono, que lhe reconheça a serventia. Quem, senão ela, garante-lhe a intimidade amorosa, a exaltação dos sentidos, o calor que emana das entranhas dos seus tijolos”* (1998) A casa, de facto assume aqui um valor inegável para o Homem e representa algo tão importante e necessário, que não é legítimo desdenhar, ou renegar a própria casa, que abriga e protege sem pedir nada em troca. Segundo a autora, a casa encerra em si uma série de pormenores e vivências que são exclusivas do habitante, que cabe somente a ele querer partilha-los com os demais. A casa protege, oculta e privilegia a intimidade. É onde se vive uma vida que é única, para lá de uma porta fechada. A ponte entre o público e o privado, o lar do seu dono. Ainda nas palavras da autora, a casa *“impede que o vento despótico disperse os haveres da família. Esconde a miséria, a humilhação diária, a mesa pobre. Abençoa o homem com a fechadura da qual pende, trémula, a modesta chave. Tranca a porta, não deixa que a cobiça alheia, a intriga malsã dos vizinhos, os arbítrios dos bárbaros, invadam o refúgio que se designa de lar. E tudo que a casa almeja em troca é que a respeitem”* (1998).

Este tipo de descrição é de fácil associação ao conceito *casa-lar* que se procura definir, contudo, remete também para uma arquitectura modesta e sobretudo longínqua. E, embora, no presente trabalho, se procure adaptar uma linha de pensamento que privilegia a *casa-lar* em detrimento de outras tipologias, é inegável a diversidade alcançada pelo espaço residencial e o valor arquitectónico de cada tipologia.

2.4 A Diversidade do Espaço Residencial

“O passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos diferentes, dinamismos que não raro interferem, às vezes se opondo, às vezes excitando-se mutuamente. Na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade: Sem ela, o homem seria um ser disperso” (Bachelard, 2008:21).

Concebida para o homem e pelo homem, *de corpo e alma*, a casa é moldada à sua *imagem e semelhança*. Criada com o intuito de acompanhar os tempos e dar resposta às necessidades inerentes, assume formas, modalidades, desígnios, por vezes dissonantes. Mas, como escreveu Bachelard (2008), *sem ela, o homem seria um ser disperso*.

No que concerne à descrição da casa, privilegiando a sua conformação no presente, que se afigura assaz determinante na configuração de determinado modelo habitacional. Enunciam-se alguns pontos fundamentais que se crêem que estejam na origem das recentes variações do modelo habitacional.

Por um lado, a particular evolução demográfica das últimas décadas tem provocado transformações na configuração das estruturas familiares e consequentemente no domínio das formas de habitar. Modificações ocorridas ao nível das estruturas familiares traduzem-se, *grosso modo*, numa diminuição do número de pessoas em coabitação. Verifica-se um aumento generalizado do número de pessoas que vivem sozinhas, de famílias monoparentais e de casais sem crianças.

Por outro lado, registe-se o surgimento de novas formas de trabalho, mais exigentes no que concerne às horas dispendidas no exterior da habitação, por vezes exigindo longas deslocações e intensas horas dedicadas ao trabalho. Tudo isto, em detrimento da vivência familiar, e que por si só leva a casa para segundo plano, tornando-a uma espécie de dormitório, ausente de vida ao longo do dia.

Tais mudanças, na sua generalidade, têm vindo a degenerar a essência da arquitectura. É coerente admitir que o modelo tradicional de família já não se apresenta como uma realidade generalizada, o mesmo se podendo dizer do modelo residencial, que deve por sua via acompanhar e dar resposta às necessidades do Homem. Assim sendo, a procura de respostas para novos desafios habitacionais, não se restringe a determinada tipologia habitacional, muito menos ao conceito casa-lar, na medida em que as casas, já não representam única e exclusivamente uma necessidade de protecção e abrigo, mas também um objecto de desejo e ostentação. Este será o fio condutor que nos levará à *casa-ícone*⁷ por antagonismo à *casa-lar*, mas que na actualidade se assume como recorrente, de representação duvidosa. Transparece aquilo que o seu dono deseja revelar. Num antagonismo entre *ser* e *parecer* a posição adoptada pelo proprietário remete, neste contexto, quase sempre para um parecer, onde, como reflecte a velha máxima, *nem tudo o que parece, é*.

Além de que, não existindo um único modelo de família e de habitação, pode falar-se numa diversidade de composições familiares e de normas residenciais bem como numa variedade de modos ou estilos de vida ligados à vivência num habitat.

⁷ *Casa-ícone* é entendida na presente dissertação, como fruto de um fenómeno eminentemente social, que ultrapassa os comportamentos e necessidades individuais. Dissociado do conceito casa-lar, assume-se, aqui, como expressão simbólica própria de uma cultura materialista.

O estudo do espaço residencial, à luz de tais alterações, deverá ter por base, uma análise que contemple as relações sociais e as práticas ocorridas em termos de uso e apropriação do espaço, para que sejam inteligíveis as afinidades e significados inerentes ao modo como o indivíduo constrói condições de existência, identidades individuais e posicionamentos sociais. O sujeito ou o habitante figura nas suas dimensões mais subjectivas ou idiossincráticas, como defende Ana Salvado (2004), a casa enquanto meio comunicacional, é detentora de uma linguagem falada patente no uso e apropriação do espaço. Práticas e preferências próprias de determinado habitante, são reflexo da linguagem que o mesmo transmite de forma inconsciente ou porventura propositada: o mobiliário escolhido, a respectiva disposição visual, a importância que lhe é atribuída, são códigos que os “protagonistas” emitem acerca do “território” que dominam, formas de exercício de poder ou mesmo estratégias de inserção e de pertença social.

Incidir sobre a problemática do espaço residencial conduz forçosamente à sua vertente de usos e práticas, à necessidade de considerar o tema da *qualidade habitacional*, assumindo este último um papel preponderante no quadro de relações expressivas e simbólicas. Tais relações integram os cenários domésticos, onde espaços e indivíduos agem de forma processual na definição do seu habitat.

Pensa-se serem estes os factores mais notórios e mais pertinentes que estão na base das mais significativas transformações inerentes à arquitectura habitacional. Não se inviabiliza contudo, a existência de outros de igual valor, menos evidentes.

2.5 O Acto de Habitar

O *acto de habitar* não constitui uma mera função residencial e, como tal, todos os sentidos que pudermos inscrever nas suas diferentes funções dependem do entendimento que se tem desses mesmos sentidos, objectivados em contextos diversos próprios da sociedade⁸. Diversos autores, como Jacqueline Palmade, Korosec-Serfaty, Dovey Kimberley estiveram na origem do estudo da habitação segundo uma perspectiva fenomenológica (Salvado: 2004). Fenomenologicamente, o espaço era perspectivado segundo duas leituras, às quais se associaram as concepções de espaço habitacional: *house* e *home*. A primeira directamente associada ao papel fundamental da casa, enquanto lugar de “ordem” e de reconhecimento, constitui um elemento mediador de cognição. *Home*, a segunda, enunciando funções objectivas, onde se garantem necessidades comuns à totalidade dos indivíduos. Terá sido

⁸ Onde o indivíduo é detentor do poder de partilhar ou não tais registos colectivos em jogo no campo social.

este, o momento que marcou o início da discussão em torno da casa e de uma sociologia mais compreensiva e fenomenológica⁹.

Para Palmade (1981), o acto de habitar ao longo da infância orienta os períodos das relações sociais, que por sua vez estruturam o sentido do espaço doméstico ao conferirem-lhe valor de habitação protectora¹⁰. O imaginário investido na habitação é mediado entre o simbólico, decisões pessoais e colectivas.

Por sua vez, Korosec-Serfaty (1985) percepcionou no *acto de habitar* ideias fundamentais, que assentavam numa posição dialéctica de *Interioridade versus Visibilidade*, sendo que a primeira se associava a uma noção de recato e individualidade e a segunda ao palco das relações públicas.

O que se revela interessante nesta bipolarização do conceito é a semelhança atribuída à distinção feita por Goffman (1959) entre *palco* e *bastidores*, em que a casa, aproximadamente, pode assumir, na forma como é vivida, *espaços visíveis* e *espaços máscara*, isto é, a casa pode ser, uma *apresentação* ou *representação*, em termos de performance por parte daqueles que a habitam.

Já K. Dovey (1985), traça novos contornos acerca da arquitectura habitacional, na medida em que a casa surge como jogo dialéctico no qual o indivíduo se posiciona face às representações em torno do significado da mesma e ainda do que lhe é exterior. Neste sentido pode falar-se de antagonismos sociais: *outro/ego*; *público/privado*; *comunidade/identidade* e de oposições espaciais: *dentro/fora*; *ordem/caos*; *casa/mundo* e dentro destes eixos principais: *casa/cidade*; *familiar/estranho*; *seguro/perigoso*. Assim, o significado da casa emerge da dialéctica ou da interacção entre as referidas oposições binárias enraizadas numa concepção de casa como território.

Ainda segundo esta linha de pensamento, a casa constitui um objecto processual, uma unidade totalizante de regras sociais, de funções utilitárias, lugar de apropriações e práticas, onde se podem inscrever dinâmicas de confluência entre pessoas, lugares e processos psicológicos. Reflecte igualmente valores sociais e culturais tendo por base identidades individuais e familiares.

Olhar a casa para além da sua dimensão filosófica de territorialidade percepcionada, passa sobretudo pelo tema da inclusão social, na medida em que a habitação é um dos garantes da qualidade de vida e do bem-estar em geral. Enquanto domínio privado privilegiado do actor social, o espaço doméstico assume um papel de expressão individual perante as esferas públicas, representando uma afirmação e legitimação das estratégias individuais.

⁹ Partindo do princípio que o sujeito tem autonomia e pode constituir uma fonte de conhecimento determinante para a análise dos comportamentos e práticas quotidianas em contextos domésticos e residenciais.

¹⁰ Ideia de “cosmogonia”, tendo ao longo do ciclo de vida uma importância vital para a formação de identidades espacializadas, onde cada um se identifica.

2.6 Dissolução do Conceito de Casa -Lar Através do Tempo

Reportando-nos uma vez mais ao artigo citado, a consciência do passado, enquanto conjunto incorporado de experiências e práticas residenciais passadas, torna-se relevante para a análise de situações vividas no presente, ou seja, a representação que o indivíduo faz do espaço doméstico, segundo uma perspectiva temporal. Durante um longo período da vida dos indivíduos, a casa constitui o acompanhamento da sua própria evolução estrutural, assumindo-se posteriormente menos abstracta, fundamental à concretização de aspirações, que passam sobretudo pelo bem-estar e qualidade de vida.

Filomena Silvano (2002), acrescenta o seu contributo neste âmbito através de algumas considerações acerca das mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, sendo elas, a globalização da economia e da cultura associada a um aumento significativo da mobilidade, não só da informação mas também das pessoas, e o laço que une a cultura ao espaço. Neste contexto, a concepção do espaço sofre necessárias alterações, oriundas de uma situação de mobilidade espacial. Segundo a linha de pensamento da autora a oposição simples entre o *aqui* da cultura em estudo e o *além* dos outros, deixa definitivamente de fazer sentido na medida em que a actual vida das pessoas tende a desenvolver-se em múltiplos lugares, não inviabilizando a existência de um lugar específico o de retorno, a *terra natal*. Contudo, a *terra natal*, para muitos, só faz sentido enquanto local de retorno, tendo em vista que nem sempre vivemos nos mesmos sítios, terá de alargar-se a escala, nomeadamente à regional, nacional, global, que manifestam pertinências culturais específicas.

A casa assume-se agora como multi-lugar, ou seja, dependendo do lugar onde se está e das actividades que motivaram tal deslocação a casa vai assumindo determinada configuração. Pode falar-se na «*casa de trabalho*», «*casa de férias*», «*casa de família*», «*casa de uma vida*» ou a «*casa de sonho*».

Silvano (2002) faz menção a várias representações de casa e socorre-se de um documentário que conta a história de José e Jacinta ilustrando de forma clara a ideia a transmitir; José e Jacinta passam a semana em Paris num exíguo apartamento de portaria, onde Jacinta é porteira e cuja distância, até à oficina de sapateiro da qual José é proprietário, não é superior a cinco minutos - Fala-se aqui da «*casa de trabalho*». Ao fim de semana a família desloca-se para a periferia da cidade, onde possui uma casa perto da dos pais de José. Na moradia unifamiliar do casal, o espaço é abundante: existe quarto para as crianças, sala de jantar destinada à recepção de convidados, jardim para cultivo, local destinado aos grelhados e ainda garagem - Esta casa, embora de definição um pouco ambígua, será a entendida como «*casa de férias*». Aquando das férias de Verão José e Jacinta partem para Portugal, onde dividem o seu tempo entre Argoselo e Espanadelo, as aldeias de Trás-os-Montes onde vivem os avós. Os pais de José foram em tempos emigrantes de primeira geração e edificaram a primeira casa de emigrantes da aldeia de onde são originários - que se entende

como a «*casa de retorno*»¹¹. Já os pais de Jacinta naturais de Espanadelo, habitam numa casa que pertence à família há várias gerações e que mantém a estrutura originária, independente de considerável modernização - e como tal será a representação da «*casa de uma vida*».

Torna-se pertinente a distinção entre as diferentes tipologias habitacionais para reforçar o facto de que cada vez mais a casa ideal é uma utopia, pelo menos quando vista como algo único, imutável e capaz de responder às mais prementes necessidades. Cada vez mais a casa deve adequar-se às constantes mutações, sempre no sentido de dar resposta a essas necessidades sem que ao mesmo tempo corra o risco de se tornar em algo descartável e impróprio, passível de ser abandonado e substituído à medida que as condições de vida proporcionam ou obrigam a tais alterações. Daí que pensar a casa não seja tarefa fácil, pois constitui o desafio maior que perpetua na casa a constituição e unificação das condições necessárias ao desenrolar da vida do indivíduo, quiçá ao longo de gerações. A relativa importância dada à casa deve estar associada à sua capacidade de proporcionar conforto e de dar resposta a necessidades funcionais, nunca a uma forma de linguagem com o exterior, manifestação de poder ou ostentação, que conduzem a casa para uma irremediável perda de valores.

Tendo em consideração o estilo de vida pautado pelos intervenientes do documentário é questionável o prescindir do conforto quotidiano em prol de uma residência secundária na periferia, da qual desfrutam apenas ao fim de semana.

Neste sentido, e paralelamente ao estilo de vida actual, de certo modo retratado pela história de José e Jacinta, uma percentagem considerável de indivíduos - sobretudo aqueles que desempenham uma actividade profissional exigente em termos horários - não desfruta da casa na sua plenitude. Nestes casos poder-se-á dizer que a casa passa a ser um lugar quotidiano «de retorno». O partir e voltar representam aspectos fundamentais no dinamismo da vida humana, em que a casa assume o lugar de referência. A necessidade de estabelecer tal alusão prende-se com a forma como o Homem se enraíza no espaço, o «centro» do seu mundo. Vivências, em que grande parte do dia se desenvolve para além dos limites residenciais, maioritariamente confinados ao trabalho e diferentes formas de vida social, condicionam de forma rigorosa, a existência e os tempos dedicados a actividades domésticas e relações familiares.

As dicotomias associadas ao espaço doméstico são de todo significativas onde as várias perspectivas e representações se confundem, destacando-se acima de tudo a noção entre público e privado que permanece imutável mesmo quando a casa assume um novo papel no jogo das relações entre sujeitos e espaços. As necessidades ao nível dos espaços domésticos

¹¹ Na medida em que a *casa de emigrante*, que em tempos, era facilmente detectável, por notória distinção com as demais e em que se plasmavam na grande maioria características oriundas de outros países, actualmente tendo em consideração a revolução levada a cabo no âmbito da arquitectura, a multiplicidade de formas arquitectónicas aliadas à casa não nos permite actualmente discernir entre uma casa de emigrante ou a de retorno de uma pessoa deslocada por motivos vários.

são cada vez mais vastas e não é apenas a casa que reúne todas as conjunturas para a obtenção de níveis de satisfação objectivos. A preferência por determinados ambientes residenciais é disso exemplo.

Os modos de habitar o futuro remetem-nos, por um lado, para a afirmação e autonomia do sujeito no que concerne às práticas e escolhas residenciais e, por outro lado, para uma compreensão do meio residencial como um espaço articulado e não como um somatório de partes.

É imperativo apreender, que não são exclusivamente as questões do uso e das necessidades que devem ser asseguradas para potenciar os níveis de qualidade habitacional. O reconhecimento de determinado espaço residencial passa primeiramente pela representação que o indivíduo tem dele, mediado por experiências passadas e projecções futuras.

3. Casa - ícone: Objecto de Ostentação

3.1 O Significado Particular do Exterior da Habitação

Explanado o conceito *casa-lar*, encontra-se *por oposição* o conceito de *casa-ícone* que se tentará esclarecer na continuidade do presente capítulo. De referir que o conceito em causa, foi adoptado para a presente dissertação de forma propositada e que toda a convicção a ele associada é fruto de uma intencionalidade. Obedece-se a um fio condutor que se pretende, no final, leve a uma importante reflexão.

Na origem do conceito *casa-lar*, residem problemáticas que carecem de atenção e sobre as quais se tentará, sempre que possível, induzir à reflexão. Questiona-se o facto dos aspectos materiais e as tendências dominantes que estão na base da evolução arquitectónica revelarem algo sobre o modo peculiar de conceber as vivências da casa, ou ainda sobre o rumo que a arquitectura habitacional tende a adquirir.

O acto de habitar constitui “ um fenómeno eminentemente social porque ele é claramente “um efeito de grupo”, uma «gestalt», que ultrapassa a soma dos comportamentos individuais no que respeita à utilização e organização do espaço” (Silva:1993,51). Partindo deste conjunto de proposições, da casa como «gestalt» e conjunto de comportamentos individuais, tem-se que o *acto de habitar* é o reflexo da sociedade. E, por seu lado, as transformações da arquitectura, ao longo do tempo, são também o espelho de mudanças sociais. Segundo o autor o habitat constitui a inscrição de uma cultura no espaço, tal como a linguagem, é expressão simbólica.

De forma a introduzir o conceito *casa-ícone* adoptado, recorre-se à descrição de Moisés Espírito Santo, no que concerne às tendências gerais da recente realidade arquitectónica portuguesa que se identifica como análoga ao conceito que se pretende desenvolver.

“Desde há quinze anos (...). As construções são assimétricas, intencionalmente complicadas (...). As empenas são partidas, pormenor que, por si só, estabelece a ruptura com o passado e com a cultura camponesa. O Princípio arquitectónico que guia os autores destas curiosas construções é o cuidado em estabelecer bem a diferença em relação ao prédio vizinho, complicando o estilo de ano para ano. Modificando a empena, fugindo cada vez mais à simetria, carregando as cores, escolhendo materiais cada vez mais caros, deve dar-se a impressão de se ser mais rico do que o proprietário do lado. (...) Apesar de todo o aparato exterior, o interior não é confortável (...) O novo e farfalheiro habitat rural (...) é rigorosamente individual, disperso, e nunca se encontra contíguo a outras dependências agrícolas, para não dar a entender que se é camponês (...). O habitat “moderno” reflecte alguns traços característicos dos portugueses; a “cagança” (como se diz) do remediado que, saindo da penúria, procura passar por rico, o exibicionismo e o individualismo das classes médias, e por detrás desses traços, as tendências ostentatórias do capitalismo português que é incapaz de investir em actividades rendosas e de longo alcance” (Santo:1980,14).

A mesma convicção adoptada pelo autor vai, em grande parte, de encontro às convicções inerentes à adopção da expressão *casa-ícone* atrás enunciada.

Abandonada a pressão social da tradição e concepção de uma vida comum¹², estimula-se na actualidade uma arquitectura *original* cujas pretensões estéticas conscientes cada um procura por si. Por outras palavras, o exterior da casa constitui actualmente a «face» do homem, uma espécie de visão do inconsciente colectivo. Se o interior da casa se reserva de forma quase exclusiva para os que a povoam, o exterior é onde se concentram importantes representações sociais e culturais. De fachadas expostas para esse exterior colectivo, a casa é por esta via, reflexo de valores e representações, não só individuais, mas sobretudo colectivas.

O conceito *casa-ícone* subentende, neste contexto, um degenerar da essência da arquitectura, como se a necessidade de abrigo, protecção, conforto e calor humano, enquanto função primordial da casa, passasse a ser preterida em detrimento de uma imagem que é imperativo criar e recriar. Assiste-se agora a uma espécie de arquitectura própria de fetiche, onde se transporta para o exterior uma linguagem material, que fala por si, reflexo e intencionalidade do seu dono.

¹² Com a aceitação de um modelo geral de casa, ou quando muito um diminuto número destes arquétipos.

3.2 A Estétização da Arquitectura

A *Anestésica da Arquitectura*¹³ de Neil Leach (2005), desenvolve uma crítica, fortemente incisiva, às consequências da crescente preocupação com as imagens e o relativo impacto na cultura arquitectónica contemporânea.

A problemática principal reside, segundo o autor, numa saturação das imagens que invadem os sentidos, obscurecendo preocupações mais profundas e conduzindo a uma espécie de *dormência*. Por outras palavras, trata-se de entender a profusão e produção de imagens como *estética anestésica*, isto é, enquanto mecanismo que actua no plano das impressões sensíveis e que leva à própria ocultação das relações, sejam elas sócias, económicas ou políticas, numa configuração do real. A questão é particularmente relevante no âmbito da arquitectura, que tem por base uma representação visual. Como consequência, os arquitectos correm o risco de cair numa anestesia social e política, afastando-se das realidades do quotidiano.

Na actual *cultura do consumo estético*, a que Leach (2005) chama de *cultura do cocktail*, onde os *discursos significativos* dão lugar a *estratégias de atracção*, e o *design arquitectónico* fica reduzido ao *jogo superficial de formas de sedução vazias*. Por outras palavras, a arquitectura vê-se reduzida a formas desprovidas de sentido para além da sua vertente estética, associando, uma vez mais este sentido à essência da arquitectura.

De uma forma global *tudo*¹⁴ parece resumir-se a imagens. Assiste-se à metamorfose para um nível estético e valorizado exclusivamente pela aparência, numa apropriação artística do todo.

Torna-se imprescindível instigar o debate num campo que se revela demasiado complacente. A estratégia deliberada de uma análise ao limite, com a adopção de argumentos algo exagerados não pretende ferir susceptibilidades, mas antes um realçar do real problema da arquitectura contemporânea. Pretende-se desafiar o pensamento tendencialmente pouco rigoroso que tem dominado a arquitectura nos últimos anos. Pensa-se que a par da essência da arquitectura, o próprio papel do arquitecto tem vindo a desenvolver uma espécie de “obsessão” cada vez maior com as imagens e respectiva produção, em detrimento da própria disciplina.

Uma estimulação sensorial por via de imagens, pode ter origem numa espécie de efeito narcótico e mitigar mesmo a consciência social e política, “*mantendo os arquitectos confortavelmente instalados nos seus casulos estéticos e afastando-os das verdadeiras preocupações do quotidiano*” (Leach:2005,6).

¹³ Insere-se no âmbito do debate contemporâneo em filosofia e teoria cultural, e procura dar uma visão do pensamento europeu acerca da questão da imagem. Neil Leach parte das ideias de Walter Benjamin, estendendo-se a autores como Jean Baudrillard e Guy Debord.

¹⁴ Aqui *tudo* afigura-se demasiado abrangente, conceito introduzido por Leach (2005) e que se pretende corroborar pois vai de encontro à linha de pensamento adoptada na presente dissertação, de que a arquitectura representa uma pequena parte deste *tudo*, que por si só é excessivamente grande. É sobre ela que se propõe reflectir.

Num mundo resignado à condição primordial da imagem, a estética¹⁵ da arquitectura ameaça transformar-se, ainda segundo a ideia de Leach, numa anestésica¹⁶ da arquitectura. Ou seja, uma consciência crítica fortemente ameaçada por uma *embriaguez*¹⁷ *estética* que por sua vez a uma espécie de estética da embriaguez cujo “resultado é uma cultura de consumo irreflectido, sem espaço para discursos significativos, em que a sedução se traduz na única estratégia de funcionamento. O design arquitectónico é reduzido a um jogo superficial de formas de sedução vazias, e a filosofia aproveitada enquanto fachada intelectual para justificar essas formas” (Leach:2005, 7).

O exagero e importância atribuídos ao factor estética manifestam-se, segundo o autor, e de forma notoriamente patente na actual realidade arquitectónica, numa cultura de consumo irreflectido, onde o dispêndio associado a tal consumo se prende invariavelmente com a importância atribuída à estética, em detrimento de opções dotadas de conteúdos significativos e onde a *sedução* é a estratégia maior. As formas vazias, desprovidas de conteúdo, associadas ao design arquitectónico, são o fruto da conversão de *estética* em *anestésica* e onde qualquer fachada intelectual não se revela suficiente para justificar certas formas.

“Num mundo onde o que é imaginário se torna “real”, já não há espaço para a realidade. No “crime perfeito” do século XX, a própria realidade foi roubada” (Baudrillard:1981,16). Esta ideia pode parecer demasiado dura, exagerada para muitos. No entanto, é certo que na actual realidade se admite que considerável percentagem de devaneios advindos da arquitectura se devem à materialização de sonhos individuais, num mundo que é de todos e onde cada intervenção acarreta consequências, a irrealidade torna-se real, progredindo de forma galopante no domínio da segunda que não tardará em sucumbir, se nada for feito em sentido contrário.

Ainda de acordo com Neil Leach (2005,16) vive-se numa cultura de *simulação e hiper-realidade*, em que “a imagem é ela própria a nova realidade, ou hiper-realidade - um mundo virtual suspenso sobre o mundo real, flutuando no seu próprio envelope hermeticamente fechado. Vivemos num mundo que perdeu contacto com os seus referentes do mundo real e onde, paradoxalmente, o termo “real” foi sequestrado pelos grupos multinacionais e se transformou num slogan publicitário vazio, reclamando a sua autenticidade precisamente contra a ausência de autenticidade, ao ponto de a “autenticidade” se tornar questionável, moeda falsa no hipermercado da hiper-realidade. É isto o autêntico, um mundo Coca-Cola de

¹⁵ Directamente associado a belo, determinado elemento estético constitui e é merecedor da nossa contemplação.

¹⁶ Contrariamente a estética, a anestésica caracteriza-se por uma ausência de sentido estético, ou seja, do belo. Se a estética é merecedora da nossa contemplação a anestésica *ferre* a nossa visão e gera controvérsia.

¹⁷ O termo embriaguez utilizado, como a própria palavra sugere, caracteriza-se por um excesso de determinada *substância* que altera a consciência, no presente contexto, a estética é a substância propulsora da embriaguez.

ingredientes “naturais” fabricados industrialmente, um mundo de objectos de sonho, ao que parece originários de uma conspiração qualquer, e pagos a crédito informático e invisível”.

O ideal de felicidade inculcado na sociedade actual não é o de «*eu sou*», passou antes a ser o «*eu tenho*». O indivíduo vive frequentemente muito para além das suas possibilidades, o que de certo modo foi agravado pela facilidade de acesso ao crédito. O problema fundamental reside na (in)capacidade de discernir sobre a autenticidade e legitimidade de determinado elemento arquitectónico, num mundo de irrealidades construídas, da constante embriaguez que se enunciara há pouco (Leach, *op cit*). A forma como o processo de estetização destitui os objectos do seu conteúdo pode parecer à primeira vista problemática, na medida em que o conteúdo implícito de determinada concepção arquitectónica não se apresenta de todo linear, e por conseguinte não acessível a qualquer pessoa que não esteja familiarizada com a intenção subjacente, que não seja capaz de identificar o seu significado¹⁸.

A real preocupação da arquitectura deverá prender-se, sobretudo, com o contexto social em que se insere. Na medida em que determinada forma desprovida de contexto, é exposta de forma artística pura, aquilo que é em si mesma sem estar ao serviço do meio em que se instala. Trata-se de uma identidade face à imagem pura e simples desprovida de conteúdo.

Determinada forma só faz sentido perante o respectivo *contexto social*. Removida do contexto originário e interpretada segundo diferentes pontos de vista o seu significado é necessariamente alterado. Sendo que a recontextualização prende-se com a adopção de um novo significado. Essa incapacidade, ou pretensa capacidade de conceber formas universais destitui o relativo valor a elas inerente e ao aplicar tal teoria à casa, a situação é necessariamente agravada. A casa é concebida para «a família» e não para «uma família» em que «a» é *objectivo* e «uma» é necessariamente *subjectivo*. As formas arquitectónicas podem, em certo sentido, determinar o comportamento humano, e bons projectos contribuem necessariamente para um mundo melhor. Se tal é verdade, e acredita-se que assim seja, não faz sentido que tal suposição, constitua, regra geral, um mito que acompanha toda a história do discurso da arquitectura.

No entanto, reconhece-se que em certo sentido, a forma arquitectónica pode apenas aspirar à possibilidade de impedir ou evitar certas políticas de uso; não tem o poder de ser libertadora, embora possa produzir efeitos positivos quando as intenções libertadoras do arquitecto coincidem com a prática real dos indivíduos no exercício da sua liberdade. A garantia da liberdade é a própria liberdade (Leach, *op cit*).

¹⁸ Mesmo que se trate de um significado meramente simbólico e próprio de cada indivíduo em particular.

4. Nota Conclusiva

A estétização da arquitectura é um fenómeno recorrente na actual e generalizada forma de edificação. No âmbito do que foi enunciado, esta forma renovada de estétização da arquitectura, reflecte-se no abandono do conceito *casa-lar*, em proveito de uma *casa-ícone*. Esta transição resume-se em traços gerais a um renunciar da essência da arquitectura, directamente ligada ao conceito de lar, em prol de uma perda de valores. A este respeito Neil Leach (2005) dá o seu contributo ao apelar para a tendência crescente da tão ansiada e aplaudida *estética*, que tende a transformar-se numa espécie de *anestética*. Se se entender neste contexto, *estética* directamente associada a belo, o belo da casa, a *estética* representa um único elemento constituinte do belo total que a casa é capaz de envergar.

A recente enunciação de uma *estética* fortemente associada à concepção arquitectónica, remete para uma forma de arte desprovida de conteúdo na qual só tem lugar a contemplação. Constituindo a arquitectura uma peculiar forma de arte, esta não se prende somente com a contemplação, mas sobretudo com utilidade que lhe é subjacente, e neste contexto, pensa-se, o estatuto de arte é elevado ao seu expoente.

Retomando a pertinência da anunciada conversão de *estética* em *anestética* referida por Leach, temos que a *anestética* residirá numa *estética* elevada ao exagero, e ao máximo entorpecimento¹⁹. A gravidade desta situação não seria de tal forma profunda, se não estivesse associada a uma perda irreflectida de conteúdos, que vê na estétização a resolução de todos os problemas inerentes a toda a concepção arquitectónica. Neste sentido, é ainda

¹⁹ Adolf Loos (1980), através da subtil sátira de *Um pobre homem rico* remete para uma actual e elucidativa demonstração de *anestética*, a *estética* levada ao exagero. Loos conta a história de um pobre homem rico, que certo dia contrata um famoso arquitecto para que revista a sua casa a arte, independentemente dos gastos. O arquitecto não foi de meias medidas, dirigiu-se à casa do pobre homem rico e deitou fora todos os seus bens, que deram lugar à arte. Arte espalhada por todos os cantos. O pobre homem rico, radiante, olhava a arte, pegava na arte, sentava-se em arte, caminhava sobre ela, etc., tudo se resumia efectivamente a arte. Nenhum pormenor tinha sido esquecido, para cada objecto artístico havia lugar próprio, aquele e mais nenhum. (...) Certo dia, o pobre homem rico comemorava o seu aniversário, evento do qual o arquitecto era convidado. Muito feliz, o pobre homem rico corre para recebê-lo. Ignorando a felicidade do aniversariante, o arquitecto mostra-se indignado e exclama: - Mas que chinelos são esses que está a usar?!? Ao que o pobre homem rico de forma descontraída responde: - Não se lembra?! Foi o senhor arquitecto que desenhou! Ao qual o arquitecto de forma indignada retorque: - Certamente! Mas para o Quarto. (Acrescentando que aquelas duas manchas de cor interferiam com a harmonia da sala que ele criara. ...) Já no quarto, legitimamente de chinelos e na companhia do arquitecto, o pobre homem rico inocentemente manifestou o desejo de contar com a ajuda do arquitecto para acomodar na casa os presentes recebidos. Ao qual o arquitecto respinga: - Como lhe ocorre deixar-se presentear por alguma coisa! Eu não lhe desenhei tudo? Eu não pensei em tudo? Não precisa de mais nada. Está completo. (...) E de repente o entusiasta pobre homem rico é agora infeliz resignado à vida que lhe fora arquitectonicamente predestinada!

importante acrescentar que a beleza implícita na estética da casa de nada serve, se desprovida de conteúdo. Ou seja, estética por estética, temos a apelidada *anestética*.

Além de que, se o belo é passível de concretização independente da estética, o mesmo não se pode dizer do contrário ou seja, uma casa consegue ser bela cumprindo grande parte dos seus propósitos, independentemente do sentido estético. Já uma casa maioritariamente estética não pode certamente ser considerada bela, na medida em que é total ou parcialmente desprovida de valores. É esta perda de valores que caracteriza a concepção de uma arquitectura degenerativa.

Capítulo III Habitação: o Espelho da Condição Social

1. Nota Introdutória

O acto de morar apresenta-se num contexto político, social, económico, espacial, psicológico e de classe, onde o argumento ideológico da casa própria surge como elemento regulador de tensões. Enquanto o abrigo constitui uma necessidade para o homem, a casa própria constitui um objecto de desejo que altera o estatuto do indivíduo. A necessidade de morar dá lugar à urgência de obter. A casa agora entendida como objecto de consumo constituirá sobretudo, uma forma de linguagem social codificada que reafirma diferenças. Características da arquitectura vernácula, têm vindo a ser substituídas por uma necessidade de ostentação e vaidade que se materializam em formas ornamentais exageradas, diversa volumetria e por vezes exuberante composição dos elementos arquitectónicos, degenerando a natureza da arquitectura de um modo generalizado.

Pretende-se dissecar através do presente capítulo a problemática da ostentação associada à habitação. A apresentação e ponderação de exemplos ilustrativos - estudo de caso - deverão corroborar tal controvérsia, levantando uma série de questões pertinentes, sobre as quais se deverá reflectir.

2. O marcar de um Estilo de Vida pessoal

Featherstone (1995) dá o seu contributo no que concerne ao estilo pessoal que cada um deixa transparecer, explicando que, tanto o corpo quanto as roupas, o discurso, o entretenimento, as preferências de comida e bebida, a casa, o carro, a opção de férias, etc. de uma pessoa, são entendidos como indicadores da individualidade, do gosto e do senso de estilo do indivíduo em questão. Na opinião do autor, a importância estética dada à realidade coloca em primeiro plano a importância do estilo de vida, grandemente estimulada pela dinâmica de mercado, com uma demanda constante por novas modas, estilos, sensações e experiências renovadas. Esta ideia remete para o consumo em que o significado daquilo que se adquire traduz de forma significativa o estilo de vida pretendido pelo indivíduo.

Neste contexto de uma cultura de consumo, cada um tem plena consciência de que a imagem que transparece de si próprio para o exterior constitui elemento de análise, crítica, aprovação ou desaprovação por parte da sociedade envolvente. Seja a roupa que veste, a casa onde vive, o carro, este ou aquele objecto em particular, as marcas que elege ou o simples penteado que escolhe constituem uma forma de comunicação com os seus pares que, por sua vez, estão aptos a fazer os seus juízos de valor.

A influência do actual consumo na vida das pessoas é de tal forma evidente, que se apresenta de todo pertinente questionar o quanto a identidade contemporânea está relacionada com o que se possui e o que se ambiciona possuir. Sendo que, neste panorama, a casa assume uma relevância primordial na afirmação do estilo de vida, associada ao estatuto social. O estilo arquitectónico em que se enquadra a casa, o arquitecto que lhe deu forma e mesmo o local onde esta se insere são factores que vêm marcar vincadamente a imagem que o individuo dá, ou ambiciona dar, de si próprio, ao meio que o rodeia.

2.1 A Habitação como Objecto de Desejo

A habitação surge, para além das suas funções básicas como um objecto de consumo, o elemento chave, capaz de quietar a insatisfação social, acalantar o desejo de ter e de mostrar que permite manter o *status* do indivíduo.

A disseminação do conceito da casa própria foi propagado ao longo de muitos anos e perpetuado por razões de ordens diversas, definindo uma política habitacional centrada na questão da propriedade enquanto elemento determinante da representação, individualidade, materialismo, independência e interesse do ser humano.

O acto de morar, assume indubitavelmente um contexto político, social, económico, espacial, psicológico e de classe, tendo o argumento ideológico da casa própria como elemento regulador destas tensões. Sendo que o abrigo é uma necessidade do homem, da família, já a casa própria é um objecto de desejo que inclui o indivíduo e altera o seu estatuto na sociedade, a casa torna-se portanto objecto de consumo e a necessidade de morar quase que se substitui pela necessidade de obter. Uma espécie de fetichismo envolve a casa própria, onde abrigar-se passa a ser secundário e começa a imperar a moradia como propriedade, uma forma de pertença, susceptível de diminuir diferenças. O fetichismo enunciado transporta a necessidade do objecto para um plano secundário, predomina o desejo de tê-lo para si, evidenciando o domínio do objecto sobre o sujeito. Neste sentido, a habitação, entendida quase somente como um objecto de consumo constitui parte do complexo e contraditório processo de estruturação da sociedade capitalista.

3. O papel dos Objectos no interior da Casa

“O papel desempenhado pelos objectos na criação do espaço doméstico sugere que estes se consideram como extensões do próprio indivíduo e, neste sentido, sujeitos a um processo de familiarização” (Leite:2000,205). Contudo, além de representarem um papel essencial na identificação dos indivíduos consigo próprios, os objectos assumem também um papel de diferenciação do indivíduo dos demais, ou ainda, por outro lado, são parte da identificação com estereótipos e personagens-tipo que se pretende seguir.

A progressiva melhoria das condições residenciais veio alterar também a forma de as ocupar. Uma banalização do acesso aos objectos, cada vez em maior número, ocupando uma presença constante e até agora sempre crescente no mercado da oferta. Os modelos decorativos são alvo de profundas alterações, num cenário em que a acessibilidade ao consumo permite não só multiplicar o número de objectos presentes em casa como permite ainda complexificar as suas inúmeras combinações. Por outro lado, cresceu igualmente o número de pessoas com desejo de aceder a «objectos inúteis», isto é, ao consumo daquilo que, embora não respondendo ao desígnio da funcionalidade essencial, participa do jogo de composição dos interiores domésticos da maioria dos habitantes (Leite, 2000).

Além do mais, a identificação individual com determinado gosto ou determinado sentido estético aparece ligado ao sentido de pertença social. Procura-se possuir determinado objecto para seguir as tendências da moda, ou para não ficar atrás do que «os outros» têm, ou ainda para não desiludir as expectativas que se pensa alimentar nos outros. Todo o indivíduo procura integrar-se em grupos, procura o reconhecimento social²⁰ como forma de satisfação e realização pessoal. Neste contexto a casa surge como palco dessa mesma realização pessoal onde o indivíduo vai procurar gerir a sua influência no seu grupo de referência num paralelismo entre o público e o privado. O público que quer deixar transparecer para criar uma posição e o privado que quer ocultar no sentido de manter a imagem criada. Os interiores domésticos asseguram, deste modo, além das funções de abrigo e sobrevivência, a criação de uma plataforma permanente para as relações sociais com o exterior e, neste sentido, traduzem também o modo como a família se dá a conhecer (Leite, 2000).

Sendo certo que os indivíduos procuram o reconhecimento exterior é igualmente verdade que eles procuram, também - talvez antes que tudo - o reconhecimento de si próprios, mesmo se esta dimensão ainda é tributária do reconhecimento dos mais próximos. Mas a relação com os objectos não se esgota na criação de estatuto por eles consolidada.

²⁰ Referência à hierarquia das necessidades de Abraham Maslow que se refere a uma pirâmide ilustrativa das necessidades do Homem. Na parte inferior da pirâmide encontram-se as necessidades básicas (fisiológicas) do indivíduo, logo seguida da necessidade de segurança. Nas últimas três partes da pirâmide Maslow faz alusão às necessidades sociais e de auto-realização, como sendo a necessidade de estima e reconhecimento, respeito dos outros, conquista e realização pessoal.

4. A Casa como Fachada

O significado particular do exterior da habitação reveste-se, regra geral, de importante significado, na medida em que enquanto fachada exposta para o público é reflexo de valores e representações, não só individuais, mas também, e principalmente, colectivos. É esta comunicação directa com um lugar-comum, que expõe o exterior da habitação ao contacto físico, visual.

A casa constitui um lugar ambivalente, simultaneamente fechado e aberto para permitir numa dualidade a intimidade e a vida de relação pública.

Os diferentes modos como cada cultura concebe a casa, com a relativa intimidade, privacidade e a vida de relação pública, acredita-se, repercute-se inevitavelmente e de modo imediato na forma exterior da habitação. A adopção de materiais inovadores e novas técnicas de construção remetem para as fachadas como papel principal, como uma espécie de montra, onde são implementadas formas ornamentais, volumetria diversa e composição dos elementos arquitectónicos. A sua implementação reveste-se de significado para aqueles que a contemplam, mas também para o seu dono que tem nela um meio de linguagem patente na aparência exterior por ele concebida.

Segundo Steen Rasmussen, na sua obra *Arquitectura Vivenciada* (1998), um considerável número de pessoas julga a arquitectura pela sua aparência, imagem exterior. Contudo a arquitectura é muito mais que isso, algo que não pode ser explicado, algo que deve ser sentido.

A Arquitectura é a única arte funcional, com a responsabilidade da resolução de problemas práticos, com a criação de ferramentas para o homem. Aqui a utilidade desempenha um papel decisivo no julgamento da arquitectura. Enquanto arte funcional, confina o espaço para que nele seja possível a vivência. A utilidade é sem dúvida o factor que distingue a arquitectura das restantes artes. A arquitectura é a criação de formas em torno do homem, concebidas com o intuito de nelas se viver e não para serem contempladas. A vida processa-se no seu interior, o exterior é um reflexo do interior²¹.

Assim sendo, o arquitecto desempenha uma espécie de produtor teatral, concebendo os cenários, onde se desenrola as diferentes vidas. Múltiplas são as circunstâncias de que depende a forma como é montado este cenário, a intenção final é a de que seja coroado com êxito e que como um perfeito anfitrião proporcione todo o conforto aos seus hóspedes.²²

²¹ Pelo menos numa visão poética da arquitectura, deveria ser assim.

²² O que é adequado e próprio para uma geração torna-se ridículo para a seguinte, pois as pessoas adquirem novos hábitos e gostos.

5. A casa enquanto Objecto de Ostentação - Exemplos ilustrativos

A apresentação e ponderação de exemplos ilustrativos neste âmbito apresenta-se pertinente, na medida em que, nestes casos, a habitação aparece desprovida de significado interior, reflecte exteriormente uma imagem imponente que remete para a casa enquanto objecto de ostentação. Fala-se aqui de dois exemplos, que se pensa serem ilustrativos, de uma mensagem pura de ostentação, que procura espelhar em cada fachada a condição social do seu proprietário.

Os exemplos ilustrativos com base no estudo de campo abrangem os distintos contextos e referem-se a Braga e Bragança, respectivamente. O primeiro exemplo é relativo a duas moradias cujos proprietários são um casal de meia-idade com dois filhos jovens. As referidas casas distam entre ambas menos de meia dúzia de metros. Se uma prima pela grandiosidade e excede de longe a capacidade necessária, a segunda não lhe fica atrás. Se a reduzida distância entre ambas leva a pensar que se trata de uma primeira habitação envelhecida e que a segunda vem retirar-lhe o peso de uma vida prolongada, tal não se verifica. Partilham antes de um invejável aspecto, que não permite diferenciar os poucos anos que distinguem as construções. Se a existência das habitações contíguas não se deve ao factor anteriormente sugerido, pode ainda questionar-se o facto de terem sido pensadas para os descendentes. Lado a lado, de idêntica envergadura, poderia revestir-se a concretização de algum sentido, mas a hipótese em causa é, também ela, falsa.

Em idade jovem, os filhos manifestam o desejo de viver longe da freguesia de onde são originários e, pelo que foi possível apurar, este factor não foi de todo tido em consideração aquando da opção de construir uma segunda casa mesmo ao lado. Não se alongando o leque de hipóteses, tem-se que a primeira casa sobredimensionada é excessivamente grande e não cumpre os propósitos do seu proprietário que com ela não se identifica, apontando-lhe diversos erros de projecto e construção (atribuídos ao arquitecto). Este facto leva-nos a uma segunda hipótese, que se crê corresponder à realidade, de que a segunda construção fosse uma tentativa de alcançar finalmente a casa ideal - tentativa gorada na primeira.

No entanto, se assim fosse, o arquitecto a quem foram atribuídos os erros de projecto da primeira habitação, seria com certeza substituído no segundo trabalho, o que não se verificou, pois viu-se incumbido também do segundo. Aparentemente, este não viu nesta segunda e rara oportunidade a possibilidade de se redimir dos supostos erros cometidos, que mais uma vez lhe foram imputados.

Admite-se que tenha havido alguma responsabilidade do arquitecto, que não conseguiu ir de encontro às necessidades do cliente, mas seguramente também do proprietário, que uma vez mais confia a construção àquele que acredita ser o responsável pelos «problemas» da primeira. Tal decisão por parte do proprietário talvez se deva à irrelevância de que parecia revestir-se uma segunda habitação, o que no entanto nunca se saberá ao certo. O que é facto é que a segunda casa permanece intocável até que os proprietários decidam mudar para a

habitação «ali ao lado» que, segundo eles, consegue ser mais pequena uns metros, ainda que imperceptível.

Na perplexidade da constatação do facto de não se apurar uma razão plausível para a segunda construção, poder-se-á remeter para o fenómeno da simples ostentação, esta forma de afirmação que vê na casa o elemento crucial, desprovido de sentido, da vertente degenerativa da arquitectura, onde a essência da mesma parece não ter, de todo, lugar.

O segundo exemplo é relativo a uma única moradia, cuja área de construção é equivalente à necessária para a edificação de, pelo menos, três habitações de áreas avantajadas. A moradia em questão é propriedade de um casal, também ele de meia-idade com um único descendente. A referida casa é detentora de 10 casas de banho, nove quartos, um dos quartos com aproximadamente 50 m², em que a cama se perde de vista e existe uma imensidão de espaço inutilizado.

Esta habitação é recente, data de 2003 e foi exclusivamente concebida para um agregado familiar de três pessoas.

Quando confrontado com a inevitável questão da pertinência de tais dimensões o proprietário remete a intencionalidade subjacente à construção de grandes dimensões para um futuro longínquo, em que reuniria alguns dos seus melhores amigos para passarem a velhice juntos. Do ponto de vista do proprietário, esta pode até constituir uma justificação plausível, mas parece improvável que alguém faça um investimento superior a 300.000€, a pensar na hipotética possibilidade de um dia mais tarde se rodear de amigos e viver uma velhice tranquila, com a comodidade que lhe é devida. Além do mais, numa breve passagem pela casa, num plano superior com efeitos de miradouro, avista-se uma construção inacabada de igualmente grandiosas. Questionado o proprietário acerca desta construção, admite ser um projecto de lar caído por terra, do qual permanece uma construção sumptuosa e devoluta sobre uma vasta paisagem.

Independentemente da credibilidade dos argumentos apresentados pelo proprietário, é patente em toda a construção uma forma de ostentação resultante da tentativa assumida pelo proprietário, em dar resposta a tudo o que desejava, confessando, no entanto, que “se fosse hoje”, optaria por uma construção mais pequena.

A ironia patente na descrição dos exemplos citados, é reacção à futilidade de que se reveste a habitação nestes exemplos reflectindo, talvez de forma inconsciente, uma certa indignação por parte de quem defende a essência da arquitectura intimamente ligada ao conceito *casa-lar*.

De salientar que todos os intervenientes sem excepção, quando confrontados com questões relativas a ostentação, eram unânimes em admitir que a casa é sem dúvida uma forma de exibição para muitos, ressaltando sempre que não era o seu caso.

6. Nota Conclusiva

Se no que concerne ao consumo dos objectos, se poderá considerar o fenómeno extensível a todo o cosmos, a forma peculiar como os portugueses vêm a sua casa, é-lhes própria. “Pessoas de outros países, de outras gerações, classes sociais, profissões ou organizações pensam e agem frequentemente de modos que nos espantam. Para estas pessoas somos nós que nos comportamos de uma maneira estranha. O que nos separa delas é a cultura onde crescemos. “Cultura” neste sentido não é sinónimo de “civilização”, envolve muito mais. Valores inconscientes, que por estarem profundamente enraizados, nos levam, frequentemente, a considerar normal o que outros acham anormal, cortês o que outros acham rude e racional o que outros acham irracional” (Hofstede,1997).

A habitação entendida como espelho da condição social é algo que não se reveste de significado, que não faz sentido de nenhum ponto de vista racional em termos de concepção arquitectónica. Contudo, não é intenção condenar determinado tipo de opções, que muitas vezes, acredita-se, são uma tentativa mais ou menos inocente de materialização de um sonho. Desculpabiliza-se em certa medida o proprietário que eventualmente vê na casa o seu objectivo de vida. Já o mesmo não se poderá fazer quanto ao arquitecto, porque faz parte do exercício da sua função consciencializar os futuros habitantes para a opção por atitudes congruentes, para a optimização do projecto do ponto de vista económico, ecológico e principalmente de vivencial e da imprescindível identificação pessoal dos seus utilizadores.

PARTE II- Estudo Empírico

CAPÍTULO IV O Fenómeno Anexo: Estudo de Campo

1. Nota Introdutória

A observação, a comunicação e sobretudo a reflexão, constituem o cerne do estudo da acção. A abrangência contextual, a especificidade do estudo e a metodologia subjacente ao processo de investigação conduziram à adopção de uma estratégia de análise diferente para cada contexto, interveniente ou ocorrência.

A opção por duas áreas distintas, Braga e Bragança, permitiram a observação e recolha de diversos elementos, num total de 76 depoimentos, 42 e 34 respectivamente. A escolha destas duas localidades procurou, de certo modo, conferir alguma representatividade ao estudo, ao abordar realidades de zonas distintas do país, uma num meio mais rural e outra em plena cidade, uma no interior e outra no litoral.

Era condição adoptada a opção por edifícios providos de anexo, “prédio que, num conjunto edificado, é dependente de outro, principal, ou que o complementa”²³. Múltiplas foram as tipologias encontradas neste grupo dos anexos, umas concebidas com o intuito de suprir necessidades, constituir complemento, alternativa, ou simplesmente peça decorativa. Aquelas construções que contrariando um pouco a definição, se apresentavam de forma autónoma relativamente ao edifício principal, constituem o objecto, sobre o qual o presente capítulo pretende versar. Numa espécie de duplicação da habitação, o anexo liberta funções exclusivas daquela, permitindo, correntemente, que a moradia constitua apenas a montra de uma vivência assaz ilusória.

No sentido de explanar e compreender o método utilizado no estudo que foi proposto entendeu-se pertinente seguir a linha de análise adoptada por Bartolomeu Paiva (2009). Da mesma forma que o autor «vai para a rua» e observa, analisa, anota, formula hipóteses e tira conclusões, também aqui se pretende desempenhar esse papel de observador não participante. O intuito é o de captar o máximo da essência das situações, das vivências e das razões de ser inseridas no seu contexto natural, tentando minimizar os constrangimentos, não interferir, nem emitir qualquer opinião, comentário ou juízo de valor.

²³ De acordo com a definição citada no Projecto de Vocabulário do Ornamento do Território de Setembro de 2004.

2. Breve perspectiva epistemológica

No âmbito dos estudos avançados e especificamente na investigação do fenómeno do anexo e das respectivas formas de habitar, mostra-se imprescindível privar com o meio físico e social onde a arquitectura ganha forma. Abrir o debate a outros temas e disciplinas sem perder especificidade, permite ampliar o conhecimento arquitectónico, pondo em evidência a complexidade das relações de que se reveste a arquitectura.

O desenvolvimento da sociedade e a complexidade de que se reveste o pensamento humano, implicaram a ruptura epistemológica com o positivismo, em prol da objectividade inerente à produção de conhecimento através da experimentação. O que permite no âmbito da arquitectura uma forma evidente de interpretação e compreensão dos fenómenos em estudo (Paiva, 2009).

3. Enquadramento Metodológico

Partindo da ideia de Bartolomeu Paiva de que “a validade de uma pesquisa constitui um critério essencial à sua credibilidade” (2009,102), o estudo proposto privilegia a análise de cariz mais humanista e uma metodologia qualitativa que se pensa ser a forma mais válida para a análise que se pretende fazer. A opção por uma perspectiva mais relacionada com a experiência humana e a observação comportamental foi adoptada no sentido em que não seria lícito tentar dissecar as razões que levam as pessoas a optar por determinadas formas de vida e pelos mais variados meios de expressão - que se acredita serem também representados pela escolha e concepção da casa - através de uma metodologia exclusivamente quantitativa e objectiva.

O estudo que é feito centra-se na significação do ser humano, nas suas singularidades e nas ocorrências sociais que potenciam determinada escolha em detrimento de outra. Reconhece-se contudo que, embora não se potencie a análise quantitativa se pretende chegar a resultados que permitam materializar o «estado» do objecto de estudo e, como tal, será necessário utilizar elementos quantitativos que permitam tornar a investigação representativa e capaz de ser extrapolada para além da amostra que se vai estudar. E, apesar de se ter recorrido a procedimentos estatísticos, esses constituíram apenas um objectivo de aprofundamento relativamente ao objecto em estudo e, como tal, não se teve a pretensão de considerar fundamental os elementos de análise estatística - definição de uma população, amostra e atributo - para a sua formulação.

A natureza do objecto do estudo integra-o na categoria dos estudos de caso na variante multi-caso (Paiva, 2009), integrando uma visão plural de situações e problemas que

decorreram da rede de relações complexas que se estabelecem para além do estudo arquitectónico.

O estudo de caso na variante multi-caso diz respeito a preocupação em enfatizar a necessidade de adoptar diferentes formas de análise para diferentes situações. O que se apresenta plenamente justificável no estudo de campo que se pretende realizar, ao ter em conta a flexibilidade das situações e a imprevisibilidade dos intervenientes. Não se poderá falar numa análise isolada das partes que constituem o estudo mas sim do fenómeno como um todo, grosso modo, desde a complexidade do ser humano às considerações arquitectónicas. Ideia sintetizada nas palavras de Bartolomeu Paiva (2009,104); “a abrangência contextual, a especificidade do estudo e a metodologia subjacente ao processo de investigações referidas, induziram a que se adoptasse uma estratégia de análise de diferentes contextos, intervenientes e ocorrências no âmbito das várias interacções”.

4. Tema, Definição e Estudo de Campo

“Arquitectura para Viver ou Parecer? - A Problemática do Anexo e a Consciencialização para Espaços de Fruição”, procura sintetizar o cruzamento de conceitos subjacentes ao estudo. Centrado numa perspectiva de mudança face aos actuais paradigmas, a problemática do anexo surge num contexto de difícil definição, mas por esta via de estimulante indagação.

A arquitectura habitacional reveste-se de uma importância sensível na sociedade, daí a legitimidade da sua abordagem. O anexo surge neste contexto como uma entre muitas transformações advindas de contextos em permanente mudança. “É esta possível mudança que se pretende venha a reflectir-se na qualidade do espaço habitacional, como resposta à pretensão humana em fruir espaços de qualidade, no respeito pelo tempo pelo património histórico, artístico e cultural, e como garante do futuro, também ele, mais qualificado e reconhecível” (Paiva, 2009, 102).

O enfoque na habitação e em especial no anexo deve-se à convicção deste fenómeno se ter enraizado de tal forma que parece ter-se tornado numa realidade indissociável da habitação. O estudo pretende sobretudo esclarecer esta recente necessidade acrescida de expansão da casa, especialmente em determinados contextos sociais.

Do ponto de vista do arquitecto, este tema justifica-se no sentido de perceber o que há de errado com a habitação que, acredita-se, antes era suficiente por si só e na actualidade vê-se sistematicamente ancorada ao anexo.

Outra razão indutora do estudo prende-se com a imagem de determinados anexos. Se parte deles são cuidados e alvo de preocupações do ponto de vista arquitectónico, outros descoram por completo este parâmetro e resultam em elementos dissonantes, que mancham a visão da arquitectura em geral, facto que se acredita ser resultado do facto de na grande maioria se tratar de construções ilegais, isentas de projecto e controlo por parte das entidades competentes.

5. Objectivos

Os objectivos estabelecidos, aparentemente dissociados entre si, concorrem para a definição formal do estudo, no qual se procura conciliar “realidade” e alguma “visão utópica”, associadas à essência da arquitectura. “Realidade”, pelo conhecimento objectivo dos contextos e da diversidade de anexos e actividades a eles associadas, num contributo efectivo e conhecimento emergente. “Visão utópica”, face às dinâmicas de variabilidade e imprevisibilidade dos contextos, dos actores, das acções e dos próprios objectos (Paiva,2009).

Como objectivos gerais do estudo procura-se perceber as motivações inerentes à concepção de anexos, actividades desenvolvidas nos mesmos, assim como o papel da casa e do arquitecto, neste que é um fenómeno relativamente recente, mas de fácil disseminação.

Como objectivos específicos procura-se:

- Contribuir para a compreensão global do fenómeno do anexo, enquanto espaço adicional à casa;
- Identificar as diferentes tipologias de anexo e as motivações inerentes à sua existência;
- Motivar para o usufruto pleno da habitação sem restrições e condicionalismos;
- Reflectir sobre determinado tipo de vivências e ideais;
- Intervir de forma coerente e crítica e aprofundar o conhecimento do fenómeno em diferentes contextos.

6. Problema e Objecto de Estudo

Definida a temática e estabelecido o enquadramento do estudo, segue-se a enunciação do problema e respectivo objecto de estudo.

O problema, se assim se pode chamar, reveste-se de complexidade, na medida em que assume diversas vertentes e prende-se sobretudo com o comprometimento da arquitectura e com uma visão um tanto subjectiva daquela que se considera como uma espécie de submissão do homem face à casa, numa inversão de papéis que não se apresenta lógica, quer do ponto de vista arquitectónico, quer das vivências e suposta lei da vida.

O papel do arquitecto também se vê implicado, uma vez que, de alguma forma, não é suficientemente capaz de conceber uma arquitectura que estimule uma fruição plena e que inviabilize a necessidade de criação de espaços como complemento. O que resulta, por sua vez, no grave problema das construções ilegais e inestéticas que tiram valor à própria habitação dita «principal» e que, por outro lado, mancha de forma tendencialmente crescente a face do país.

Reconhece-se porém que nem todos os anexos serão reflexo do panorama enunciado, mas realça-se o facto de o fenómeno, nas mais diversas modalidades, ganhar forma e

constituir um elemento indissociável da casa, quando a mesma por si só deveria cumprir todas as exigências necessárias à vivência do proprietário. Quando se projecta uma habitação, acredita-se que tal objectivo lhe é inerente.

Definido o problema e vislumbrado o objecto de estudo, este encontra no espaço habitacional o seu território de acção, que se pretende seja promotor de um estudo elucidativo e enriquecedor aos mais diversos níveis, arquitectónico, vivencial e das relações humanas. O elemento anexo, enquanto edifício destinado a um uso complementar e dependente de um edifício principal, é por conseguinte o objecto que se propõe estudar.

7. Questões de Pesquisa

Definidos os objectivos e assumidos alguns dos propósitos metodológicos, remete-se agora para as questões de pesquisa orientadoras do processo de investigação que constituem a base e o fio orientador do presente estudo, bem como a articulação teórica e metodológica das distintas fases do mesmo.

- Em que medida o aparecimento do anexo pode ser resultado de incongruências do projecto da habitação?
- O que leva a que as pessoas invistam em casas das quais depois não retiram o devido proveito e se refugiem no anexo?
- Se o anexo é muitas vezes o espaço à sua medida, onde passam grande parte do dia, qual é afinal o papel da casa?
- Até que ponto esta submissão do homem face à casa, inverte os papéis e a casa deixa de servir os propósitos do Homem, para constituir um local de quase contemplação do seu habitante?
- Qual o papel do arquitecto na proliferação do fenómeno do anexo?
- Em que medida este fenómeno acrescenta algo à casa, ou de que importância se reveste para que actualmente seja tendencialmente indissociável da mesma?

8. Hipóteses

Tendo em consideração que é o ser humano nas suas vivências, desejos e ambições e o seu papel integrante num contexto social, a pedra basilar do estudo desenvolvido, reconhecendo que a construção ou não de uma casa à medida, a idealização ou materialização da casa sonhada e da casa «necessária», depende acima de tudo das percepções e da subjectividade, senão mesmo da emotividade, do seu proprietário. Neste contexto, a formulação de hipóteses, que requer uma análise mais objectiva, procurou ter em

conta a complexidade e a matriz efectiva da investigação. Assim sendo, consideram-se pertinentes as seguintes hipóteses:

- A deficiente relação entre arquitecto e cliente é propícia à existência de lacunas, com relação directa ao fenómeno do anexo;
- O anexo, elemento desprovido de sentido estético onde a arquitectura é descorada mas onde a vivência se processa de maneira muito mais natural e descomplexada;
- Desprovido de artifícios e pudores o anexo é a imagem do seu dono, e a casa a imagem que o mesmo pretende difundir;
- Anexo associado a um desejo de maximizar o espaço doméstico e uma maior especialização dos diferentes compartimentos. Concebidos com o intuito de retirar da casa determinadas tarefas que não contribuía para a ordem e asseio desejados.
- De tal forma enraizada a figura do anexo tende a tornar-se indissociável da habitação.

As hipóteses formuladas, centradas na relação habitante-habitação-anexo, acentuam a problemática em causa e conduzem-nos para a constatação da realidade.

9. Recolha, Apresentação e Análise de Dados

Privilegiou-se a observação directa na recolha dos dados. A investigação decorreu do contacto com as pessoas no seu contexto de vivências, com o intuito de perceber o processo de planeamento e construção no seu todo, tanto da habitação como do anexo. Ou seja, perceber o fenómeno desde a ideia/necessidade que esteve na sua origem, às expectativas do proprietário, passando pelas várias perspectivas que justificam a sua concepção.

A par da observação *in loco*, recorreu-se também à entrevista semi-estruturada enquanto fio condutor na procura e aprofundamento de conhecimentos relativos à questão do anexo numa relação de proximidade e quase indissociabilidade da habitação. A entrevista enquanto elemento complementar, permitiu ainda clarificar aspectos fundamentais através de uma abordagem clara e estruturada da problemática em questão. Além disso, e dada a necessidade de obter um maior rigor e precisão na análise dos fenómenos estudados, procedeu-se também à recolha de imagens para, a par das notas recolhidas, poderem representar de forma fidedigna o objecto de estudo.

A abrangência do estudo de campo foi ampla ao ponto de permitir alargar o campo de acção para além do anexo, estendendo-o à habitação e às vivências subjacentes aos dois espaços em jogo. Os resultados que a seguir se apresentam são essencialmente referentes ao anexo. A restante informação consistiu importante complemento para os restantes capítulos, nomeadamente no que concerne a casos representativos e conhecimentos adquiridos que se reflectem num discurso mais convicto e fundamentado.

Considera-se importante pormenorizar um pouco mais como se procedeu a este levantamento, à análise dos seus resultados e respectiva organização e apresentação de dados.

A recolha de depoimentos no local foi decidida com o intuito de privar com os entrevistados no seu contexto familiar, tendo a possibilidade de os observar em contacto com as suas habitações e o espaço que elegeram para criar raízes. Esta situação ofereceu, a par dos testemunhos, a possibilidade de ter distintas percepções acerca do meio em que os entrevistados se inserem, o tipo de hábitos que possuem, a forma como se posicionam face à casa em que habitam e à área circundante. A ter-se optado pelo simples envio e devolução de inquéritos, dispensando a observação *in loco* e a recolha presencial de informações, acredita-se que muito ficaria por perceber. Na sua generalidade, os inquiridos mostraram-se colaborantes, abrindo as portas à análise mais pormenorizada quer das construções, quer das perspectivas morais e sociais que lhe estavam implícitas.

Seguindo uma linha cronológica, teve lugar, numa fase preliminar, o estudo de campo na Zona de Nine. A necessidade de associar cada anexo encontrado a determinada tipologia, constituiu desde cedo uma tendência crescente. Talvez porque estava de certa forma implícito a este estudo a determinação e caracterização da ou das tipologias que de certa forma poderiam ser representativas do fenómeno a nível nacional. Assim sendo, à medida que se apresentavam diferentes contextos no âmbito do anexo, tentou-se quase de forma diária a sua agregação em determinada tipologia lógica, associada às razões da sua construção ou aos usos actualmente verificados, embora daí decorrentes. Com a progressão do trabalho, a necessária adaptação e reorganização destas tipologias tornava-se mais clara, evidenciando desde logo uma ou outra que vieram a constituir as cinco eleitas.

Cada tipologia definida, representa pelo número de casos, pela presença de que se reveste, ou ainda pelo valor que constitui para os seus donos, uma forma concisa de ver agrupados os objectos de estudo, que constituiriam um importante termo de comparação para a fase que se seguiu, neste caso em âmbito consideravelmente distinto.

No distrito de Braga, mais precisamente na vila de Nine, verificou-se um forte predomínio da pastorícia como ocupação principal dos habitantes locais. Por essa razão, considerável parte dos anexos encontrados eram utilizados para guardar os animais ou utensílios ligados à lavoura. Estes anexos caracterizavam-se por grandes áreas, de construção pouco cuidada, até mesmo, por vezes, devolutos. Compreendiam tarefas desvinculadas da habitação e directamente associadas ao ofício dos seus proprietários. As vacarias apresentam neste contexto factor relevante, associadas ainda a espaços idênticos que, embora vazios a maior parte do tempo, constituíam ao final do dia abrigo dos animais. Considerou-se por isso o anexo para suprir necessidades/tarefas desvinculadas da habitação, o primeiro anexo percebido.

Ainda neste contexto, rural, de pessoas quase exclusivamente ligadas à terra, pode também associar-se a disseminação de outra tipologia de anexos - enquanto duplicação da habitação. O anexo parece funcionar nestes casos como meio-termo entre o espaço limpo e

cuidado da casa e o espaço «sujo» associado à terra. As construções características deste tipo de anexos compreendiam funções habitacionais semelhantes às da casa. A grande maioria tinha cozinha, sanitários, lavanderia e despensa, propícios à vivência do dia a dia, pelo que os proprietários só careciam da casa para pernoitar. Desta forma, a habitação permanecia asseada, sem grande necessidade de cuidados e manutenção.

Outra das situações que se verificou justificarem a existência do anexo foi a sua função complementar face à habitação. Nestes casos, predominavam principalmente espaços como zonas de arrumos, garagens, canis e locais para instalação de gás e aquecimento, o que, em traços gerais, não pareceu constituir um papel preponderante na vivência dos seus proprietários.

Verificou-se também a existência de anexos com função específica, entendendo-se por isto, uma construção destinada essencialmente a proporcionar momentos de convívio e lazer, independente das habitação, mas de relação próxima com a mesma. Estes anexos eram fundamentalmente construções de apoio à piscina e outras zonas de lazer ao ar livre.

Por último, mostrou-se ainda importante fazer referência a anexos vários, que se optou por designar de anexos supérfluos, tanto pelas suas escassas funções como pela área exagerada que ocupavam. Pareceram acima de tudo construções desprovidas de sentido que, se num momento inicial foram projectados com um determinado intuito, mais ou menos rapidamente foi perdido.

Na continuidade da pesquisa por novas formas de anexo, cujas natureza ou funções seriam capazes de constituir legitimamente uma tipologia própria, e de acordo com o percurso cronológico que anteriormente se enunciou, seguiu-se o estudo de campo desta vez em contexto citadino, que de forma invariável constituiu factor determinante à condução do estudo e respectiva progressão. Porém, convém ressaltar que, dependendo da localização em meio rural ou urbano, foram notórios alguns constrangimentos específicos que, em certa medida, obrigaram a um ajuste das escolhas de investigação. Enquanto na vila, os entrevistados se mostravam completamente disponíveis à conversa e a uma cooperação mais emotiva, na cidade mostraram-se mais fechadas e menos disponíveis, obrigando muitas vezes a encurtar o contacto frente a frente, o que se crê ser resultado de diferentes estilos de vida e hábitos induzidos. Além disso, as diferenças entre as duas localidades passam ainda pela identidade cultural o que, como se verá a seguir, influencia a natureza das habitações e dos respectivos anexos que, em certa medida, se revelaram por um lado próximos e por outro lado afastados das tipologias que os antecederam, na vertente de carácter rural.

Por distintas tipologias, temos numa primeira análise, o anexo «estético» que não é mais do que um exacerbar das condições normais de uma habitação. Quer isto dizer que este tipo de anexo assume um papel de mera montra relativamente aos demais, pois revela um profundo cuidado, tanto na imagem que transparece, como nos utensílios de que dispõe, para que seja contudo apenas utilizado em determinadas épocas do ano. Próximo desta tipologia mais virada para a ostentação, identificou-se outro tipo de anexo, o supérfluo. Este reveste-

se de um sentido de inutilidade patente logo desde o seu planeamento, dada a aparência intocável que deixa de forma evidente transparecer.

Quando se pensa na envolveria cultural da cidade de Bragança, reconhece-se a importância que é dada à gastronomia tradicional, a referir, nomeadamente, o folar e os enchidos. Neste sentido, é pertinente definir um outro tipo de anexos, cuja existência se verificou, os anexos sazonais. Como o próprio nome indica, estas construções são utilizadas somente em épocas específicas do ano. Caracterizam-se por uma construção desprovida de artifícios, que apenas serve os efeitos para que foi construído.

Dada a semelhança que se verificou existir nos diferentes anexos das duas áreas de estudo, tanto a nível de formas de construção, como de funções e utilidade, tornou-se pertinente um cruzamento de dados, no sentido de agrupar as várias tipologias que se pensa poderem ser vistas como reflexo do fenómeno a nível nacional. Reuniram-se, por isso, as várias tipologias que a seguir se apresentam.

- Anexo como Duplicação da Habitação

Esta tipologia é sem dúvida uma das que desperta maior incompreensão, do ponto de vista do observador exterior ao proprietário. Como o próprio nome indica, este tipo de anexo consiste numa espécie de duplicação da função habitacional da construção principal, onde são recorrentemente concebidos espaços como cozinhas, lavandarias, casas de banho, quartos multiusos, uma série de compartimentos existentes na habitação, mas que vêm no anexo a sua inoperância. Concebido com o intuito de minimizar o normal desgaste decorrente do seu uso, na habitação, o anexo representa o elemento libertador de possíveis constrangimentos, mas onde não são descurados osasseios, uma vez que é nele que são, regra geral, recebidas as visitas mais íntimas e é nele que se efectuam as necessárias manutenções no sentido de propiciar desenvolvimento das actividades rotineiras que apenas ao anoitecer libertam o anexo do seu uso exacerbado. A casa constitui portanto o local de retorno para a tranquilidade da noite e regresso ao anexo pelo amanhecer. (ver exemplo representativo, ficha n.º 1).

- Anexo *Ostentatório*

Comparativamente à primeira tipologia, este anexo é surreal, se o primeiro se deixava adivinhar que existisse, este foi a real surpresa. Começando pela sua denominação, a definição de ostentatório remete necessariamente para a prática da ostentação e na realidade nada mais é do que isso. Desprovido de vivências, encontra-se intocável e

convenientemente equipado a rigor. A constatação da não fruição deste espaço é clara mas não admitida. Como seria de esperar o reconhecimento do anexo enquanto elemento ostentatório não é assumido por parte do proprietário mas, ao mesmo tempo, quando confrontado com a pertinência deste espaço, fica sem argumentos, o que nos remete necessariamente para um “ter por ter”, não ser inferior ao vizinho. (ver anexo, ficha n.º 12).

- Anexo Sazonal

Contrariamente aos anteriormente apresentados, este tipo de anexo reveste-se de considerável importância e é resultado da cultura e costumes transmontanos. O anexo, tal como hoje o vemos, é resultado do aperfeiçoamento de técnicas e perpetuação de saberes e costumes vindos de gerações anteriores, mas fortemente enraizados, que se perpetuam até aos dias de hoje. A figura do anexo, condensa neste âmbito costumes próprios de determinada época do ano. É essencialmente nas estações mais frias que este anexo constitui o elemento primordial de calor, onde se reúne a família, para desfrutar do calor mecanicamente emanado para a correcta secagem do fumeiro. Estes anexos também possuem, na sua grande maioria, fornos a lenha, que em determinadas ocasiões cozem pão, folar e carnes próprias para as festividades. Em épocas de temperaturas mais elevadas o anexo é preterido à habitação.

- Anexo como Complemento

O presente anexo vai de encontro à real definição do termo anexo que o enuncia como o edifício destinado a um uso complementar e dependente do edifício principal. Assim sendo, um edifício anexo assegura usos complementares necessários à utilização do edifício principal (por exemplo garagem, arrecadação, abrigo para animais de estimação, etc.). O edifício anexo não tem, pois, autonomia do edifício principal.²⁴ Na realidade, variando somente os compartimentos existentes, a grande maioria cumpre na íntegra a definição enunciada. De referir que este tipo de anexos, pela função que lhes é atribuída, desligada da habitação, encontra-se, regra geral, mais distanciado, não competindo pelo protagonismo e afastando da dela, funções que não lhe são próprias. Estas podem estender-se a tarefas próprias do ofício do proprietário ligado à agricultura, pastorícia, artes várias que vêm neste espaço complementar à habitação o local apropriado ao desempenhar destas funções, ou simplesmente uma área de apoio e relativa proximidade, que desempenha as funções a ele destinadas.

²⁴ De acordo com a definição do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 2ª edição revista e ampliada – Editora Nova Fronteira, citada no Projecto de Vocabulário do Ordenamento do Território-fichan.º22, Versão de Setembro de 2004

Não se pode deixar de enunciar uma última componente destes anexos que se prende efectivamente com compartimentos de apoio à piscina e espaços exteriores. Em habitações cujos espaços exteriores privilegiam o convívio ao ar livre, estes anexos alojam compartimentos como balneários, arrecadações para elementos de manutenção do jardim e piscina, zona de grelhados, entre outros. (ver anexo, ficha n.º 12).

10. Conclusões Preliminares

Esta fase de estudo de campo, a interacção com os diferentes intervenientes e formas de arquitectura e anexos surpreendentes, constituíram de forma inegável uma importante mais-valia para a elaboração da presente dissertação, assim como uma experiência pessoal efectivamente enriquecedora.

No que concerne à localização geográfica das tipologias de anexo, optou-se por uma não dissociação entre diferentes áreas de estudo, uma vez que se crê que elas sejam representativas do fenómeno na sua generalidade, induzindo-nos às tipologias existentes na generalidade do país, com maior ou menor incidência de determinada tipologia, mas acredita-se que sem variações relativamente às tipologias enunciadas. De referir que a tipificação dos anexos foi intencional e permitiu agregar a quase totalidade das configurações do objecto de estudo. Contudo uma ou outra, pela conjugação de diferentes tipologias, ou pela sua diminuta presença, não constituíram elementos suficientes para a definição de uma tipologia própria.

Muito embora dentro de determinadas tipologias, encontremos anexos aparentemente distintos, no que respeita à sua essência, contudo, permite agregá-los na mesma classificação. Em traços gerais, será também possível agrupar as diferentes tipologias em dois grandes grupos distintos, um que se acredita ser mais «aceitável» tendo em conta a sua função, em relação ao outro. De forma lógica o primeiro grupo seria constituído pelas duas primeiras tipologias - anexo como duplicação da habitação e anexo ostentatório - e o segundo grupo pelas restantes. Justificando a opção, tem-se que o primeiro grupo se distancia consideravelmente da habitual definição de anexo e compromete o papel da habitação. Se o anexo como duplicação da habitação se apresenta dispensável na medida em constitui uma repetição de espaços próprios da habitação e acréscimo de custos para o seu proprietário que vê na casa uma espécie de elemento museológico, o anexo ostentatório constitui o elemento supérfluo puro e simples, cuja pertinência é nula. No campo da ostentação, compete com a imagem da casa, numa extensão de materiais e qualidade de espaços. Difícil de dissecar a intenção subjacente a estes espaços é fruto da própria inconsciência ou intencionalidade do seu dono que resiste em admitir a sua inutilidade. Muito longe de corresponderem aos reais ou expectáveis propósitos do anexo, torna-se eventualmente pertinente a sua agregação num mesmo grupo.

Quanto ao possível segundo grupo - compreendendo o do anexo sazonal e do anexo como complemento - carece de maior relevância e compreensão pela sua significância arquitectónica. Pois na medida em que cumpre funções distintas da habitação, necessita de local próprio, e tal como seria esperado, complementa a habitação, não competindo com ela, dado que tem usos perfeitamente divergentes. Nestas circunstâncias, a figura do anexo assume um papel preponderante para a vivência do seu proprietário, que não concebe a ideia da sua inexistência o que é em certa medida justificável que assim seja, visto a sua presença funcional se afigurar perfeitamente admissível no contexto em causa.

Na generalidade dos casos, o anexo representa um elemento «escape», de puro aconchego e à-vontade, elemento de reduzidas proporções, parece de alguma forma satisfazer o utilizador no seu interior, muitas vezes aquecido, outras, livre de artifícios. A legitimidade de que se reveste a vivência humana na habitação não deveria permitir brechas para que outro espaço lhe retirasse a essência, e isto conduzir-nos-á certamente a uma reflexão profunda, na medida em que se o homem sente esta necessidade adicional de procurar um espaço à sua medida, de ver na casa quase um elemento de veneração, algo está efectivamente mal. E este «desvio», numa análise mais imediata, poderá apontar-se ao arquitecto: que no exercício da sua função não foi capaz de sensibilizar o cliente para escolhas mais acertadas na rentabilização dos recursos ao construir uma casa mais adequada às necessidades e à correcta e estimulante vivência em habitação do seu cliente. Ou então ao cliente, que por sua vez foi negligente ao entregar na mão do arquitecto a obra da sua vida, sem as respectivas restrições e exigências que lhe permitiriam ter naquela, a sua casa, resposta aos seus propósitos e aspirações.

No entanto, e já numa análise mais profunda do fenómeno da disseminação dos anexos, seria ilícito não ter em conta as influências culturais e sociais que se acredita estarem também na base das escolhas dos proprietários. Muitas vezes a casa assume uma tentativa de marcar uma posição na sociedade em que cada individuo se insere decorrente da necessidade de pretensa e reconhecimento próprio do ser humano. Neste contexto, explica-se a razão da tendência para construir «casas montra» que mesmo que não sirvam os propósitos e se transformem num peso incomportável são demonstrações de poder.

Noutros casos, a habitação segue uma lógica de cumprir a tradição, de ter uma casa grande porque os familiares também a têm, porque a família é numerosa e assim o justifica. O que, não raras vezes, resulta em construções que vão muito além das necessidades dos seus donos, ou então que apenas por um curto espaço de tempo são desfrutadas na sua totalidade.

Este panorama caracteriza um dos principais aspectos particulares da cultura de um país, que é a tendência para a orientação a curto ou a longo prazo. Pela primeira entende-se a preocupação em satisfazer as necessidades do «aqui e agora» sem ponderar consequências futuras, pela segunda compreende-se exactamente o contrário, uma constante avaliação das decisões tendo em conta o «amanhã». Hofstede (1991) elaborou um estudo em que concluiu que nas sociedades orientadas para o curto prazo transparecem um grande apreço pelas

tradições, respeito pelas obrigações sociais e estatuto a qualquer custo, preocupação com a imagem que se dá e “pressão social para não ser menos que o vizinho, mesmo que isso implique gastos excessivos” (1991,203).

Voltando ao objectivo principal, o de tentar clarificar o fenómeno do anexo como elemento complementar à casa, o que parece acontecer é que o cliente, ao idealizar a casa, pensa para além das suas necessidades, que são mesmo, por vezes, passadas para segundo plano - erro crucial - o que leva a crer que existe uma tendência mais ou menos generalizada para a exacerbação da casa, tornando-a tendencialmente mais complexa e menos útil e prática.

Acredita-se que, se na generalidade dos casos o envolvimento entre o cliente e o arquitecto resultasse em projectos à medida do utilizador (aceitáveis do ponto de vista arquitectónico e tendo em conta as vivências), a necessidade adicional de construir um anexo cairia por terra. Se a tendência crescente da proliferação dos anexos nos preocupa, a sua apresentação preocupa ainda mais. Se existem anexos alvo de cuidados do ponto de vista arquitectónico, que de alguma forma são agradáveis à vista e não prejudicam a imagem da casa, outros há que são verdadeiras nódoas negras, barracões inestéticos que mancham a imagem da arquitectura, que ousam fantasiar ser parte dela e que em nada engrandecem a habitação. Muito pelo contrário, na sua grande maioria concebidos nas traseiras, os anexos tentam esconder o elemento nefasto e de pretensa ilegalidade, que assim tende a passar despercebido à presença do fiscal da câmara, que pouco ou nada faz para inviabilizar a sua disseminação.

No entanto, é necessário ter em mente que, se por um lado, os anexos, construídos recorrentemente de forma ilegal e rudimentar, representam não só uma ameaça à visão dos que com eles se deparam, mas ainda um elemento que tende a *engolir* a casa, retirando-lhe valor, espaço, visibilidade e prejudicando o seu desempenho, por outro lado, há que reconhecer que a figura do anexo se reveste de grande intimidade e de uma certa cumplicidade por parte do seu proprietário que faz paralelismos do género: “uma casa sem anexo é como um jardim sem flores”²⁵, sentimento transcendente à maioria dos entrevistados.

Um factor que é determinante no conceito de habitação e que é muitas vezes preterido em prol de factores menosprezáveis do ponto de vista da essência do habitar, da concretização de projectos aceitáveis, prende-se sobretudo com o conforto. Este que deveria ser o valor-primeiro, é recorrentemente passado para segundo plano, elevando-se valores aparentemente maiores. Neste contexto, é de salientar que (pelo que foi possível perceber

²⁵ Afirmação feita por uma das pessoas entrevistadas ao logo do trabalho de campo.

junto dos vários proprietários abordados) a definição de conforto da habitação e por conseguinte do anexo, é desfasada da realidade.

Por conforto entende-se de uma forma genérica, um bem-estar, aconchego, comodidade, uma forma de consolação que acomoda.

Já o conceito de conforto enunciado pelos proprietários intervenientes no estudo, distancia-se de um plano íntimo de bem-estar pessoal, próximo de um plano material, que se prende com a posse de objectos. Objectos que passam pela casa própria, por mobiliário ou electrodomésticos. Em oposição, nota-se uma desvalorização de elementos como, um bom isolamento, materiais de qualidade, uma temperatura interior agradável, uma casa que serve os propósitos, que é prática e agradável. Esperava-se, em certa medida, que estes últimos aspectos fossem os primeiros a ter em consideração, mas, em traços gerais, a leitura da vivência da casa nos contextos analisados remete necessariamente para a ostentação, a concepção para o outro ver e não para o próprio viver.

CAPÍTULO V Avaliação e reflexões: Caso Representativo²⁶

1. Nota Introdutória

Neste capítulo tenciona-se consolidar conceitos, retirar conclusões e fornecer argumentos objectivos para questionar determinadas convicções e suscitar a dúvida, no sentido de olhar a casa sob diferentes pontos de vista.

Recorrendo mais uma vez a um exemplo representativo, procura-se demonstrar que opções erradas (sobredimensionamento, duplicação de espaços, exagero de formas, etc.) acarretam custos que o benefício alcançado não justifica.

Na tentativa de estimar uma real poupança, tendo em conta opções mais correctas, parte-se de um projecto, cujas preferências são incongruentes e tenta-se uma conversão para algo próximo do ideal (mantendo as características de construção actual, pois o ideal seria optar por renovadas formas de concepção também neste âmbito, cujo desempenho enriqueceria a construção de forma qualitativa) tendo em consideração uma série de factores, nomeadamente as aspirações do proprietário. Esta simulação passará sobretudo pelo redimensionamento de espaços e a eliminação de outros, desprovidos de utilidade. O cálculo efectivo e rigoroso, apresenta-se como uma impossibilidade, dados os múltiplos e numerosos factores a ter em consideração. Contudo, o alcance pretendido prende-se essencialmente com desperdícios mais evidentes e cujo impacto financeiro trará maior ou menor conforto ao proprietário. Assim sendo, irá sobretudo ter-se em consideração, o custo por m² da construção em vigor e os gastos inerentes à criação de um ambiente propício ao conforto termo-higrométrico²⁷.

O objectivo último será apurar um valor que eventualmente justifique a reflexão e a acção perante a situação actual. É esta desejável mudança que se pretende venha a reflectir-se na qualificação do espaço vivencial, como resposta à pretensão humana em fruir espaços úteis, de elevada qualidade, frutos de uma arquitectura ambientalmente responsável.

²⁶ Ver Anexo B

²⁷ “Como qualquer outra noção de conforto, resultante de sensações humanas onde intervêm factores subjectivos, também a noção de “conforto termo-higrométrico” em edifícios não será de fácil definição. Existe, no entanto, um conteúdo básico correspondente à satisfação estrita de condições fisiológicas que se reconhece indispensável.” “Considera-se correntemente que um indivíduo está colocado em condições de conforto termo-higrométrico quando não experimenta qualquer desagrado ou irritação de modo a distrai-lo das suas actividades de momento. A condição básica para que tal se verifique é a de que o sistema termo-regulador do organismo se encontre em equilíbrio com o ambiente dado, isto é, que haja num dado momento equilíbrio de um conjunto de condições bio-fisiológicas”(Nepomuceno, 2009).

2. Estudo de caso

Na linha do que se tem vindo a defender, projectos ideais não existem. Projectar objectos ou espaços que não sejam passíveis de concretização e posterior apropriação pelos proprietários não tem razão de ser e constituiria somente uma utopia que em nada contribui para o erradicar de atitudes menos ponderadas, nunca lograria servir o intuito de suscitar a dúvida, que uma vez mais se enuncia como objectivo último.

Posto isto, não se vai proceder à elaboração de um projecto, cujos objectivos nunca seriam provavelmente alcançados e conclusões a ele associadas, teme-se, impossíveis de dissecar.

Numa sociedade em que o poder monetário é um factor determinante na concretização de aspirações, onde se vê instalada uma crise económica, a ponderação de gastos, de atitudes impróprias a necessidade de poupança, constituem actualmente uma forma coesa na tentativa de frente à ameaça de privações e futuro de difícil definição.

Certo é que, para muitos, aqueles cujo poder económico não é resultado de um moroso percurso de ascensão e valorização profissional, mas de uma vida fácil e inconsciente, a casa permanecerá como objecto de ostentação e palco de encenações. Não se pretende retirar-lhes o direito, somente reprovar a concretização de devaneios cujo resultado é extensivo a todos e que contribui, em última instância, para o degenerar do sentido da arquitectura, que se vê cada vez mais distante do esperado.

As razões económicas são sem dúvida o motor propulsor da actual sociedade. Assim sendo, tentar-se-á que este mesmo factor seja determinante para a necessária tomada de consciência, ao ponderar um projecto, tendo em consideração os gastos inerentes e as possíveis poupanças. De referir que tal ponderação só faz sentido, na medida em que na fase de elaboração do projecto, tal reflexão não constituiu factor determinante no diálogo entre arquitecto e cliente. E se em determinado momento se poderia ter pensado que este não constitui exemplo representativo, o estudo de campo veio provar o contrário.

De entre muitos exemplos do mesmo género, opções incongruentes, elegeu-se o caso em estudo, principalmente devido à facilidade na reunião de elementos para posterior análise. Verificou-se na generalidade dos casos, o objecto do estudo de campo possuía um exagero de formas, dimensões, compartimentos sem qualquer justificação plausível, a não ser um desejo pessoal inconsciente.

Na impossibilidade de apurar de forma minuciosa os gastos inerentes ao projecto em questão, múltiplos que seriam os factores a ter em consideração aliados à difícil, senão impossível exacta determinação, simplifica-se a estimativa com base em dois valores cujo peso, acredita-se, será o bastante para motivar uma tomada de consciência.

Ter-se-á em consideração, como aliás já foi referido, o custo por m² em vigor e os gastos inerentes à criação de um ambiente propício ao conforto termo-higrométrico.

Primeiramente (fase 1) irá aferir-se o custo por m² relativo ao edifício real, tal e qual existe, tendo em consideração os respectivos compartimentos e áreas.²⁸ Em momento posterior (fase 2) e passando para o plano do ideal, calcular-se-á um hipotético edifício, resultado da subtracção de espaços duplicados e inúteis, assim como da redução de áreas excessivas e desnecessárias. Seguir-se-ão as respectivas considerações com base nos valores obtidos por comparação.

2.1 Custo por m²

Como foi referido no presente capítulo, o custo total da obra seria no âmbito deste trabalho de difícil, senão de impossível determinação, na medida em que as variantes inerentes ao custo da obra são muitas. No entanto, o proprietário da habitação definiu o intervalo de [150.000€ a 300.000€] como aquele em que o custo total da obra se inseria. No sentido de aferir um valor percentual de certa forma mais elucidativo, estimou-se o custo total de obra em 225.000€, valor médio do intervalo, corresponde a 100% do custo total da obra.

Para o cálculo efectivo destes valores, serão tidos em consideração os custos de construção por m² em vigor na área do município de Bragança para habitação corrente (260€) garagens e anexos (150€).

Fase 1 (Construção actual *sobredimensionada*):

Tipologia	Área (m ²)	Custo (€)
Garagem	222.0	33.300
Anexo	72.92	10.938
Habitação Corrente	317.59	82.573
Total:		126.811

Fase 2 (Construção hipotética *à medida do utilizador*):

Tipologia	Área (m ²)	Custo (€)
Garagem	111	16.650
Habitação Corrente	201.29	52.335
Total:		68.985

²⁸ Como foi referenciado no capítulo anterior, o projecto em causa é provido de anexo, constituindo o mesmo um elemento de fruição de 1.^a linha, a área dos respectivos compartimentos que se inserem nesta condição será somada à da habitação, uma vez cumprem funções próprias da mesma (cozinha, zona de forno, WC), os restantes serão calculados contemplando o valor destinado a anexo, na medida em que contrariando a referida condição representam espaços próprios do mesmo (canil, espaços abertos para arrumações). Por esta via teremos a totalidade da área habitável (habitação corrente) e a área não habitável (anexo propriamente dito).

De leitura simples, temos a partir dos valores apresentados nas diferentes fases que os custos inerentes à concretização do projecto da primeira fase (edifício sobredimensionado - fase 1) representam cerca de 126.811€²⁹, cerca de 56,36% do custo total de obra referido anteriormente. Por sua vez o custo acarretado por um hipotético edifício (fase 2), à medida do utilizador, estimou-se em 68.985€

Tendo em conta os valores expostos e salientando o facto do projecto hipotético (fase 2) ter resultado de um esclarecedor diálogo com o proprietário do edifício sobredimensionado³⁰ tem-se que: subtraindo ao custo do edifício inicial (fase 1), o custo relativo aos espaços desprezados e excesso de dimensão, uma poupança de 57.826€.

Se o custo por metro quadrado se apresenta, segundo determinada perspectiva, irrisório, o mesmo não se poderá dizer se a esse valor acrescentarmos o respeitante à criação de um ambiente propício ao conforto termo-higrométrico ao longo da vida útil do edifício em estudo. Remetem-se as conclusões para fase posterior à apresentação dos valores, capazes de elucidar nesse sentido.

2.2 Ambiente propício ao Conforto Termo-Higrométrico

Para o cálculo dos custos inerentes à criação do conforto termo-higrométrico, recorreu-se ao simulador de eficiência energética em edifícios casA⁺ da ADENE³¹. De realçar que os resultados obtidos têm carácter meramente indicativo, baseados em diversas aproximações técnicas.³²

Defende-se que os valores alcançados através do simulador serão suficientes para criar o impacto necessário a uma tomada de consciência.

De seguida, numa espécie de quadros síntese, apresentar-se-ão os dados introduzidos e os respectivos resultados obtidos através do simulador. No seguimento do que tem sido feito, este processo vai decorrer em duas fases distintas, uma primeira fase (fase 1) que diz respeito à construção actual - sobredimensionada, e posteriormente a segunda e última fase (fase 2) que é respeitante ao hipotético edifício, à medida do utilizador.

³⁰ Admitida a adopção de opções erradas das quais é claro o arrependimento, salienta-se na actualidade a consciência por distintas e claras preferências. O exagero de espaços e dimensões acarreta custos que em nada beneficiam o proprietário, na medida em que não retira deles o proveito desejável à sua rentabilização. Se por momentos se possa pensar que são necessários anos para que um projecto fique ultrapassado ou deixe de ir ao encontro dos anseios do proprietário, basta apenas uma década ou nem isso (projecto elaborado em 2001), para que se tome consciência da incongruência das opções tomadas e se proceda a remedeios ou lamentações.

³¹ Agência para a Energia (<http://www.casamais.adene.pt/>)

³² O simulador adoptado respeita as normas e parâmetros genéricos detalhados no DL 80/2006. Para a realização de um estudo detalhado e rigoroso do desempenho energético da habitação e de possíveis medidas de melhoria da mesma, ter-se-ia de recorrer a um perito qualificado. Contudo a complexidade do método e a inviabilidade da sua concretização, não se apresentava determinante, na medida em que com o compromisso de valores estimados se pretende na presente dissertação apenas uma tomada de consciência, à qual se sucederia, em fase posterior e possivelmente para efeitos de doutoramento, o cálculo efectivo dos gastos em paralelo com a concretização minuciosa do projecto que erradicaria os desperdícios, a ostentação, baseado em soluções ponderadas, objectivas e plenas de fruição.

Fase 1 (Construção actual *sobredimensionada*):

Dados Introduzidos:

Distrito/Região	<i>Bragança</i>
Concelho	<i>Bragança</i>
Prédio/Moradia	<i>Moradia</i>
N.º Pisos	<i>2</i>
Tipologia	<i>T4</i>
Área Habitação	<i>230-295m²</i>
Ano Construção	<i>Posterior a 2000</i>
Materiais de Construção: - Cobertura - Constituição das paredes - Laje - Caixilharia/Vidro/Protecção	<i>Inclinada Parede Dupla de Alvenaria com Isolamento Laje de Betão PVC/Duplo/Exterior</i>
Equipamentos: - Águas quentes Sanitárias - Ventilação - Aquecimento - Arrefecimento - Energias Renováveis	<i>Esquentador Natural Caldeira Convencional/Mural Natural Não tem</i>

Resultados Obtidos (Simulação):

Aquecimento	<i>251kWh/m² ano</i>
Arrefecimento	<i>1kWh/m² ano</i>
Aquecimento de águas quentes sanitárias	<i>36kWh/m² ano</i>
CO ₂ da Habitação	<i>3287kg ano</i>
Classe Energética	<i>C</i>

No que concerne ao aquecimento, a simulação realizada permitiu estimar que serão necessários 251kWh/m² por ano para aquecer a habitação e mantê-la em condições de conforto térmico ao longo de aproximadamente sete meses, (o período de tempo característico de condições climáticas mais adversas na cidade de Bragança). O valor corresponde a +100% do valor limite de referência para uma habitação nova.

Por sua vez, e respeitante ao arrefecimento, a simulação efectuada permitiu aferir que serão necessários 1kWh/m² por ano para arrefecer a habitação e mantê-la em condições de conforto térmico ao longo de todo o ano. O valor obtido corresponde a -90% do valor limite de referência para uma habitação nova. A inexistência de mecanismos de arrefecimento na habitação, deve-se ao facto da mesma permanecer maioritariamente fechada, da existência de espaços amplos e de diminuta taxa de ocupação, factores que contribuem para a conservação de uma temperatura aceitável, que não justifica o acréscimo de custos para arrefecimento. O mesmo não se poderá dizer no que concerne ao aquecimento.

Relativamente à preparação da água quente sanitária, este indicador não fazia parte dos objectivos iniciais, mas uma vez que o simulador nos permitiu o conhecimento de mais um parâmetro a ter em consideração aquando da concretização de determinado projecto, parece-nos claro que só poderíamos beneficiar com a sua inclusão. Assim sendo, foi possível estimar que serão necessários 36kWh/m² para a preparação de águas quentes sanitárias ao longo de um ano. O valor determinado corresponde a +62% do valor limite de referência para uma habitação nova, (de referir uma vez mais que a habitação em estudo foi projectada em 2001).

Um factor de extrema importância, muitas vezes ignorado, é o da emissão de gases de efeitos de estufa associados ao consumo energético de determinada habitação. Relativamente à habitação em estudo foi possível estimar através da casA⁺ uma emissão anual de 3287 kg, o que corresponde a +141% do valor limite de referência para uma habitação nova.

Relativamente ao indicador não menos importante, a Classe Energética, como foi possível constatar no quadro síntese dos resultados obtidos pelo edifício em estudo, foi atribuída a classe C, que nos remete tragicamente para valores de 100 a 150% do consumo de referência para uma habitação nova.

Como nos havíamos comprometido em fase anterior, os valores apresentados seriam em euros de forma a proceder a comparações julgadas úteis ao nível de gastos e poupanças. Assim sendo, ter-se-á em consideração o custo do kWh em vigor³³.

Por esta via, aos 251kWh/m² multiplica-se o respectivo n.º de m² correspondente à habitação corrente³⁴ (269.89m²) obtendo o total de kWh. De seguida divide-se o total de kWh encontrado no passo anterior pela eficiência de referência das caldeiras murais (80% conforme referido no artigo 18.º do DL 80/2006) obtendo-se o total corrigido.

	kWh/m ²	Área (m ²)	Total 1 (kWh)	Total 2 (kWh)	Total € (s/ IVA)	Total final € (c/ IVA 6%)
<i>Aquecimento</i>	251	269,80	67.719,8	84.649,75	4.664,20€	4.944,05€
<i>Arrefecimento</i>	1	269,80	269,80		35,04€	37,15€

O valor total final apresentado para efeitos de aquecimento no canto superior direito, representa o valor anual, relativo a 12 meses. Uma vez que as necessidades com o aquecimento apenas se verificam ao longo de 7 meses, o valor total (4.944,05€) divide-se por 7 e exclui-se o valor respeitante a cinco meses, que não carecem de aquecimento.

Tendo em consideração que este valor (4.944,05€) é relativo a um aquecimento de 100%, ou seja respeitante a 24h de aquecimento diário, e como é do conhecimento geral ninguém mantém em permanência o aquecimento ligado ao longo de 24h consecutivas, proceder-se-á à conversão deste valor para um gasto estimado de 8h de aquecimento por dia ou seja, reduzir para 33,33% o gasto do consumo a que havíamos chegado na fase anterior. Dos 4.944,05€ obtém-se 1.648,02€, valor relativo a um ano de aquecimento ao longo de 7 meses e de 8 horas diárias. A título de curiosidade este valor repercutir-se-ia numa factura mensal em 222,10€.

Se a partir do valor de 1.648,02€, relativo aos gastos anuais inerentes à criação de um ambiente propício ao conforto termo-higrométrico, se convencionar o período de vida útil do edifício em 60 anos, consegue-se uma estimativa dos gastos acarretados ao longo da vida

³³ O preço do kWh (electricidade) varia em função do mercado (regulado ou liberalizado), do nível de tensão (Baixa Tensão, Média Tensão, etc.) e em alguns casos do período do dia em que é efectuado. Ter-se-á em consideração um tarifário simples e o respectivo preço de energia que varia com o consumo (euros/kWh) em vigor (0,1299/kWh). Para o aquecimento o kWh é referente a gás em que o seu fornecimento em Bragança é feito pela Duriensegás que pratica 0,0551€/kWh para o 3º escalão correspondente ao consumo anual entre 501 e 1.000 m³ por ano. A todos os custos indicados acresce o IVA à taxa legal em vigor (6%) aquando da realização do presente capítulo.

³⁴ Habitação + compartimentos habitáveis do anexo.

útil³⁵ do edifício: Em termos de conclusões preliminares, tem-se pelos dados apresentados que a soma dos gastos necessários à criação de um ambiente propício ao conforto na presente habitação acarreta cerca de 1.648,02€ e que este mesmo valor multiplicado pelo n.º de anos correspondente à vida útil do edifício representa um custo final de 98.881,07€.

Os valores respeitantes aos gastos inerentes ao arrefecimento consideram-se desprezáveis do ponto de vista dos cálculos efectivos.

Como não poderia deixar de ser, proceder-se-á à comparação dos valores obtidos nas diferentes fases, para que no final se alcance um único valor, a poupança que se poderia amealhar, optando por soluções legítimas em detrimento das incongruentes e nefastas, não só para o “bolso” do proprietário, mas para o sentido da arquitectura para cada um que convive com tais opções e por último para o planeta, que como se pode verificar mais à frente, padece também do mal da *arquitectura degenerativa*.

Fase 2 (Construção hipotética à medida do utilizador):

Dados Introduzidos:

Distrito/Região	<i>Bragança</i>
Concelho	<i>Bragança</i>
Prédio/Moradia	<i>Moradia</i>
N.º Pisos	<i>2</i>
Tipologia	<i>T2</i>
Área Habitação	<i>155-190m²</i>
Ano Construção	<i>Posterior a 2000</i>
Materiais de Construção: - Cobertura - Constituição das paredes - Laje - Caixilharia/Vidro/Protecção	<i>Inclinada Parede Dupla de Alvenaria com Isolamento Laje de Betão PVC/Duplo/Exterior</i>
Equipamentos: - Águas quentes Sanitárias - Ventilação - Aquecimento - Arrefecimento - Energias Renováveis	<i>Esquentador Natural Caldeira Convencional/Mural Natural Não tem</i>

Relativamente aos dados introduzidos na fase 1, foram apenas alteradas a tipologia e área da habitação, factores suficientemente relevantes para comprometer os valores finais.

Resultados Obtidos (Simulação):

Aquecimento	<i>332kWh/m² ano</i>
Arrefecimento	<i>1kWh/m² ano</i>
Aquecimento de águas quentes sanitárias	<i>33kWh/m² ano</i>
CO ₂ da Habitação	<i>1187kg ano</i>
Classe Energética	<i>C</i>

À semelhança dos resultados obtidos na primeira fase, tem-se que para efeitos de aquecimento, a simulação realizada permitiu estimar que serão necessários 332kWh/m² para

³⁵ Por vida útil do edifício entenda-se o período de tempo durante o qual o edifício, mantém o desempenho esperado, respondendo às exigências de funcionamento para as quais fora projectado e concebido, não excluindo a submissão a atividades de manutenção.

aquecer a habitação e mantê-la em condições de conforto térmico ao longo de todo o ano. O valor corresponde a +102% do valor limite de referência para uma habitação nova.

Já no que concerne a arrefecimento, a simulação efectuada permitiu estimar que serão necessários somente 1kWh/m² para arrefecer a habitação e mantê-la em condições de conforto térmico ao longo de todo o ano. O valor obtido corresponde a -90% do valor limite de referência para uma habitação nova. O valor negativo é referente aos motivos explanados na primeira fase, que permitem ao proprietário, pelo menos no que é respeitante ao arrefecimento, amearhar dinheiro.

Relativamente à preparação da água quente sanitária ao longo do ano para a habitação, estimou-se que serão necessários 33kWh/m². O valor determinado corresponde a +62% do valor limite de referência para uma habitação nova.

No que concerne à emissão de gases com efeito de estufa associados ao consumo energético da habitação em estudo, foi possível estimar através da casA⁺ uma emissão anual de 1187kg, o que corresponde a +39% do valor limite de referência para uma habitação nova.

Respeitante à Classe Energética e sem surpresas relativamente à primeira fase temos a atribuição da classe c, que nos remete mais uma vez e de forma trágica para um consumo de 100 a 150% do consumo de referência para uma habitação nova.

	kWh/m ²	Área (m ²)	Total 1 (kWh)	Total 2 (kWh)	Total € (s/ IVA)	Total € (s/ IVA)
<i>Aquecimento</i>	332	156,15	51.841,8	64.802,25	3.570,60€	3.784,84€
<i>Arrefecimento</i>	1	156,15	156,15		35,04€	35,04€

Mais uma vez e em termos de conclusões preliminares, no que concerne à segunda fase, o valor total final apresentado para efeitos de aquecimento no canto superior direito, representa o valor anual, relativo a 12 meses, uma vez que as necessidades com o aquecimento só se verificam ao longo de 7 meses, o valor total (3.784,84€) vai dividir-se por 12 e excluir o valor respeitante a cinco meses, que não carecem de aquecimento.

Tendo em consideração que este valor (3.784,40€) é relativo a um aquecimento de 100%, ou seja respeitante a 24h de aquecimento diário e como é do conhecimento geral ninguém mantém em permanência o aquecimento ligado ao longo de 24h consecutivas, proceder-se-á à conversão deste valor para um gasto estimado de 8h de aquecimento por dia ou seja, reduzir para 33,33% o gasto do consumo a que havíamos chegado na fase anterior. Dos 3.784,84€ obtém-se 1.261,61€ valor relativo a um ano de aquecimento ao longo de 7 meses e de 8 horas diárias. A título de curiosidade este valor repercutir-se-ia numa factura mensal de 178,46€.

Se a partir do valor de 1.262,61€ relativo aos gastos anuais inerentes à criação de um ambiente propício ao conforto termo-higrométrico, se estimar a vida útil do edifício a 60 anos, consegue-se uma estimativa dos gastos acarretados ao longo da vida útil do edifício: Em termos de conclusões preliminares, tem-se pelos dados apresentados que a soma dos gastos necessários à criação de um ambiente propício ao conforto na presente habitação, acarreta

cerca de 1.262,62€ e que este mesmo valor multiplicado pelo n.º de anos correspondente à vida útil do edifício representa um custo final de 75.696,80€.

Os valores respeitantes aos gastos inerentes ao arrefecimento consideram-se mais uma vez desprezáveis do ponto de vista dos cálculos efectivos.

Conhecidos os valores finais correspondentes às distintas fases apresentadas, é chegada a hora de apresentar as respectivas conclusões finais:

Se a concepção de um edifício sobredimensionado acarreta, aquando da sua materialização, um custo de 126.811€, comparativamente ao custo de uma edificação concebida à medida do utilizador que requer 68.985€, e se a concebida à medida do utilizador, como o próprio nome indica é suficiente para suprir as suas necessidades, fará sentido investir mais **57.826€** numa casa maior? A resposta será com certeza de fácil decisão, por esta via, acredita-se, necessariamente negativa pois a opção menos dispendiosa é apenas 54,4% da mais dispendiosa apenas na construção representando uma poupança de **45,6%**.

Se a concepção deste mesmo edifício sobredimensionado, implica custos ao longo da sua vida útil (60 anos), a decisão da sua concretização assume maior relevo e ponderação. Se na possibilidade de hipoteticamente se conhecerem estes custos e os mesmos tivessem a capacidade de surpreender negativamente, a decisão da tal concepção seria necessariamente agravada. Conhecidos os valores relativos à climatização de forma individual respeitantes à casa sobredimensionada, 98.881,07€, acredita-se que o impacto seja suficientemente grande, mas e se por comparação com os valores alcançados pelo edifício concebido à medida do utilizador (75.696,80€) se chegasse à conclusão de que se poderia ter amealhado ao longo de uma vida em despesas relativas ao aquecimento, **23.184,26€**. Novamente, a diferença entre o custo de climatização da casa sobredimensionada e o custo de climatização da casa à medida do utilizador é significativa, cerca de 23,4% de poupança.

O anterior valor proveniente da poupança relativa a aquecimento ao longo de uma vida através da opção por uma casa à medida do utilizador, se acrescido pelo valor da poupança relativo ao custo por metro quadrado aquando da edificação (**57.826€**), induz uma poupança final de **81.010,26€**, mais de **64%**.

Se tais valores se apresentam insuficientes como forma de consciencialização do sujeito, apelamos ao planeta. Para o qual são emitidas ao longo da vida útil do edifício cerca de 197.22 toneladas de gases de efeitos de estufa associados ao consumo energético. Ao optar pelo edifício à medida do utilizador, estaríamos a eliminar a emissão de 126 toneladas de CO₂, na medida em que este projecto implica emissões de valor consideravelmente inferior, mas não menos dramático de 71.22 toneladas. De qualquer forma, se a medida fosse ponderada e aplicada por todos os que pretendem edificar, os números adquiririam proporções ainda mais significativas e, quem sabe, viveríamos num mundo melhor e com mais qualidade de vida.

3. Nota Conclusiva

Perante os valores apresentados, é difícil conceber que alguém possa perante eles ficar indiferente. Trata-se de valores consideráveis, que convenientemente canalizados poderiam constituir conforto acrescido ao proprietário da habitação.

A poupança alcançada, embora relevante, poderia ser duplicada, até mesmo triplicada. A vasta gama de materiais inovadores, a sua aplicação de forma lógica e ponderada, a implementação de instalações de energias renováveis, diversos factores que contribuiriam para uma poupança muito mais significativa. Basta constatar que as alterações produzidas foram mínimas, mas suficientemente capazes para constituí uma significativa poupança. E perante a actual crise económica qualquer forma de poupança é aconselhável.

A intenção subjacente à realização deste estudo de caso, foi a de que se reflectisse sobre determinado tipo de opções, preferencialmente sempre numa fase precoce, anterior à construção e nunca posterior, como aqui se fez por razões óbvias.

Como qualquer outro projecto, pensar a casa reveste-se de complexidade. Contudo, a opção por casas sobredimensionadas, desprovidas de sentido, é um acto de todo irreflectido, que se acredita ter origem no âmbito dos sonhos, anseios ou de uma profunda e inocente falta de visão, que não permite ver mais além.

PARTE III

CAPÍTULO VI: Conclusões

1. Conclusão - Considerações finais

A opção por uma dissertação essencialmente teórica apresentou-se pertinente, apesar de arriscada, na medida em que sendo o Homem o protagonista da arquitectura, é de todo relevante o seu estudo, questionamento ou interacção. Pensa-se que para se alcançarem as condições necessárias à concepção de uma arquitectura aceite, que cumpra os pressupostos válidos da disciplina arquitectónica, é fundamental, imprescindível conhecer todas as necessidades a ela inerentes e isso passa sobretudo pela vivência do Homem. Só numa fase posterior a esse mesmo conhecimento fará sentido conceber a Arquitectura. Porque ela é feita pelo e para o Homem.

A presente dissertação tratou de um conjunto particular de questões elemento primordial da Arquitectura, a casa. A habitação foi desde sempre e será sempre o elemento chave na vida do indivíduo, o seu lugar sobre a terra. Reflectir sobre a casa e todas as complexidades de pretensa e vivências a ela associadas será eternamente legítimo.

A casa surge, no contexto deste estudo, essencialmente como uma forma de alienação. Primeiramente por uma inteligível passagem da casa-lar a casa-ícone. Se uma era claramente detentora dos valores intrínsecos à essência da Arquitectura, a outra plasmava a incisão com a mesma, através da sua degenerativa forma de arquitectura.

Num segundo momento, é a estética patente nas renovadas formas da casa-ícone, que ganha vida, de tal forma que ameaça tornar-se na anestética da Arquitectura, uma estética levada ao exagero, que conquista pelo entorpecimento, aqueles que dela não conseguem nem desejam alhear-se.

Neste contexto, o anexo surge como uma espécie de âncora perante as exigências estéticas, por vezes constituindo a fuga, outras, a forma de franquear essas mesmas exigências. Numa ponte entre dois mundos, perante os quais patenteia sem tomar partido. A casa vê-se de certa forma preterida por ele, seja pela complacência do anexo perante o seu proprietário a quem não exige asseios, ou formas rebuscadas de vivência, seja pela discreta forma como cativa, ou ainda pela maneira sublime como encerra em si circunstâncias que o afirmam, em relação à casa.

Decorrente do estudo elaborado e como resultado do contacto com os intervenientes, numa observação *in loco*, foi possível identificar e sistematizar várias tipologias que o anexo pode assumir. Seja numa primeira instância, como vertente de duplicação da habitação, ou numa acessão à ostentação. Ou ainda, numa segunda instância que se reveste de maior razão e vê no anexo sazonal e no entendido como complemento, formas viáveis de apêndice da casa.

Uma casa que é passível de pluralidades, pode ser subdimensionada, à medida do utilizador ou sobredimensionada, assumindo deste modo as formas que o proprietário desejar, consciente de que todas as opções daí advindas padecem de prós e contras e que é com o reflexo dessas atitudes que de uma forma briosa ou envergonhada terá de lidar ao longo da sua vida. Sendo que uma e outra reflectem de forma positiva e negativa, respectivamente, as escolhas efectuadas.

No paradigma actual, e com vista naquilo que foi possível apurar, o anexo aparece como resultado de incongruências do projecto da habitação. Contradições essas, provenientes da inadequada relação entre arquitecto e cliente que não sendo produtiva o bastante permitiu a criação de brechas perante a investida do anexo.

O investimento por parte dos clientes no sentido de privilegiar casas que posteriormente se coíbem da plena fruição, é incompreensível do ponto de vista arquitectónico, a incisiva premência em descortinar este enigma, teve como resposta uma subjugação face à casa. Acredita-se que não é legítimo que assim seja, a casa têm necessariamente de ser concebida com o intuito de responder aos propósitos do proprietário e nunca contribuir para criar uma situação inversa em que o proprietário é o vassalo. É perante estas atitudes brandas que o anexo ganha forma e que a casa tende a constituir um elemento museológico.

A disseminação do fenómeno do anexo e forte adesão por parte dos seus proprietários é um assunto para o qual não se alcançou resposta terminante. Contudo, se ele existe e é fortemente apreciado por muitos, é porque de certa forma se reveste de conteúdo e não é desprovido de sentido. Até porque a sua ainda diminuta expressão e a tendencial localização nas traseiras não se mostraram assaz interessantes à complacência da estética.

Neste ponto, quando se recorda a questão inicial, *Arquitectura para viver ou parecer?* pensa-se ter sido explicitamente dada a resposta de que a Arquitectura é, tendencialmente, tendo em conta o fenómeno estudado, concebida primeiro para parecer e somente em segundo plano para viver. É este o actual paradigma da Arquitectura.

2. Limitações e Constrangimentos

Foram várias as limitações e constrangimentos que acompanharam o estudo apresentado, quer em termos endógenos ou exógenos. Os primeiros, decorrentes de um conjunto de factores que, desde o momento inicial, condicionaram e, poder-se-á até dizer que, de forma velada, conduziram às linhas essenciais desta dissertação. Os segundos, igualmente determinantes pela sua natureza quase incontornável, ao longo de todo o processo desenvolvido.

A escassa bibliografia sobre o objecto do estudo - o fenómeno dos anexos - desde cedo condicionou o traçar dos objectivos sugeridos, pela falta de pressupostos teóricos que pudessem sustentar as ideias que se pretendiam defender. Exemplo disso é a falta de trabalhos que definam, ou que pelo menos teorizem acerca da tipologia dos anexos que se reconheceu existirem. Além de que o desejo inicial, de conceber uma dissertação fortemente incisiva no fenómeno dos anexos, careceu do respectivo contorno teórico, condicionando os e a definição dos traços gerais do conceito de anexo e daquilo que se pensa estar na base da sua construção.

Outro dos constrangimentos prendeu-se com o espaço temporal determinado para o planeamento, esboço e aprofundamento da investigação pretendida. Esta limitação temporal, tornou-se um factor restritivo no que concerne à expansão do estudo e essencialmente ao correcto planeamento e percepção do tempo necessário a dedicar a cada momento específico. O estudo de campo decorreu ao longo de cerca de um mês, numa espécie de contra-relógio, em que o tempo forçou de alguma forma o encurtamento de relações, experiências, constatações que seriam eventualmente mais enriquecedoras na avaliação se mais dilatadas.

A possibilidade de ceder a ideias pré-concebidas, estereótipos ou julgamentos pessoais constituiu também uma limitação ao estudo. Decorrente talvez da impossibilidade de privar com pesquisas desenvolvidas e devidamente enquadradas acerca daquilo que se pretendia estudar, dada a citada inexistência de bibliografia específica. Isto, aliado a um crescente desejo de compreender o fenómeno em causa, reconhece-se, poder ter levado a uma sobrevalorização dos conhecimentos empíricos, se não tivesse havido o cuidado de uma análise mais aprofundada.

No seguimento que agora se disse, surgiu ainda o risco de associado à parcialidade pessoal como factor limitador da investigação, dado que as próprias impressões que levaram à escolha do tema e do objecto de estudo da dissertação, admite-se agora, serem fruto de ideias pré-concebidas mais tarde desfeitas. Procurou-se acima de tudo manter um distanciamento relativamente aos intervenientes, assim como a análise das respectivas entrevistas, tentado anular qualquer ilação ou pré-julgamento. Tanto que se optou por uma metodologia de entrevista pré-estruturada, precisamente com o intuito de não limitar à partida as questões abordadas.

Por fim, outro factor que se pensa ter constituído um elemento limitador foi a abrangência temática necessária ao desenvolvimento lógico do fenómeno estudado. O estudo engloba diferentes temas que, de forma independente poderiam constituir objecto para uma dissertação. No entanto, tentou-se, embora (talvez) algumas vezes, que se reconhece de forma um pouco superficial tocar em todos os aspectos essenciais à explicação, compreensão e interiorização das temáticas abordadas.

No que respeita a constrangimentos à investigação, revelaram-se numa série de pressões, incontornáveis pelo seu carácter extrínseco ao estudo pretendido. Fala-se aqui de factores imprevisíveis e de difícil acautelamento, como foi exemplo o estado do tempo meteorológico que, inviabilizou o início do estudo de campo ao longo de algumas semanas, dado que as condições atmosféricas rigorosas actuaram como elementos dissuasores à colaboração dos possíveis intervenientes.

A par do factor tempo, também o estado de espírito dos candidatos a inquiridos implicou uma progressão mais lenta e cautelosa do estudo. Além disso, procurou-se sempre respeitar os limites implícitos às relações estabelecidas com pessoas até aí desconhecidas, sob o perigo de o entrevistador ser entendido como elemento invasor da propriedade/privacidade. Este factor reveste-se ainda de uma importância acrescida ao actuar como elemento constrangedor dos próprios entrevistados que, ao sentirem-se observados e analisados, tendem a retrair-se e a não revelar as suas verdadeiras razões ou intenções. O que se acredita, em determinados momentos, ter posto comprometido a validade dos factos e declarações, devido a uma legítima opção por não partilhar ou comentar razões pessoais.

Notou-se ainda que, não escassas vezes, o grau de instrução, que se adivinhava pelas conversas mantidas, funcionou como um aspecto constrangedor, na medida em que se revelou numa participação mais ou menos activa dos entrevistados. Enquanto uns passavam palavra, elucidando os vizinhos acerca das razões de tal estudo, propondo-se para ser entrevistado, outros retraíam-se nas limitações das suas propriedades sem permitir qualquer tentativa de aproximação.

3. Sugestões

Traçadas as linhas que orientaram a organização deste estudo nas suas fases de planeamento, exposição e ilações conclusivas, é pertinente enunciar algumas outras que se pensa poderem vir a constituir reflexões úteis para estudos futuros.

Mas antes de mais, é premente deixar um apelo para os intervenientes deste complexo processo da construção e da habitação. Tanto aos clientes, no sentido que não abdicuem do seu legítimo direito de condicionar e influenciar o projecto arquitectónico, para ver esclarecidas as suas dúvidas e cumpridas as suas necessidades e anseios, para que a casa não represente uma surpresa aquando da sua materialização. Aconselha-se que nem um único pormenor, por mais irrelevante que possa parecer, fique esquecido e que a casa seja exclusivamente daquele que a deseja habitar, numa apropriação plena.

Como aos arquitectos, que no exercício da sua função, sejam capazes de relegar para segundo plano as aspirações pessoais e dedicar toda a sua capacidade produtiva na optimização de projectos confortáveis, ecológicos, económicos e à medida do utilizador. Que reflectam a imagem do proprietário e não tenham a pretensão de criar algo que apenas lhes engrandeça o prestígio.

Aos responsáveis dos departamentos de urbanismo das câmaras municipais e todo o conjunto de pessoal qualificado que, sempre na esteira da legislação, sejam implacáveis na fiscalização das construções, assim como na concretização de medidas dissuasoras da construção ilegal.

A todos em geral, que no papel de cidadãos activos, são detentores do poder de interferir através da sua conduta pessoal e de uma forma generalizada através da consciencialização e tomada de atitude no que concerne à convivência com uma arquitectura degenerativa.

Se cada um, pela tomada de consciência do seu papel activo na sociedade, tiver em atenção as preocupações que resultam da tendência cada vez maior em colocar a Arquitectura ao serviço do supérfluo em detrimento da arte útil que a legitima, acredita-se ser possível manter o equilíbrio entre o natural e o construído, sem correr o risco de cair em constantes «devaneios arquitectónicos».

No sentido de adicionar um contributo útil ao «saudável» desenvolvimento da Arquitectura, propõem-se algumas soluções que poderão ser válidas quando se pensa em remediar, ou em certa medida, minimizar a problemática dos anexos na sua consequência mais nefasta para a sociedade e propriedade arquitectónica. As soluções passarão por uma tentativa de suprir gastos extras e, inclusivamente adicionar ganhos.

Tornar a casa adequada às necessidades, remodelá-la para que possa ser usada nas plenas funções que lhe são, ou deveriam ser, atribuídas. Isto será certamente mais rentável do que acarretar os custos de dois espaços que cumprem funções idênticas.

Nos casos em que se evidencia a existência de uma habitação secundária, quase tão ostentatória como a principal, pode colocar-se a hipótese de rentabilizar o espaço, seja em proveito da comunidade local, proporcionando abrigo e protecção aos mais necessitados, seja numa exploração ponderada e comercial da casa, para o turismo, por exemplo.

Nas situações em que o anexo não é mais do que um edifício desprovido de estética, ou uma obra inacabada sem qualquer relação arquitectónica com a restante propriedade, pensa-se que o ideal passará pela adequação do espaço. Quer isto dizer que, talvez a solução passe por remodelar o anexo, colocá-lo em harmonia com a restante arquitectura da casa e utilizá-lo como pleno espaço de fruição, apostando em algo que não se tem dentro de casa. Por exemplo, um salão de jogos, uma pista de dança, um espaço adequado aos trabalhos manuais, ambientes que aquando da construção da habitação principal não se potenciaram, seja por falta de meios ou por uma necessidade apenas mais tarde adquirida.

Outras circunstâncias há em que o anexo constitui um edifício em tal estado de degradação, ou de tal modo desadequado e desprovido de sentido que, não é de todo viável qualquer investimento nesse espaço. Fala-se aqui de situações em que o anexo assume um papel de quase despojo da habitação principal, num acumular de objectos inúteis e esquecidos. Ou ainda como simples dormitório de animais, desprovido de quaisquer condições de higiene. Nestas situações acredita-se plenamente na inevitável demolição do anexo, solução que se crê irremediável dado o seu estado obsoleto.

Espera-se que as sugestões apresentadas possam suscitar interesse, quer por parte daqueles que procuram compreender e teorizar a Arquitectura na sua complexidade, quer dos que têm em mãos o poder de alterar a actual realidade, ao intervir de forma conscienciosa e construtiva para o resgatar da essência arquitectónica.

Bibliografia

- BACHELARD, Gaston (2008), *A poética do Espaço*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
- BARATA, Martins (1989), *Arquitectura Popular Portuguesa*. Lisboa: Edições CTT.
- BAUDRILLARD, J. (1972), *O sistema dos Objectos*, São Paulo: Prespectiva.
- BAUDRILLARD, J. (1981), *A sociedade de Consumo*. Edições 70.
- CONSLIGUIERI, Victor (2007), *As metáforas da Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: Editorial Estampa.
- CORNOLDI, Adriano (1999), *La arquitectura de la vivienda unifamiliar - manual del espacio doméstico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- DOVEY, K., (1985), *Home and Homelessness*. In ALTMAN, I., WERNER, C.M.(Edts), *Home Environments*. New York: Plenum Press, Col. Human Behaviour and Environment, Vol.8, 1º Edição, pp 33-59.
- GOFFMAN, Erving (1959), *Presentation of self in every day life*. Londres: Penguin Books.
- HOFSTEDTE, Gert (1991), *Culturas e Organizações - Compreender a nossa programação mental*. Lisboa: Edições Sílabo.
- KOROSÉC-SERFATY, P. (1985) *Experience and use of the dwelling*. In ALTMAN, I., WERNER, C.M.(Edts), *Home Environments*. New York: Plenum Press, Col. Human Behaviour and Environment, Vol.8, 1º Edição, pp 65-80.
- LEACH, Neil (2005), *A anestésica da Arquitectura*. Lisboa: Antígona.
- LINO, Raul (1992), *Casa Portuguesas - Alguns apontamentos sobre o arquitectar de casas simples*. 11ª Edição. Lisboa: Edições Cotovia.
- MIGUEL, Jorge (2001), *Casa e Lar: a essência da arquitectura*. Visitado em 10 de Setembro de 2011 em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746>.
- MORIN, Edgar (1967), *Commune en France - la metamorphose de Plodemet*. Paris: Fayard.
- MOUTINHO, Mário (1995), *A Arquitectura popular portuguesa*. 3ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa.
- NEPOMUCENO, Miguel (2009), *Comportamento térmico dos Edifícios*. Materiais de apoio às aulas de Física das Construções. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- PAIVA, Bartolomeu (2009), *Urbanidade e Educação Cultural - supervisão e formação em educação artística e tecnológica*. Lisboa: Editorial Novembro.
- PALMADE, J. (1981), "le Système de l'habiter". Em SALVADO, Ana (2004), *A diversidade do espaço residencial*. Actas e Ateliers Vº Congresso Português de Sociologia. Lisboa.
- PIÑON, Nélida (1994), *O mistério da Casa*. São Paulo.
- PINTO, Manuel C. (2008), *Arquitectura Moderna e Arquitectura Vernácula*. Visitado a 15 de Outubro de 2011 em http://www.bduimp.es/archivo/conferencias/pdf/08_10111_15_ManuelCerveira_idc3286.pdf.
- RASMUSSEN, Steen Eiler (1998). *Arquitectura Vivenciada*. São Paulo: Martins Fontes.

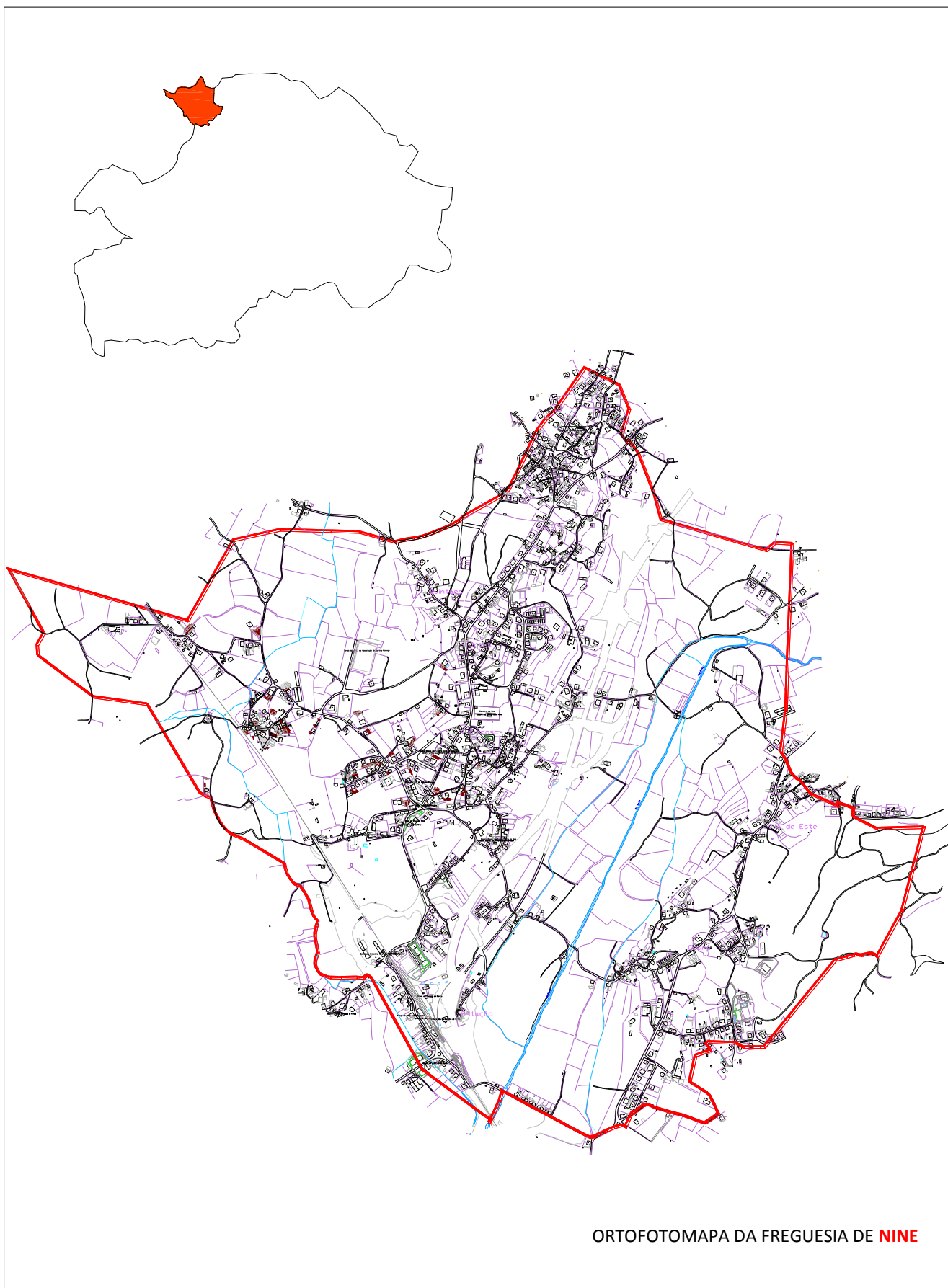
SACRISTE, Eduardo (1968). *Qué és la casa?* Em: MIGUEL, Jorge (2001), *Casa e Lar: a essência da arquitectura*. Em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746>.

SALVADO, Ana (2004), *A diversidade do espaço residencial*. Actas e Ateliers Vº Congresso Português de Sociologia. Lisboa.

TUAN, Yi-Fu (2008), *Space and Place the perspective of experience*. London: Sixth Printing.

ANEXOS

CASO DE ESTUDO – BRAGA



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 01

RUA: *Loteamento do Bacelo* Nº: 57

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1993

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h	<input type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input checked="" type="checkbox"/>
08h	<input checked="" type="checkbox"/>	50%	<input type="checkbox"/>
Menos	<input type="checkbox"/>	25%	<input type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

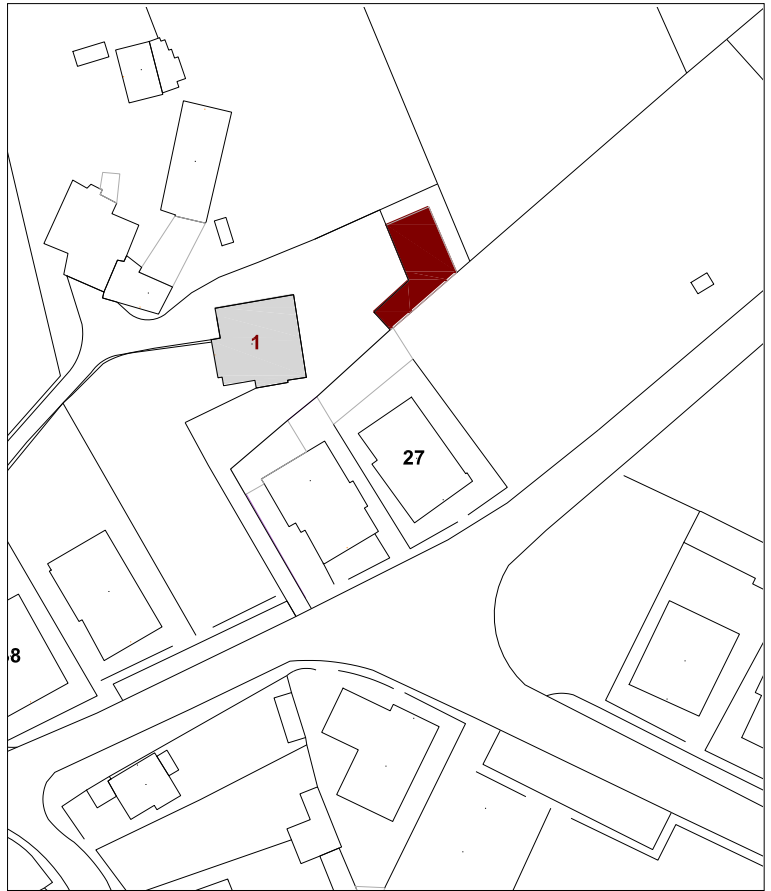
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



1
HABITAÇÃO



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1994



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

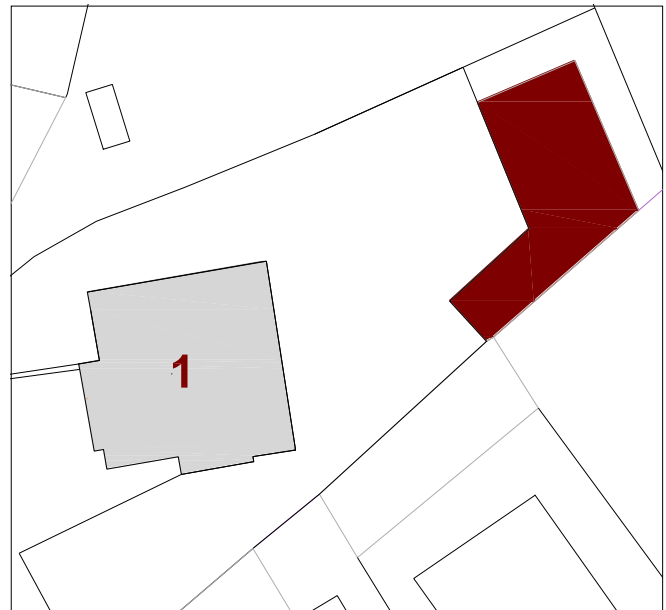
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Oficina;
- W.C;
- Cozinha;
- Tratamento Roupas;
- Instalação de Gás;
- Arrecadação;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 02

RUA: *Rua da Seara* Nº: 146

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1978

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|--------------------------|------|--------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

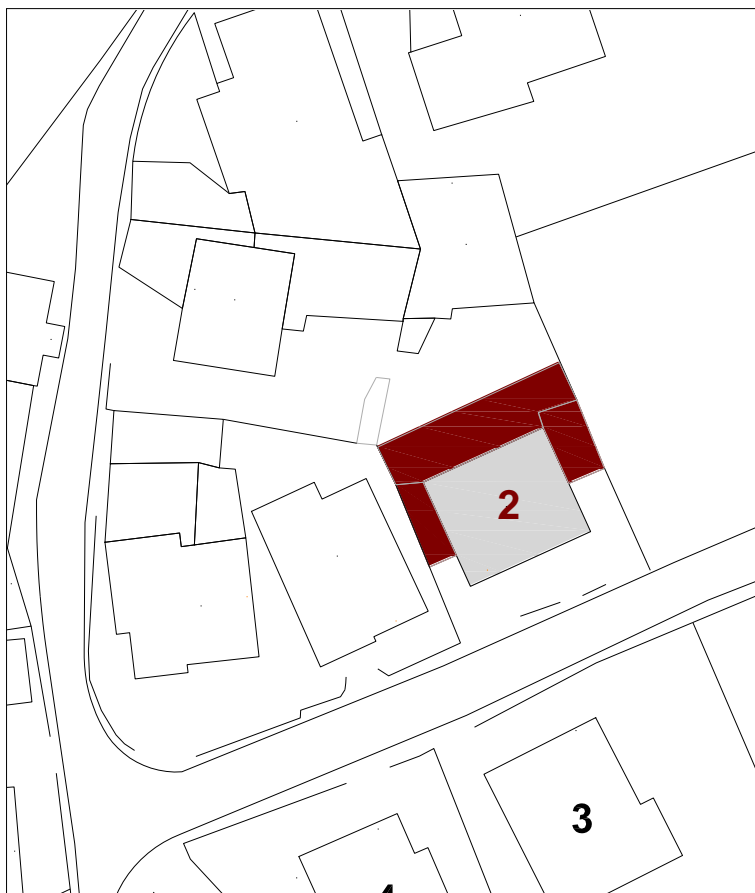
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 03

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1980



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

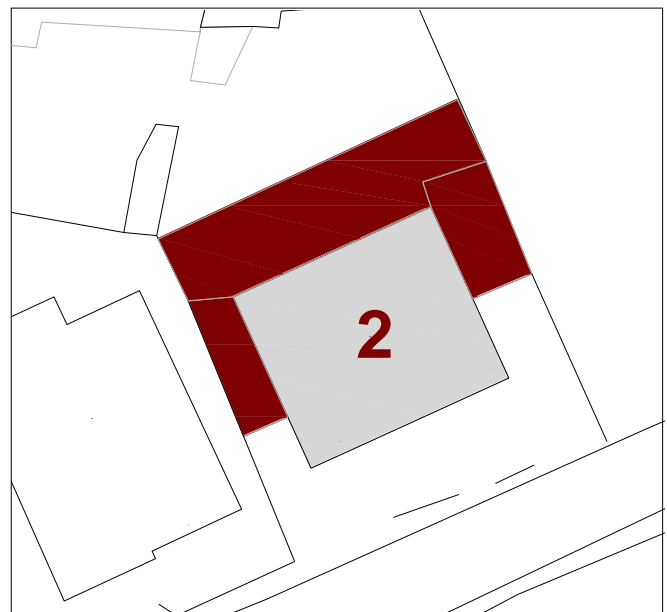
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNCÕES DO ANEXO:

- Oficina;
- W.C;
- Arrecadações;
- Tratamento Roupas;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 03

RUA: *Rua da Seara* Nº: 133

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1978

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

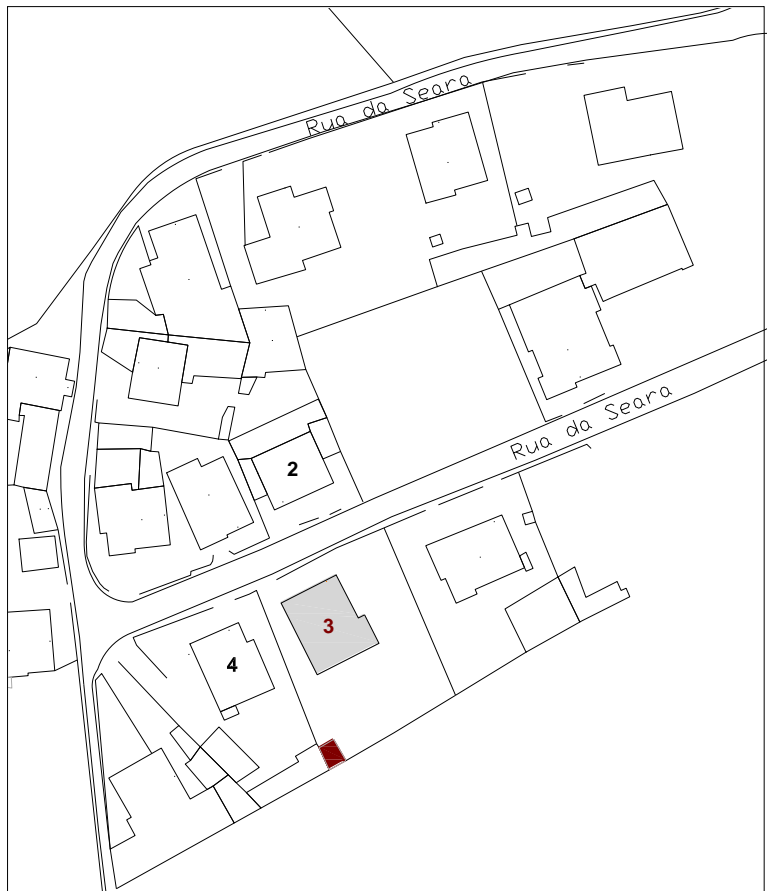
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 03

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1979



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

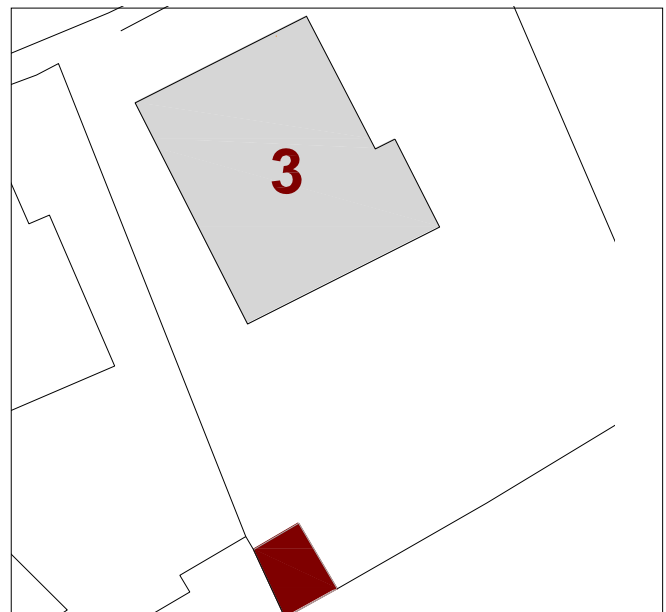
- | | | | |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------------|
| Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input checked="" type="checkbox"/> |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------------|

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- | | | | |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------------|
| Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input checked="" type="checkbox"/> |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------------|

FUNÇÕES DO ANEXO:

- compartimentos para animais;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 04

RUA: *Rua da Seara* Nº: 155

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1974

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (Até 150.000€)
- MÉDIO (150 a 300.000€)
- ELEVADO (Acima de 300.000€)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input checked="" type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

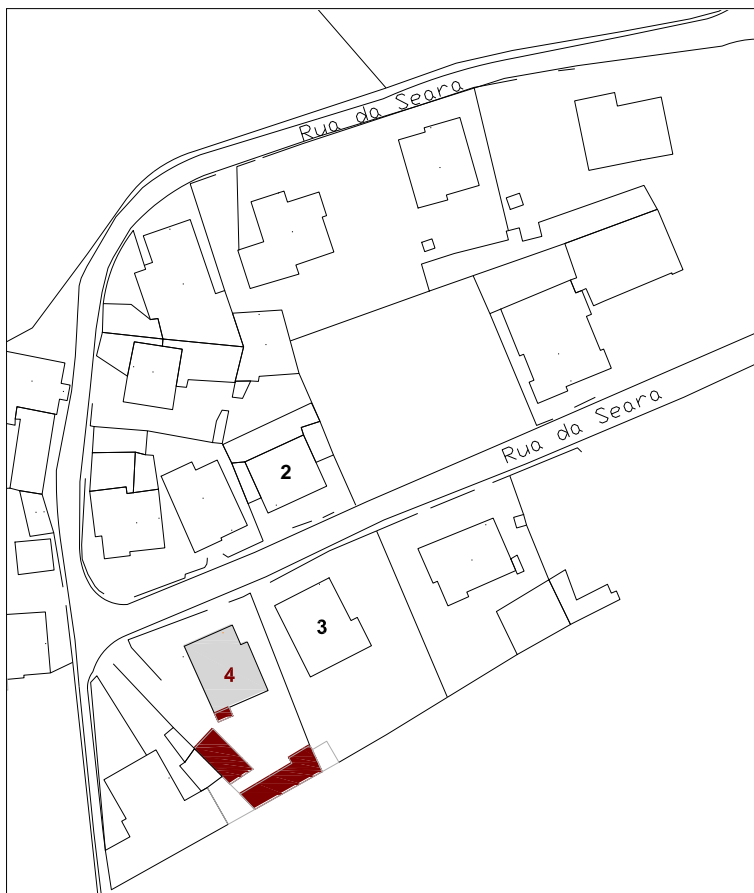
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 05

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1974



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

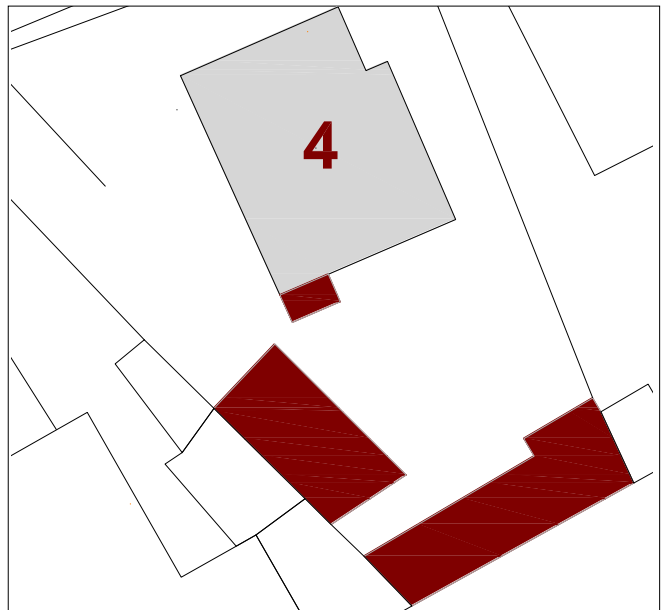
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNCÕES DO ANEXO:

- Oficinas;
- W.C;
- Arrecadações;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 05

RUA: *Rua da Seara* Nº: 28

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1991

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

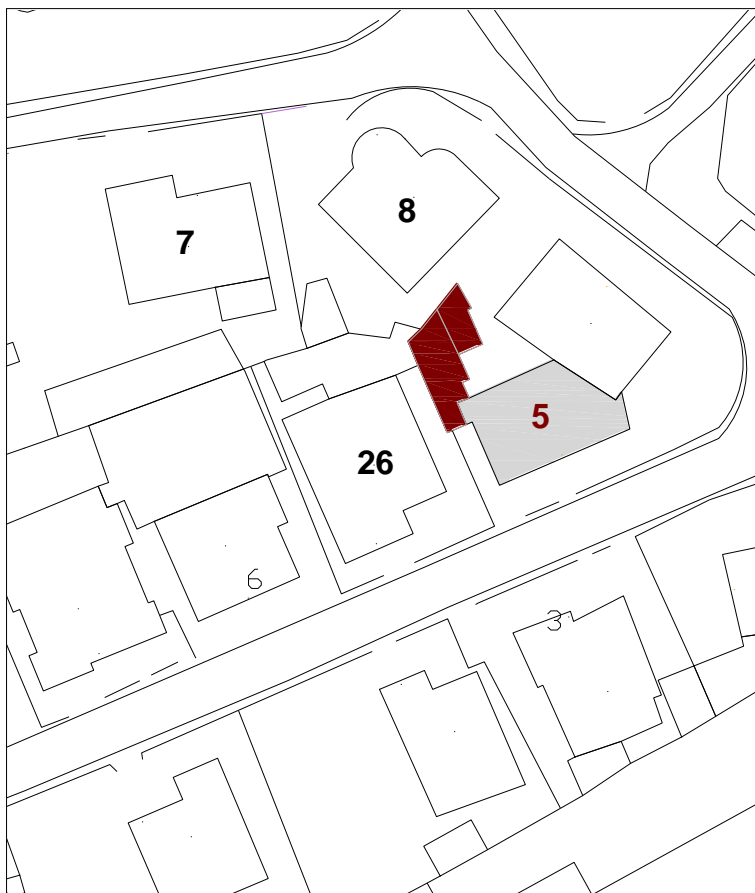
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 03

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



1

HABITAÇÃO



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1993



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

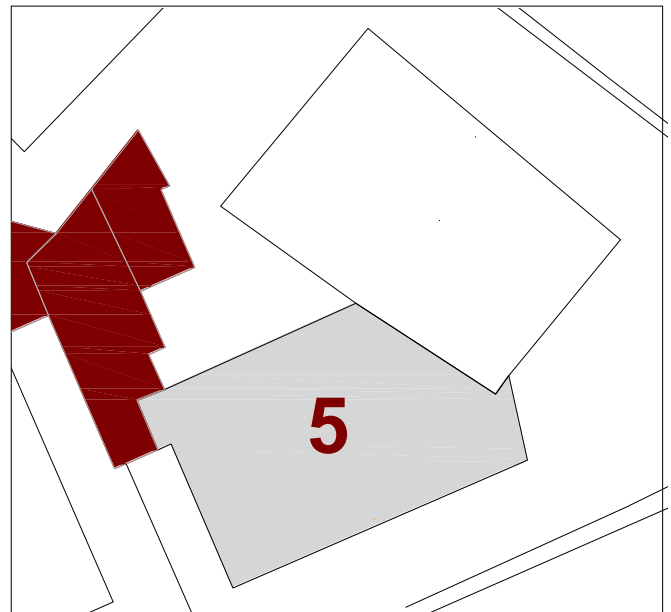
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Garagem;
- W.C;
- Espaço ao ar livre;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 06

RUA: *Rua do Barroco* Nº: 478

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 2001

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

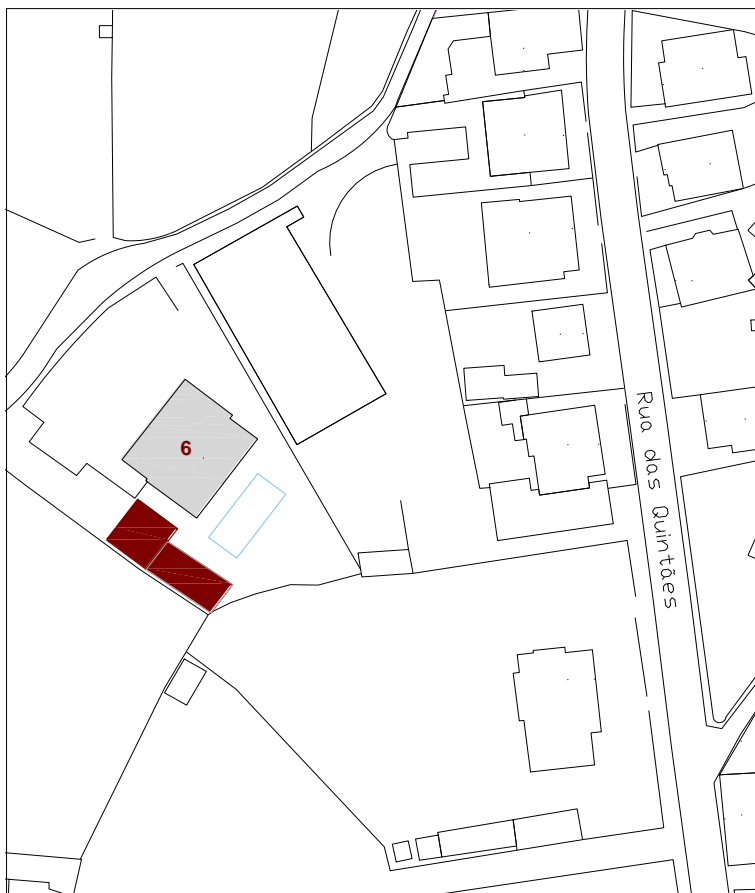
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 03

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Quitros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 2002



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input checked="" type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input checked="" type="checkbox"/> | Illegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

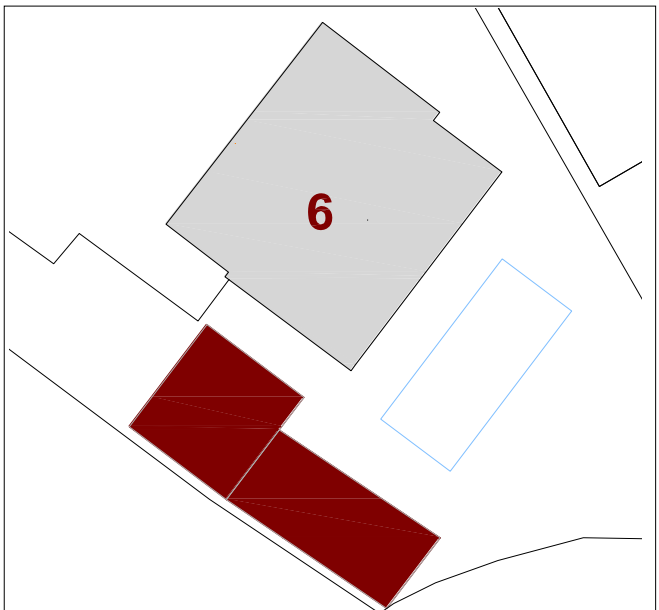
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Zona ao ar livre de refeições;
- Balneários;
- Arrecadações;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 07

RUA: *Rua da Seara* Nº: 336

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1980

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

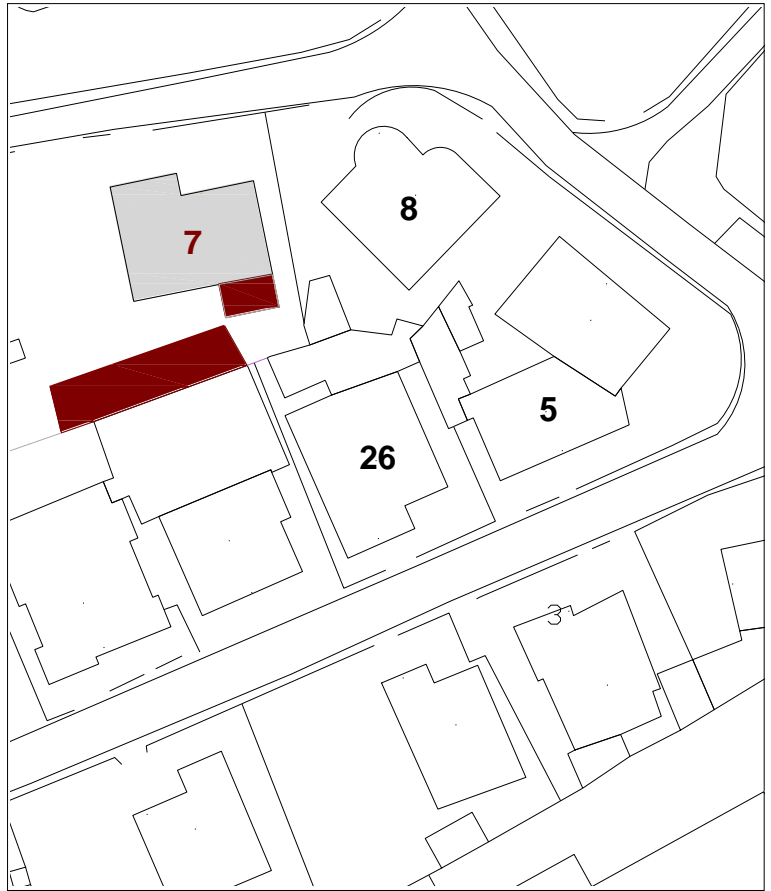
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1987



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

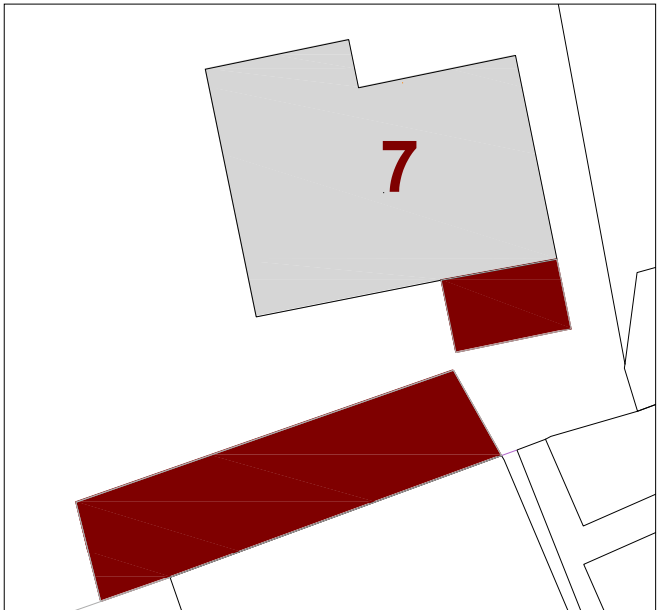
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Arrecadações;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 08

RUA: *Rua da Seara* Nº: 358

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1987

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

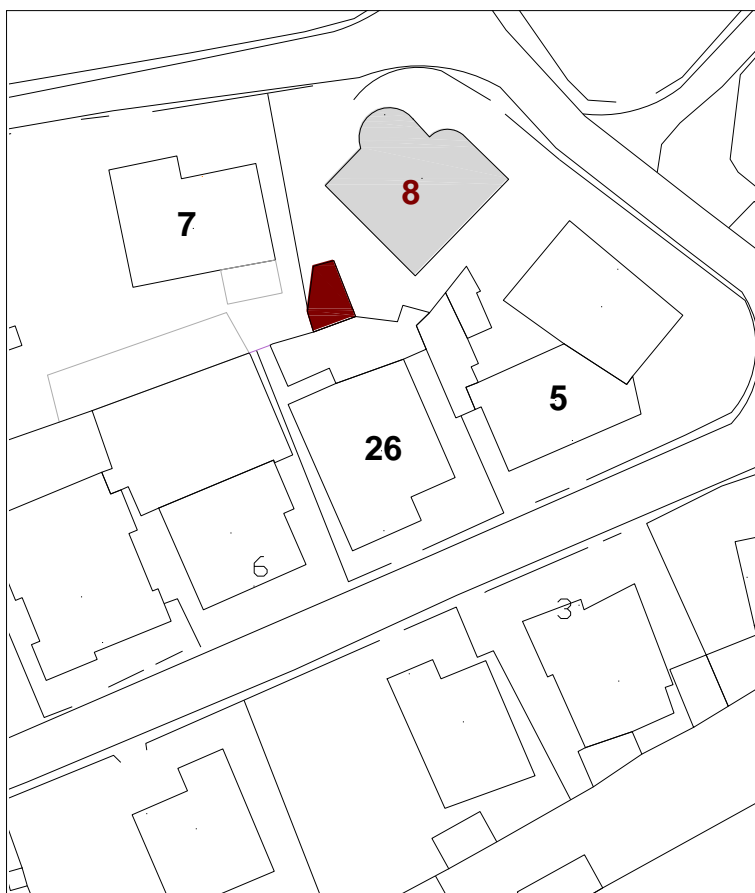
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1990



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

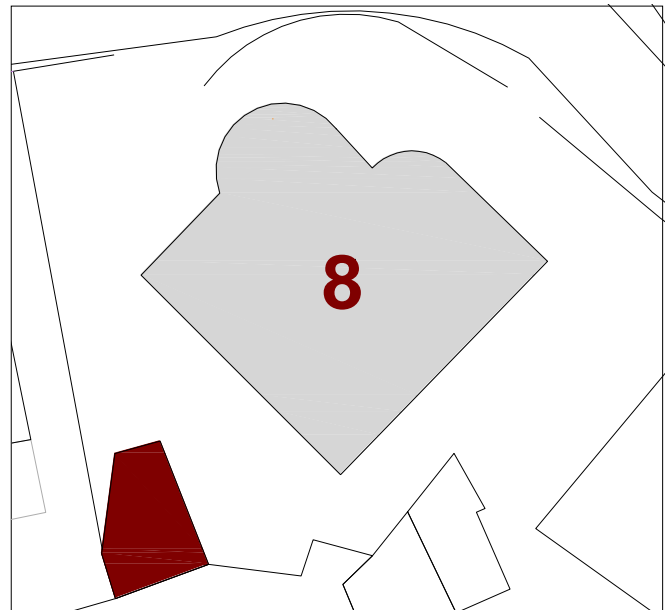
- | | | | |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------------|
| Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input checked="" type="checkbox"/> |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------------|

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- | | | | |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------------|
| Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input checked="" type="checkbox"/> |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------------|

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Arrecadações;
- Espaço de grelhados;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 09

RUA: *Rua de Santa Clara* Nº: 101

ANO RECONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1999

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

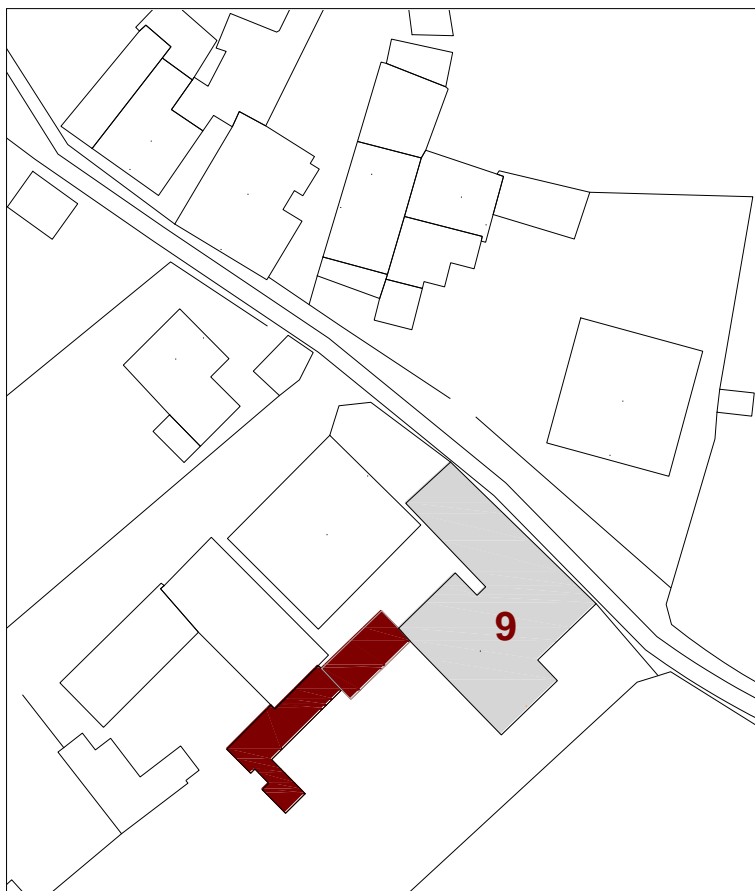
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros: O proprietário.



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1999



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input checked="" type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input checked="" type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

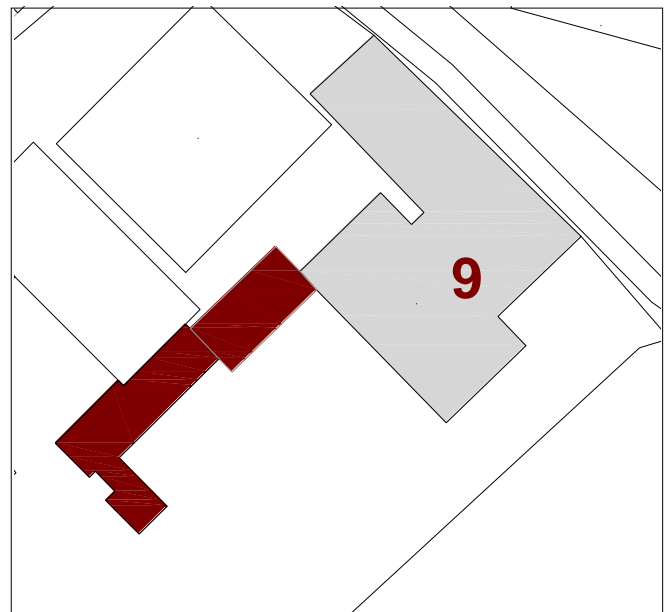
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Arrecadações;
- Zonas para animais;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 10

RUA: *Rua da Seara* Nº: 17

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1990

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
 MÉDIO (*150 a 300.000€*)
 ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

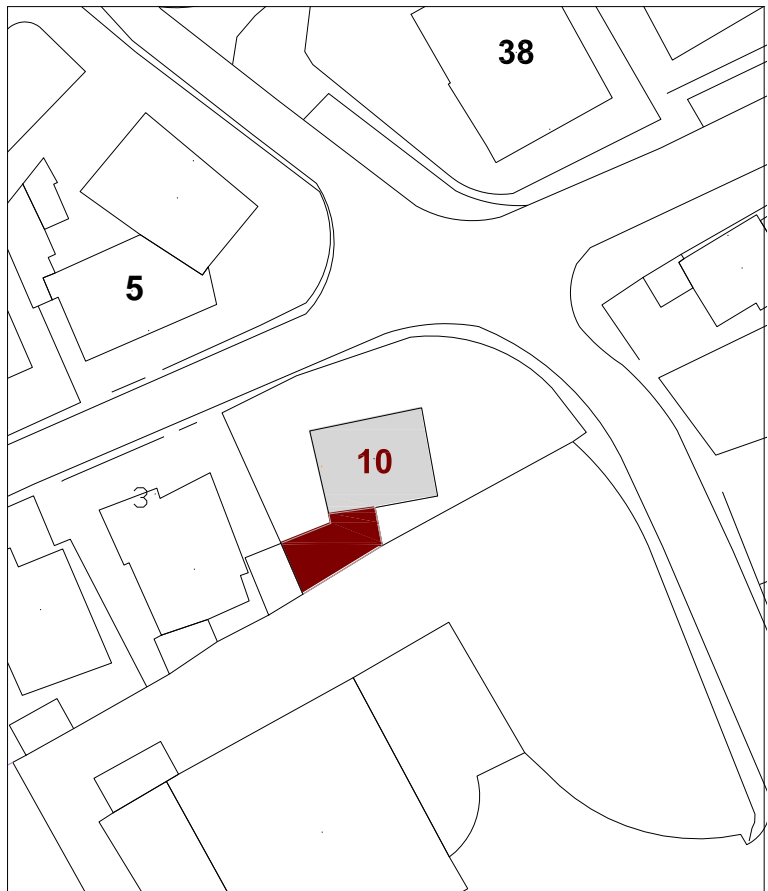
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1990



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input checked="" type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

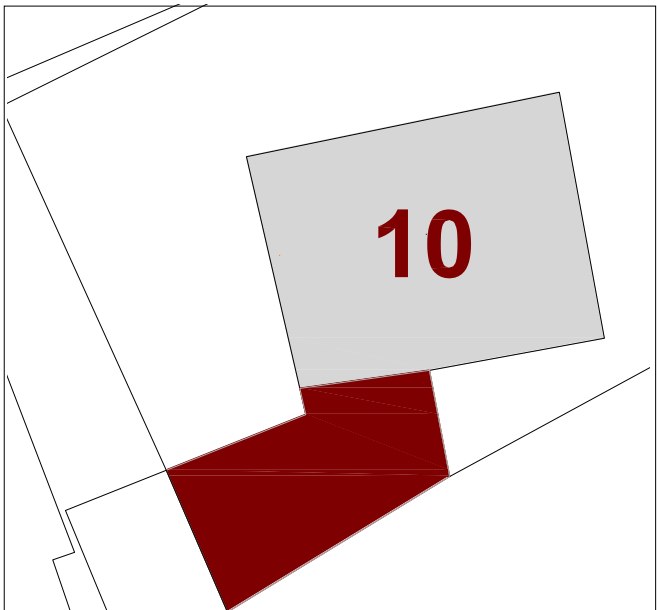
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Garagem;
- Arrecadações;
- W.C.;
- Zona multiusos;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 11

RUA: *Rua do Bacelo* Nº: 158

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1980

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

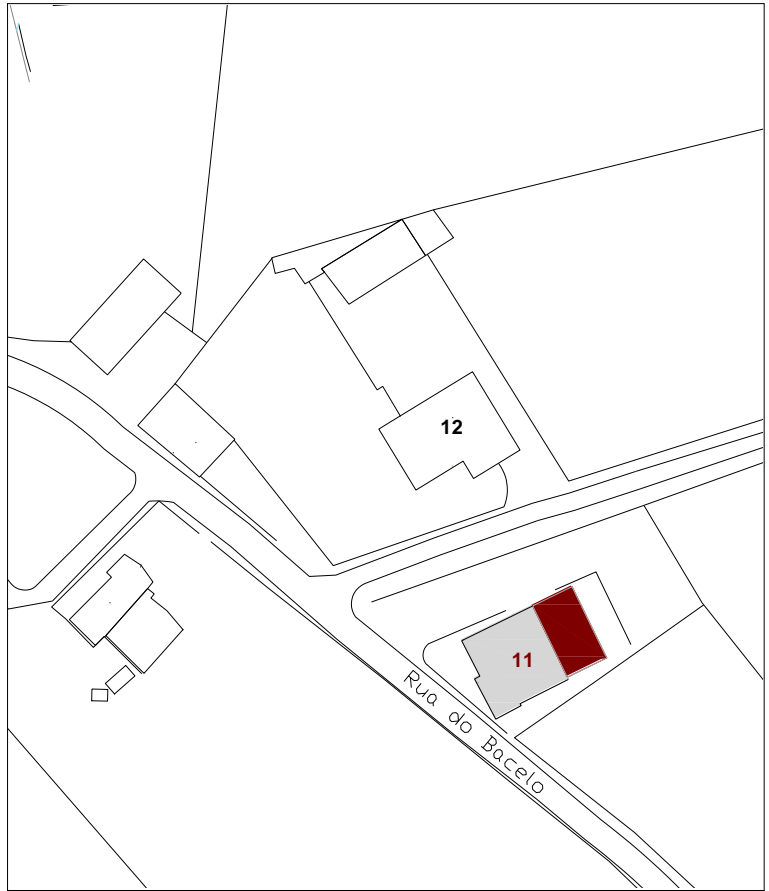
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

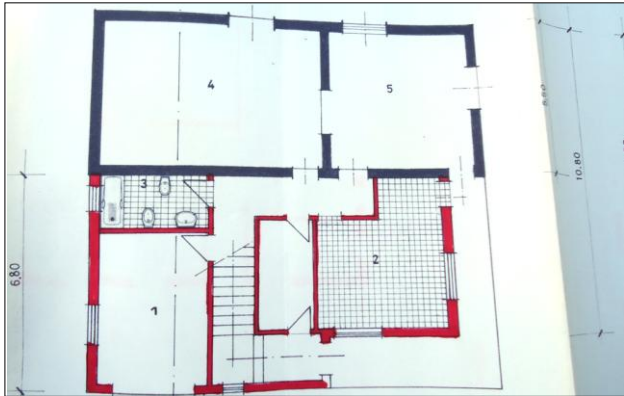
Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1980



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

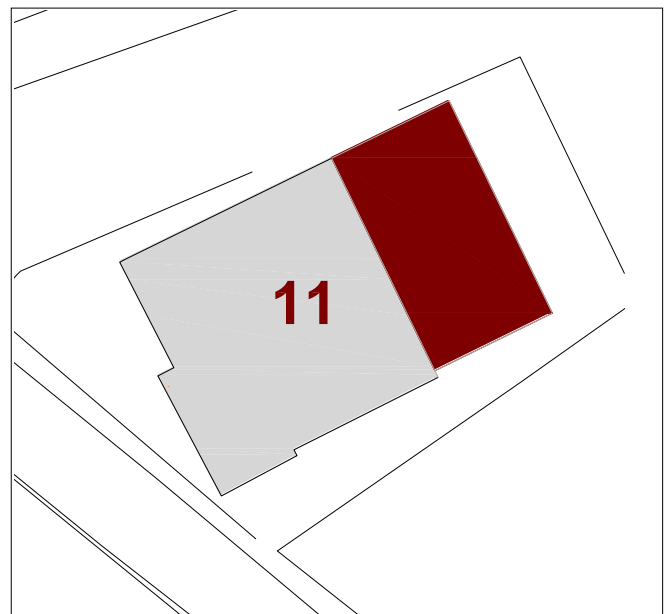
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Sala polivalente;
- W.C;
- Arrecadações;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 12

RUA: *Rua do Bacelo* Nº: 186

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1991

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

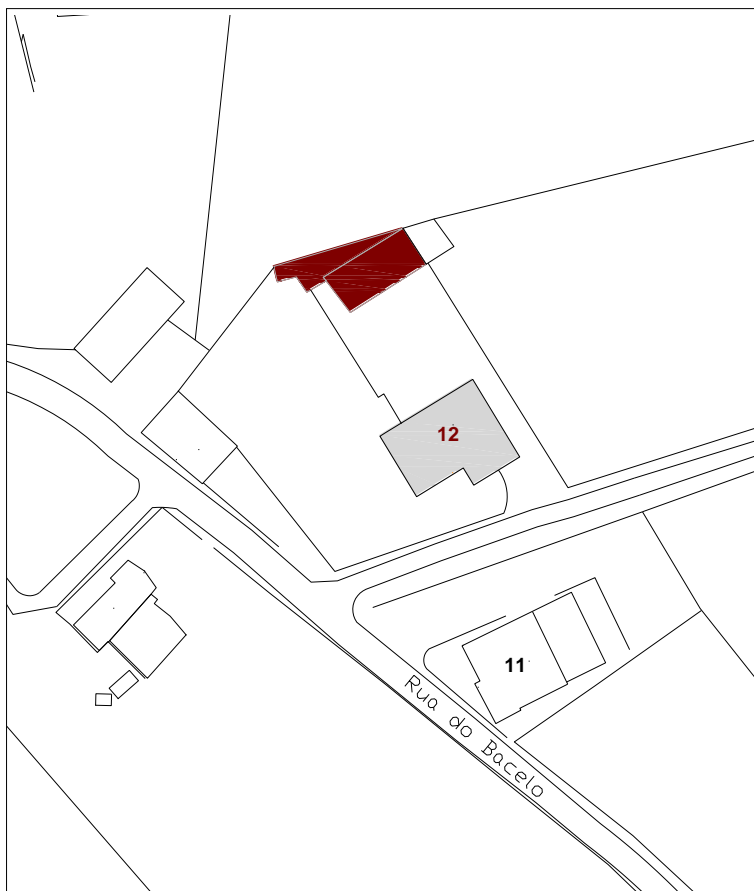
- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04



1

HABITAÇÃO

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1991



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input checked="" type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input checked="" type="checkbox"/> | Ilegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input checked="" type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

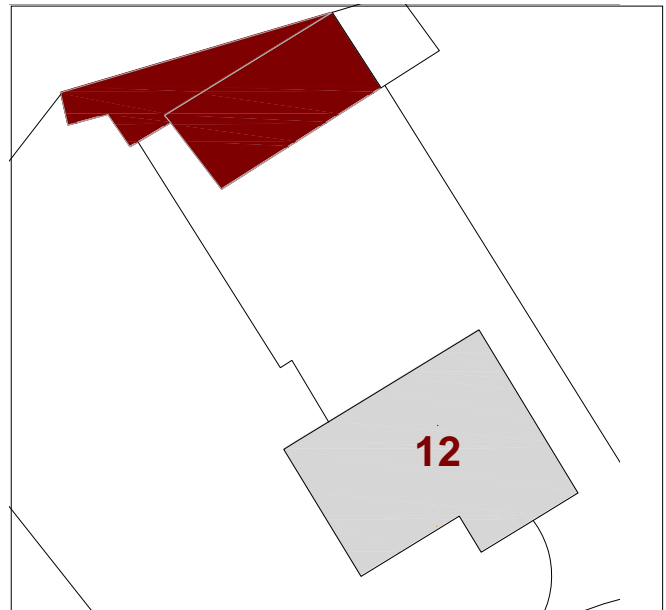
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- | | |
|----------------------|----------------------|
| - Garagem; | - Instalação de Gás; |
| - Arrecadações; | - Canil; |
| - Galinheiro; | |
| - Tratamento Roupas; | |



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 13

RUA: *Rua da Igreja* Nº: 307

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 2003

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
 MÉDIO (*150 a 300.000€*)
 ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input checked="" type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input checked="" type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 06

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO:2003



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

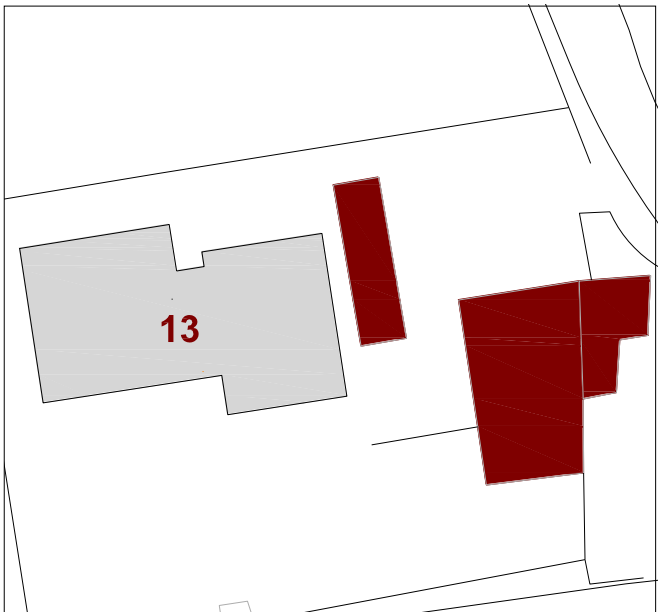
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Cozinha;
- W.C;
- Garagem;
- Adega;
- Arrecadação;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 14

RUA: *Rua de Santo António* Nº: 87

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1990

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

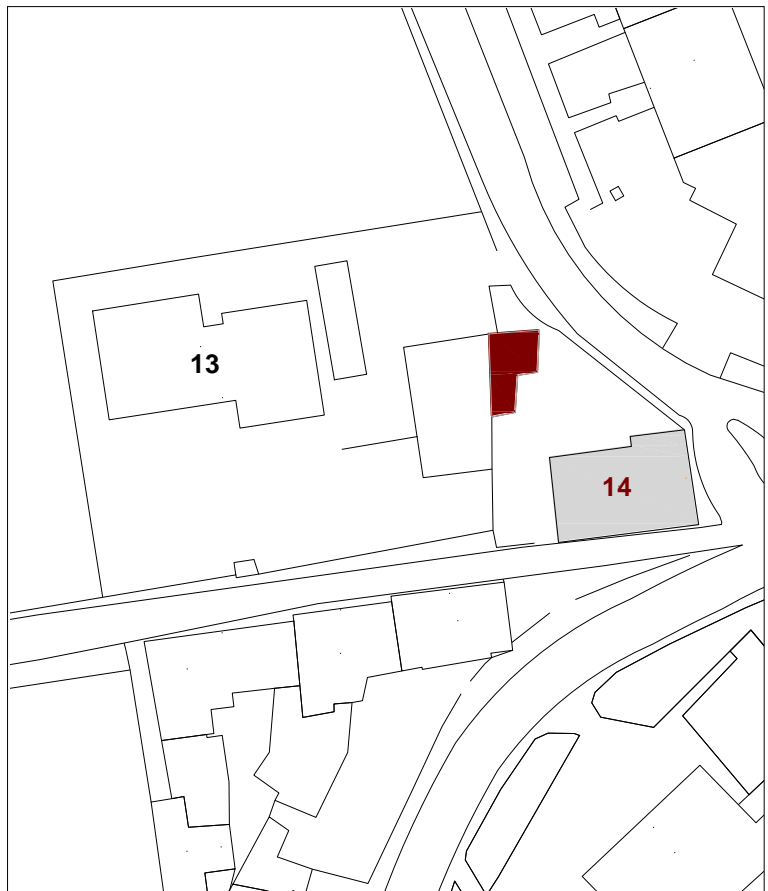
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1994



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

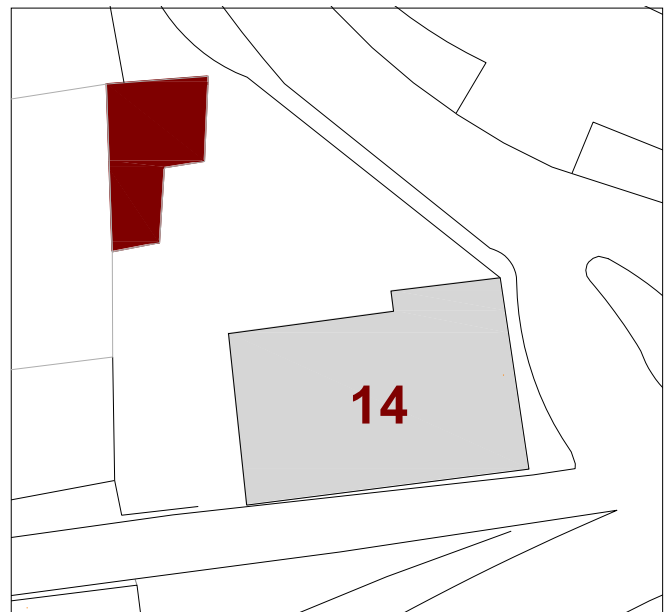
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Garagem;
- Arrecadações;
- Instalação de Gás;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 15

RUA: *Rua do Landeiro* Nº: 3

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1981

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h	<input type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input checked="" type="checkbox"/>
08h	<input checked="" type="checkbox"/>	50%	<input type="checkbox"/>
Menos	<input type="checkbox"/>	25%	<input type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

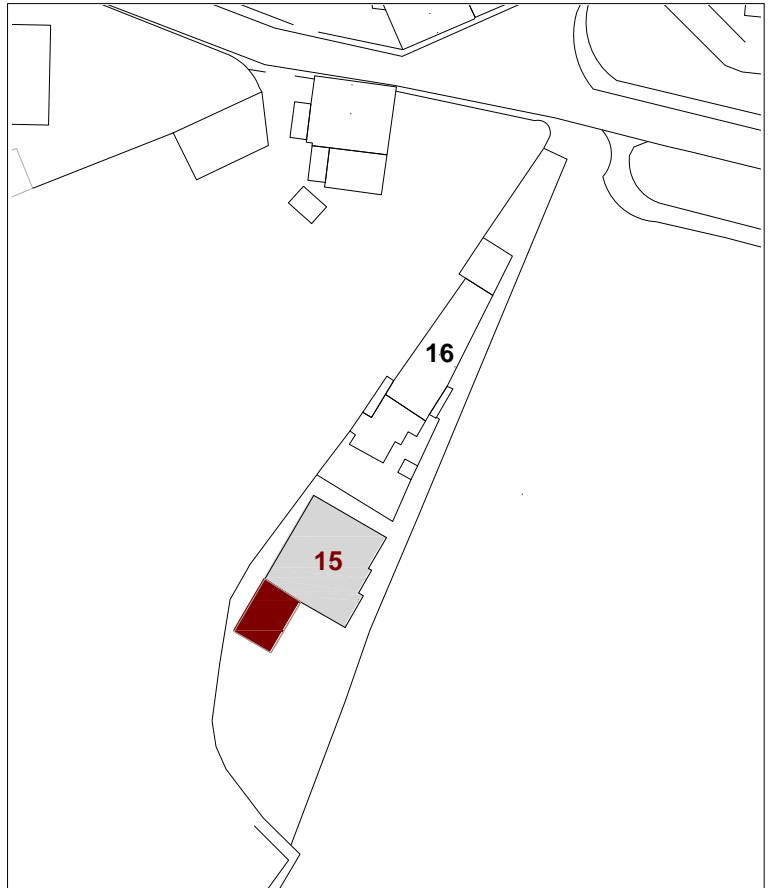
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 05

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1981



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

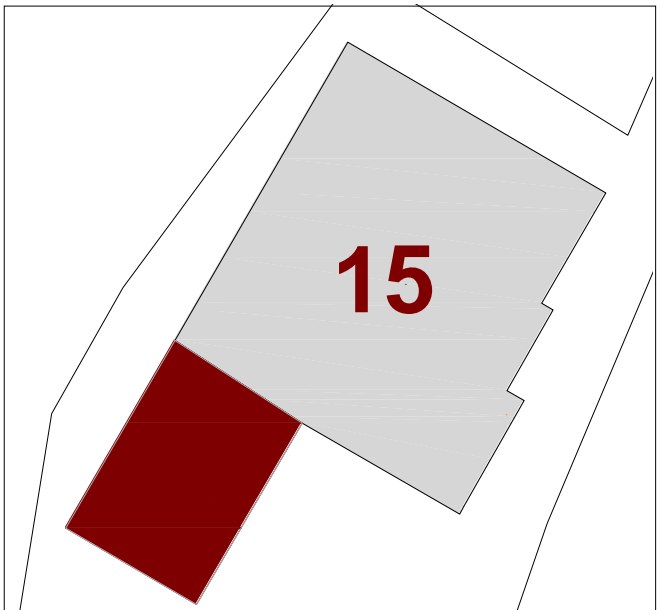
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNCÕES DO ANEXO:

- Arrecadações;
- Galinheiro;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 16

RUA: *Rua d Landeiro* Nº: 3

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO:

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h	<input checked="" type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input type="checkbox"/>
08h	<input type="checkbox"/>	50%	<input checked="" type="checkbox"/>
Menos	<input type="checkbox"/>	25%	<input type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

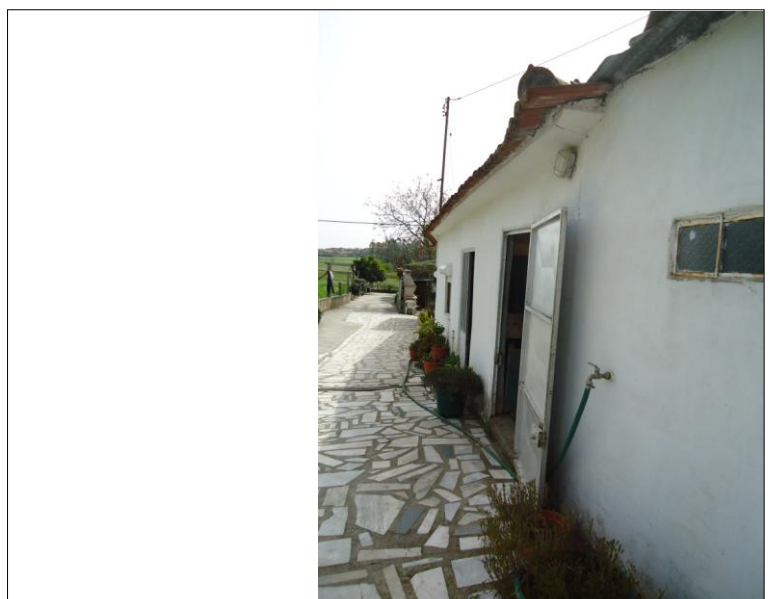
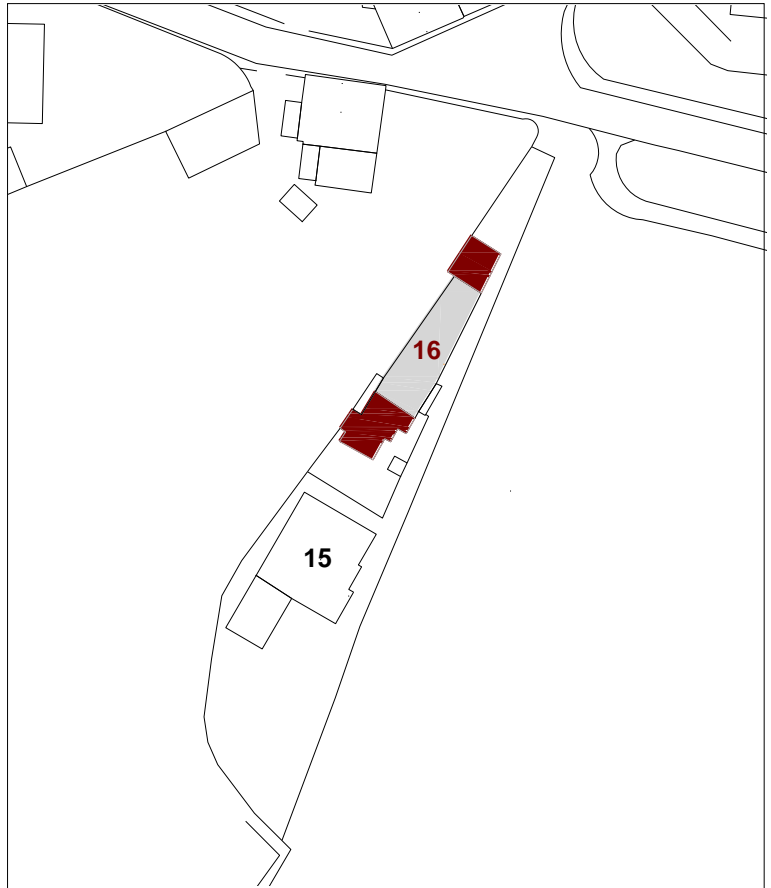
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros: Proprietário



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1983



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

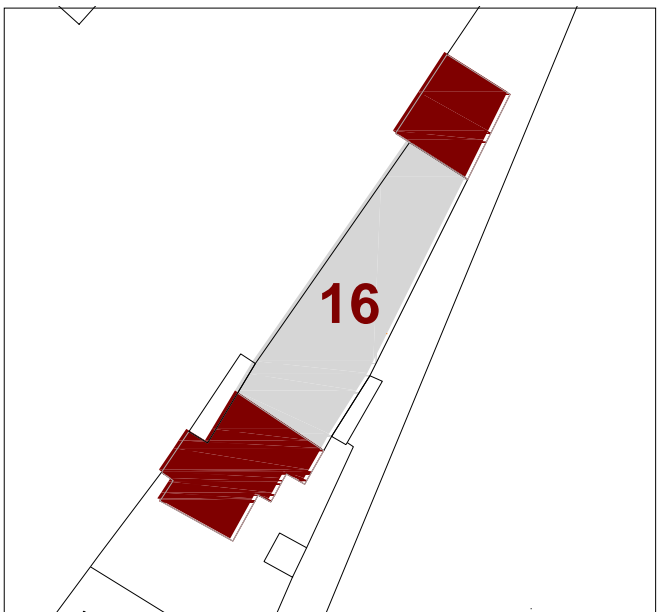
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Arrecadações;
- Zona para animais;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 17

RUA: *Rua do Landeiro* Nº: 564

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1995

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input checked="" type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

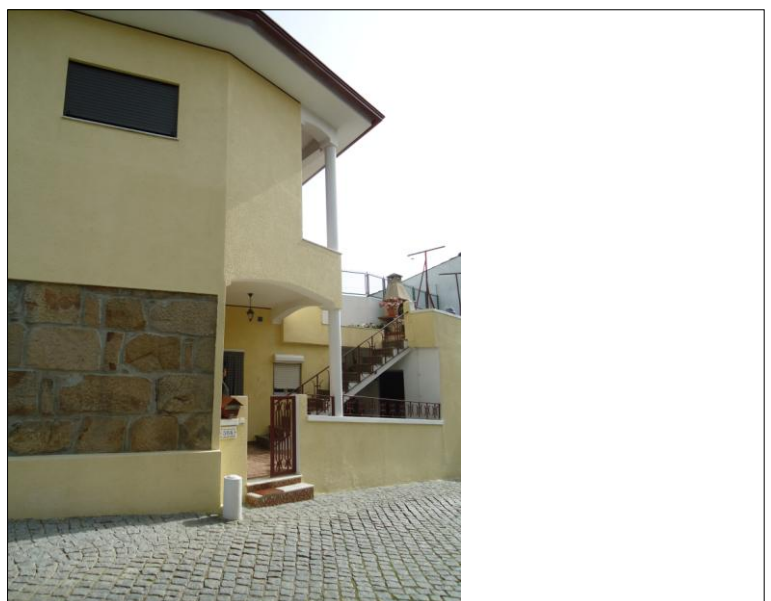
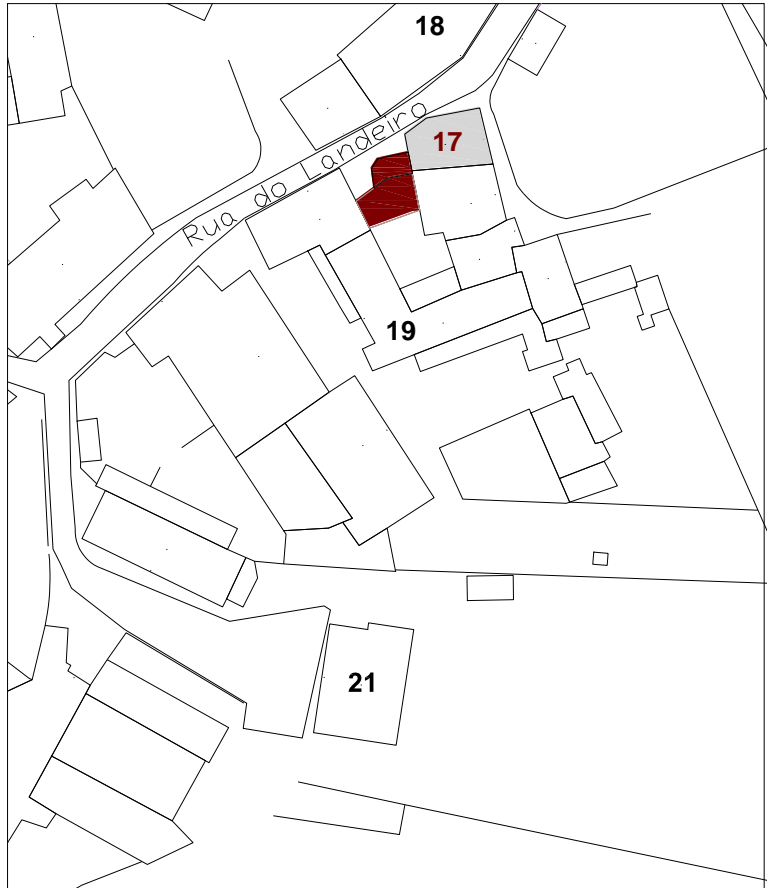
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

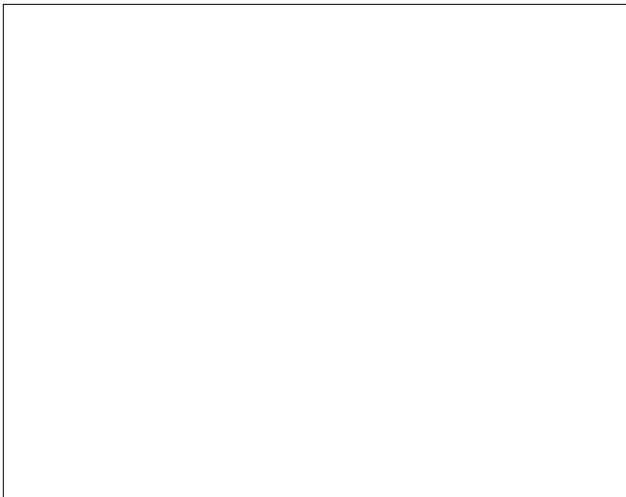
Nº Pessoas: 05

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1995



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

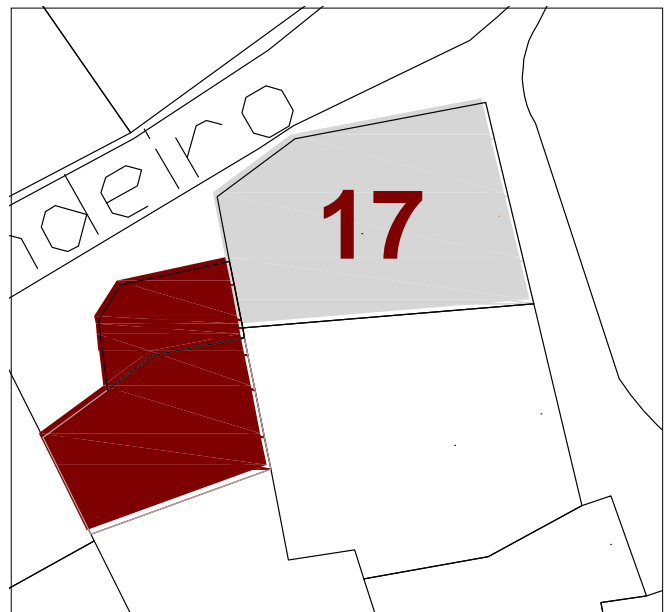
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Cozinha;
- W.C;
- Arrecadação;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 18

RUA: *Rua do Landeiro* Nº: 567

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO:

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h	<input type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input type="checkbox"/>
08h	<input type="checkbox"/>	50%	<input type="checkbox"/>
Menos	<input checked="" type="checkbox"/>	25%	<input checked="" type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

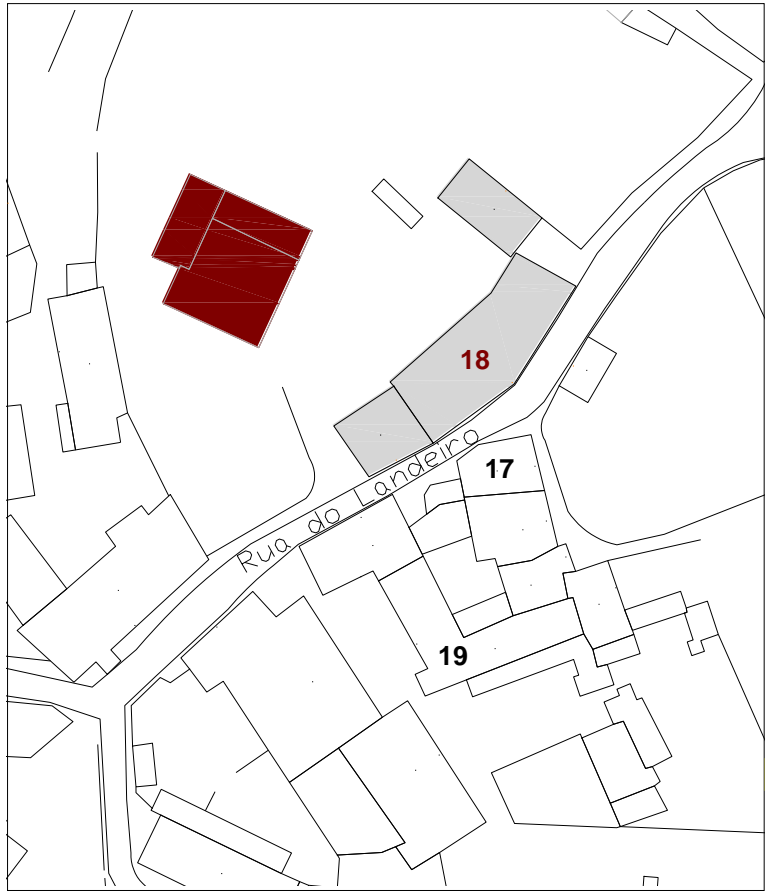
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 06

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros: Indeterminado



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO:



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

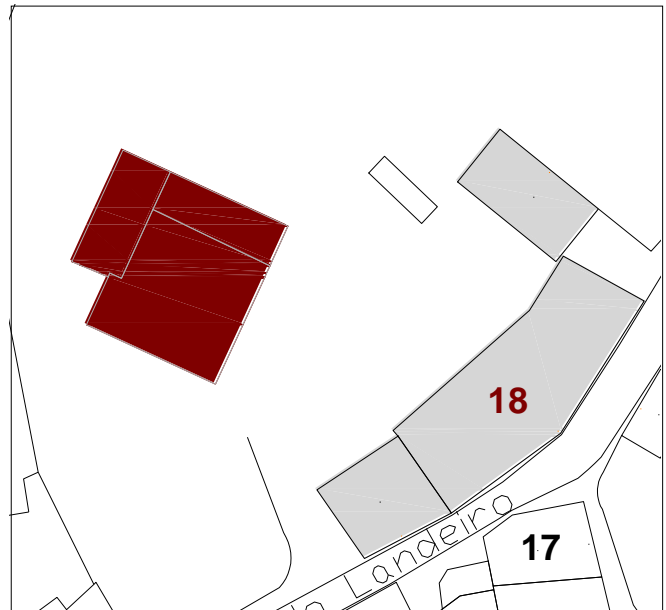
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Arrecadações;
- Zona para animais;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 19

RUA: *Rua do Landeiro* Nº: 546

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1933

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h	<input checked="" type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input checked="" type="checkbox"/>
08h	<input type="checkbox"/>	50%	<input type="checkbox"/>
Menos	<input type="checkbox"/>	25%	<input type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

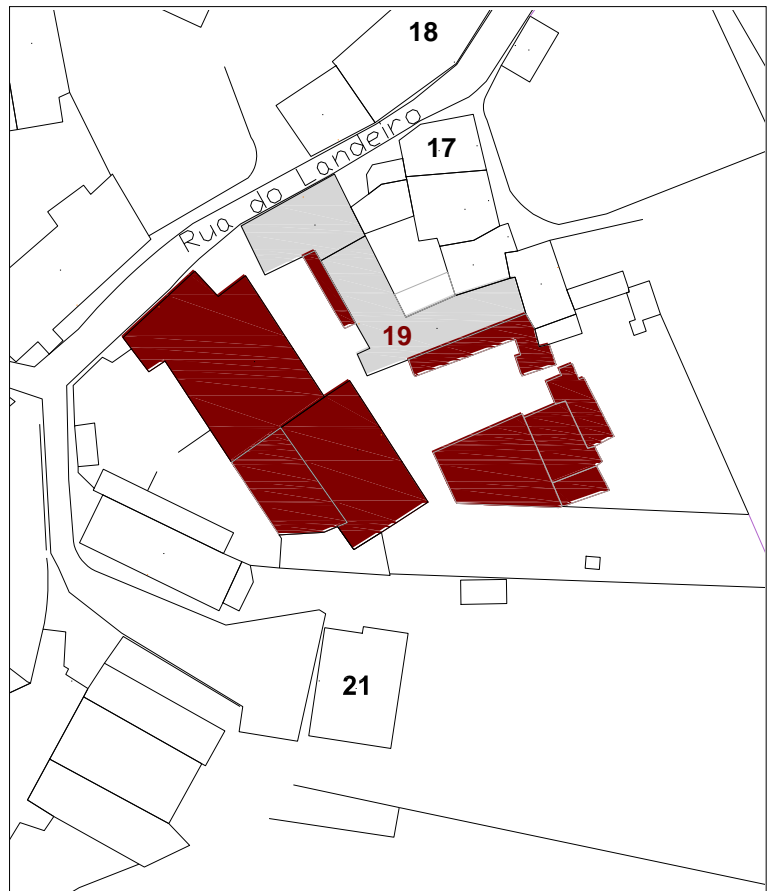
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 09

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1957



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Oficina;
- Arrumos;
- Vacaria;
- Tratamento Roupas;
- Espaços de lazer



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 20

RUA: *Rua do Landeiro* Nº: 498

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO:

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|--------------------------|------|--------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

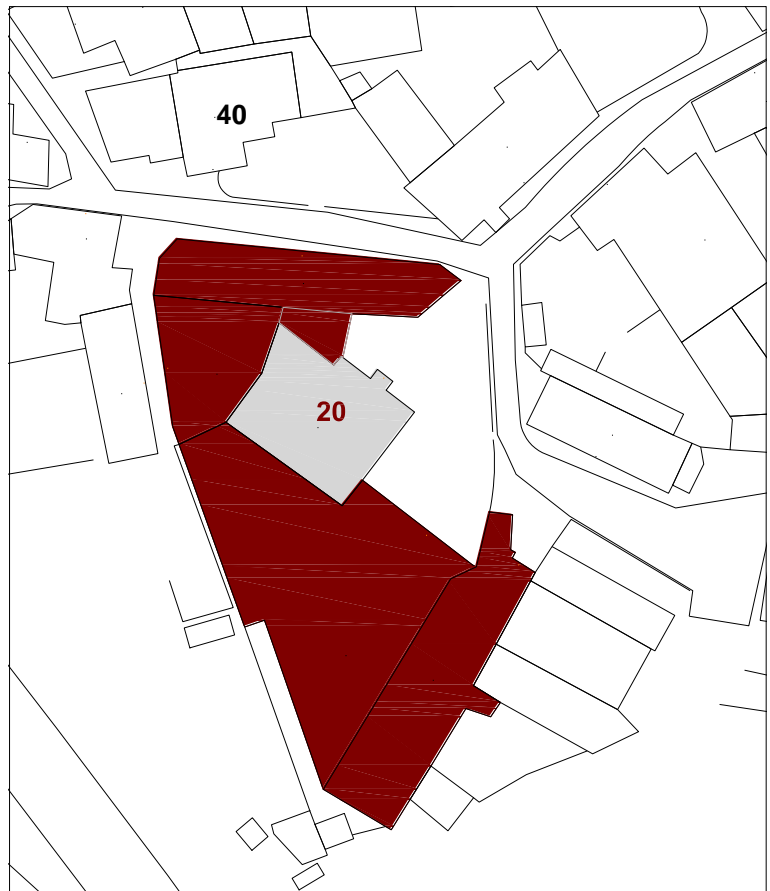
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 08

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO:



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

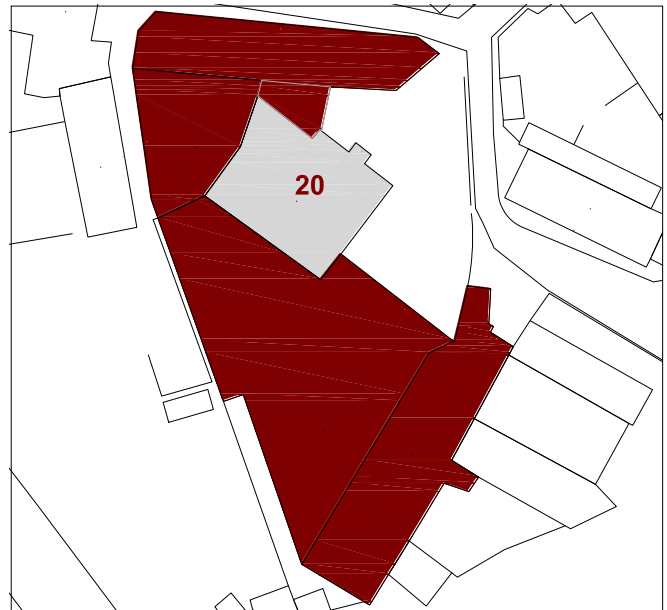
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Arrecadações;
- Vacaria;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 21

RUA: *Rua do Landeiro* Nº: 502

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1983

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|--------------------------|------|--------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

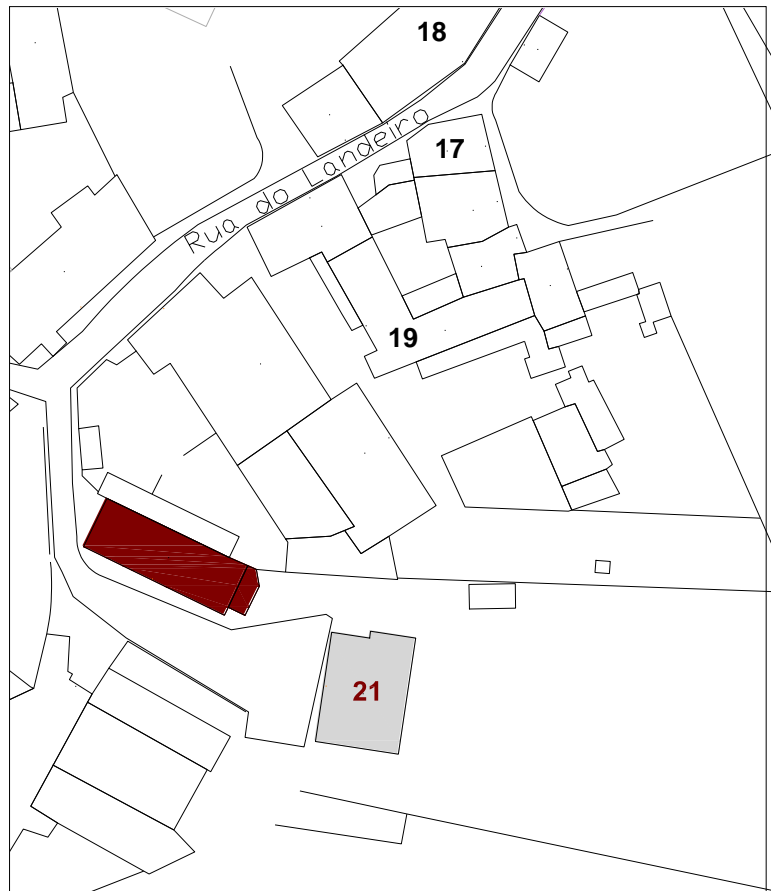
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

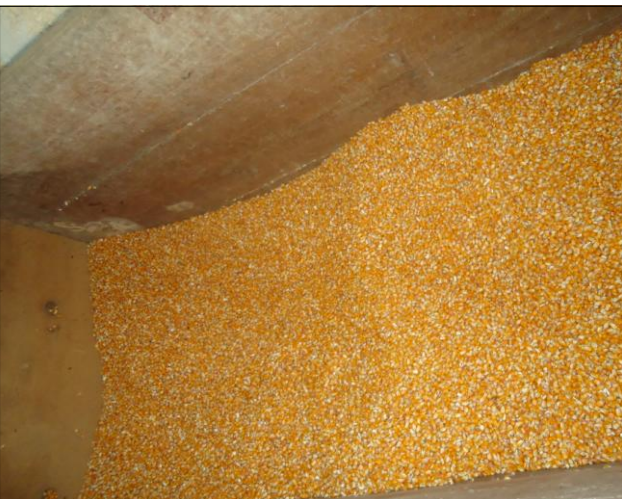
Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO:



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

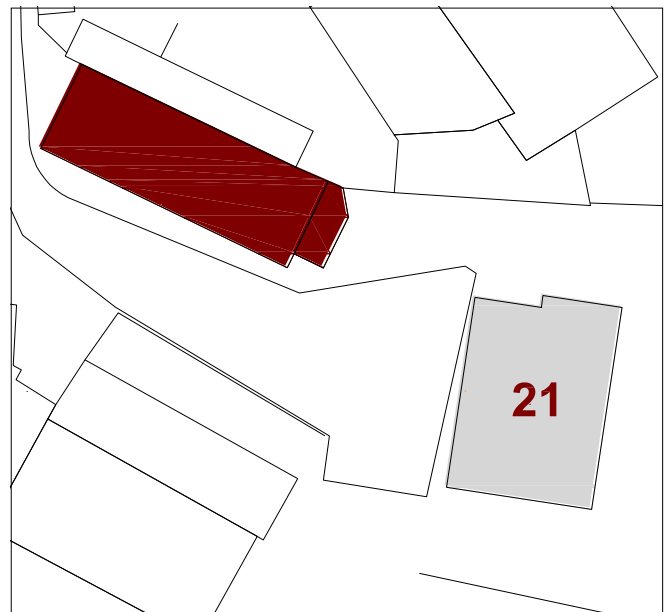
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Armazenamento de alimentos;
- Arrecadações;
- Espaço para animais;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 22

RUA: *Travessa de Santo António* Nº: 65

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1999

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input checked="" type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input checked="" type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

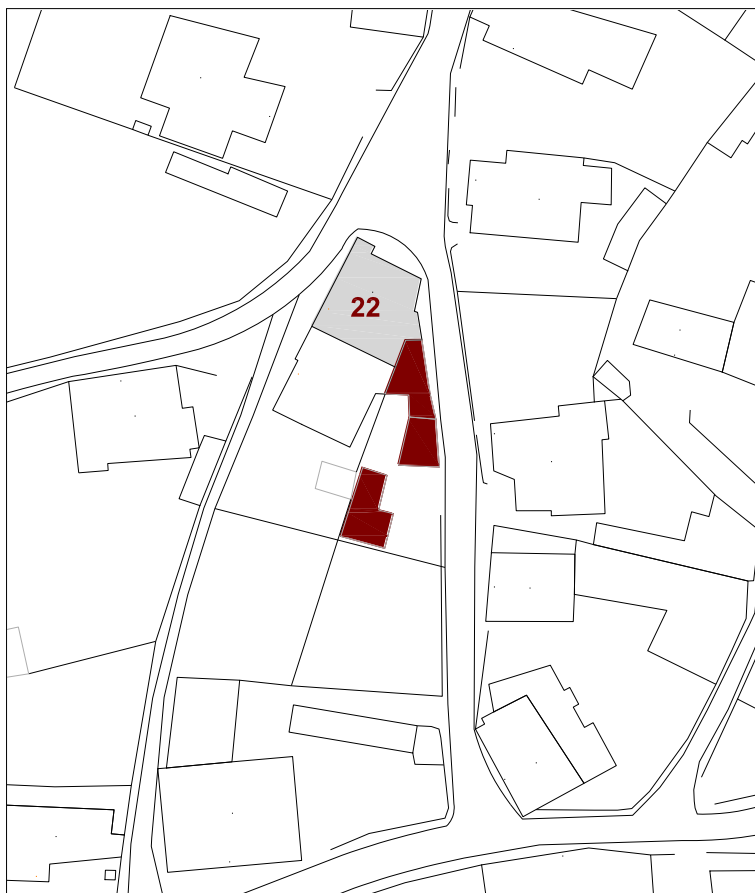
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 05

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 2003



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input checked="" type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input checked="" type="checkbox"/> | Illegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

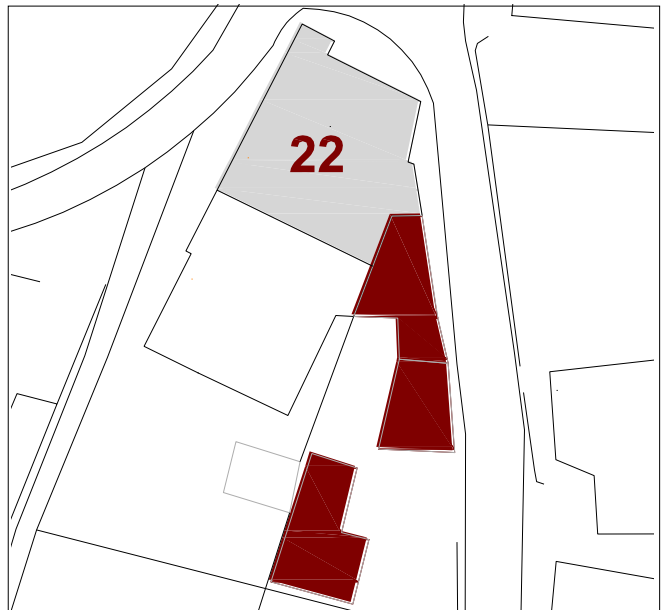
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Garagem;
- Espaço multiuso;
- Instalação gás;
- Arrecadação;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 23

RUA: *Travessa de Santo António* Nº: 66

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1981

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (Até 150.000€)
- MÉDIO (150 a 300.000€)
- ELEVADO (Acima de 300.000€)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

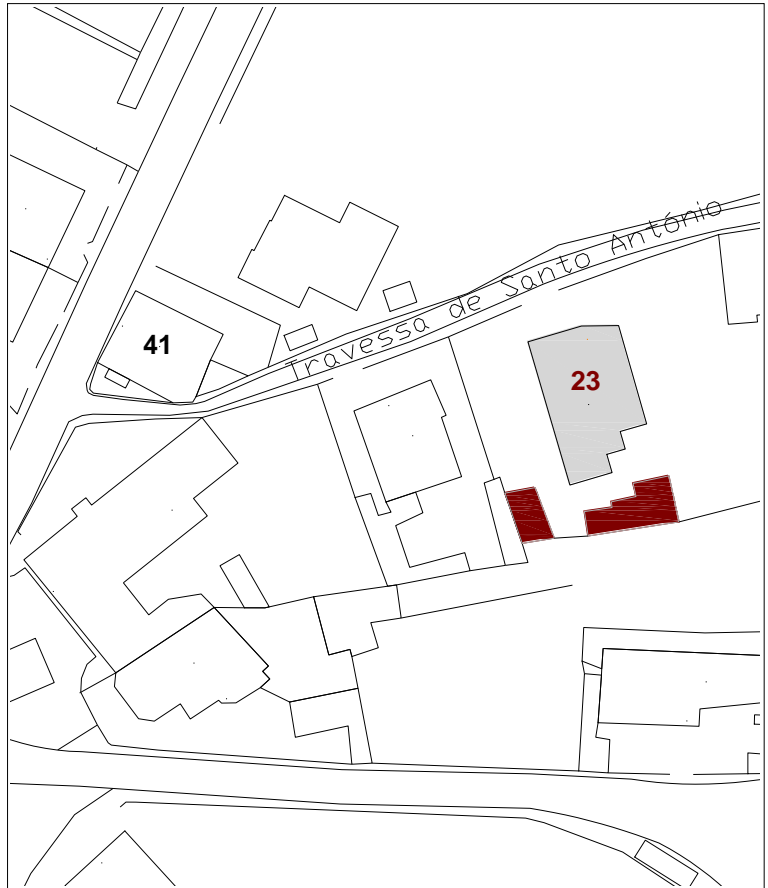
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 05

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1996



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

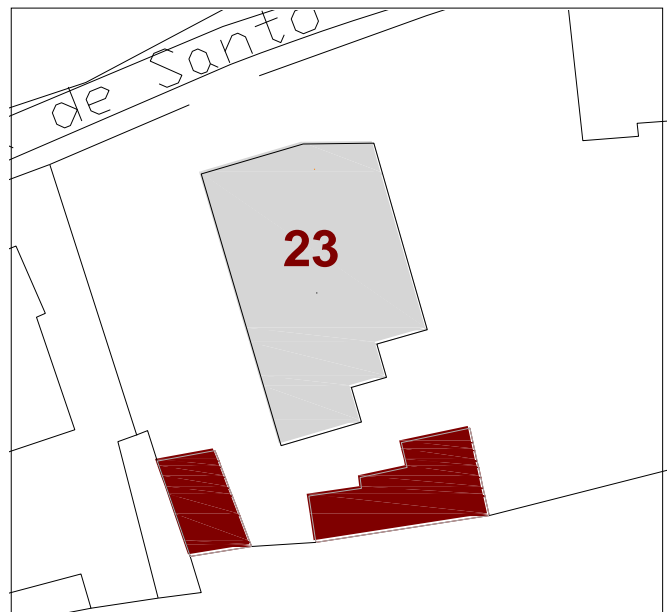
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Oficina;
- Arrecadações;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 24

RUA: *Estrada Real* Nº: 103

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1991

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h	<input checked="" type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input type="checkbox"/>
08h	<input type="checkbox"/>	50%	<input checked="" type="checkbox"/>
Menos	<input type="checkbox"/>	25%	<input type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

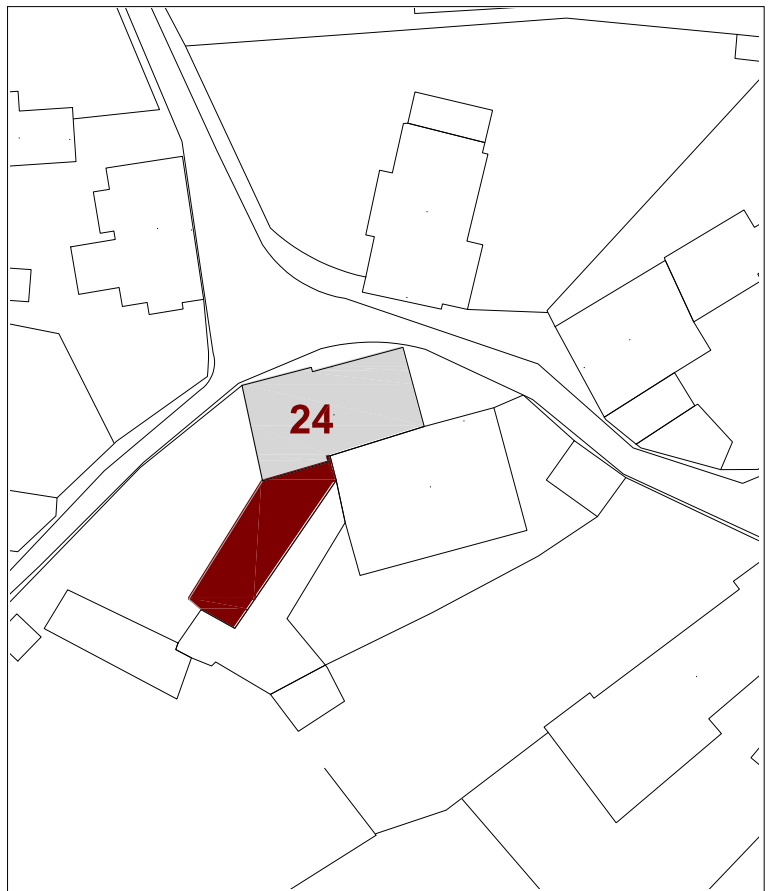
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 05

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1994



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

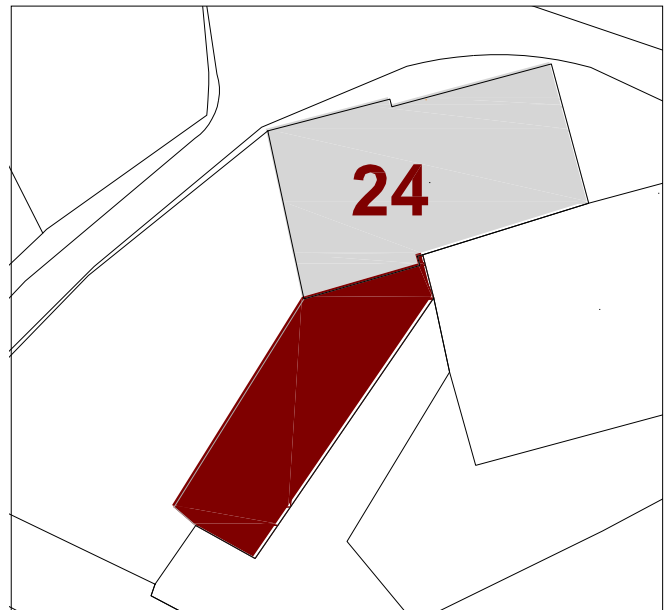
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNCÕES DO ANEXO:

- Cozinha;
- W.C;
- Tratamento Roupas;
- Arrecadações;
- Canil;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 25

RUA: *Rua da Nossa Senhora de Fátima* Nº: 35

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1991

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input checked="" type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

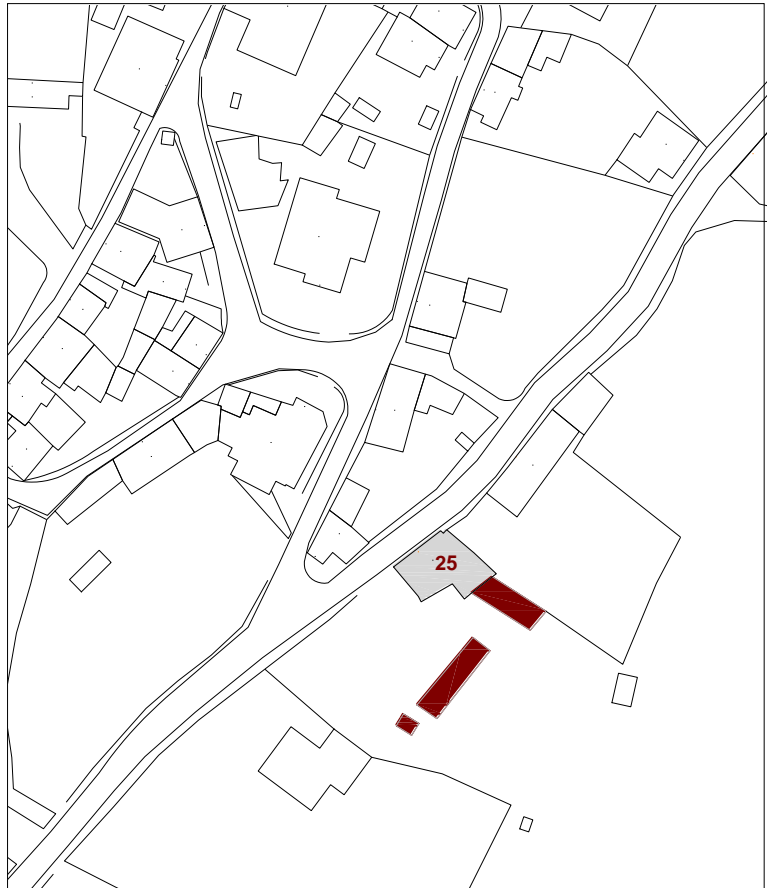
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 06

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1992



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

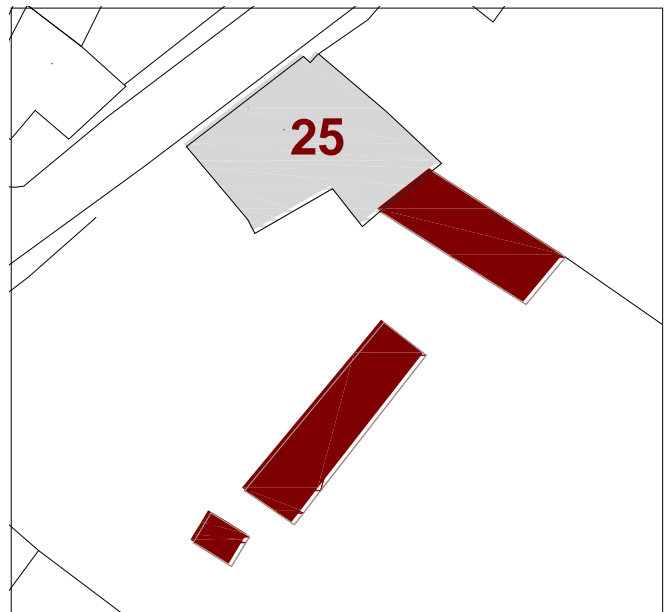
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNCÕES DO ANEXO:

- Arrecadações;
- Lojas para animais.



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 26

RUA: *Rua da Seara* Nº: 46

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1987

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)

MÉDIO (*150 a 300.000€*)

ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h 100%

12h 75%

08h 50%

Menos 25%

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

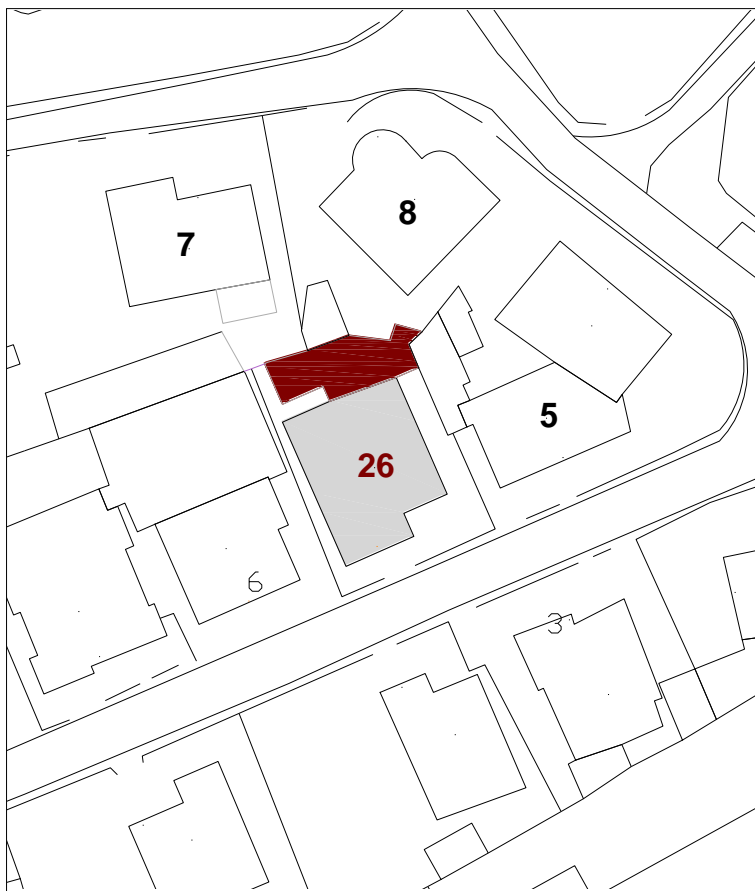
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 03

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1990



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

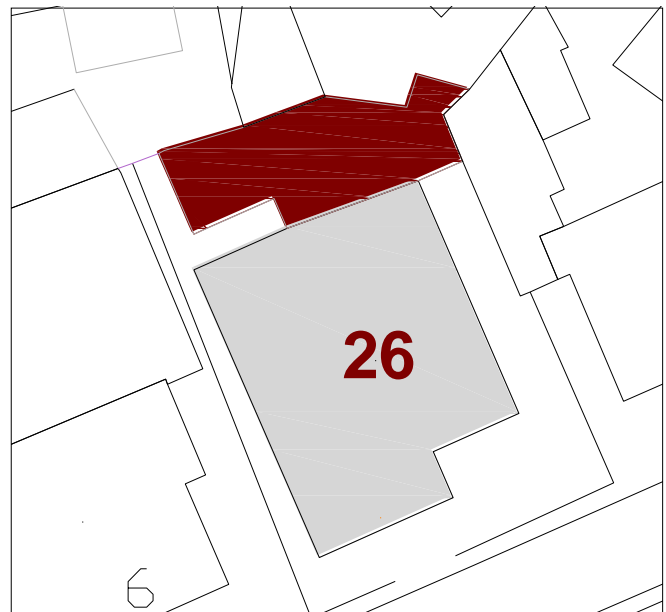
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Espaço ao ar livre;
- W.C;
- Tratamento roupas;
- Instalação de gás;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 27

RUA: *Loteamento do Bacelo* Nº: 83

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1999

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|--------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input checked="" type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

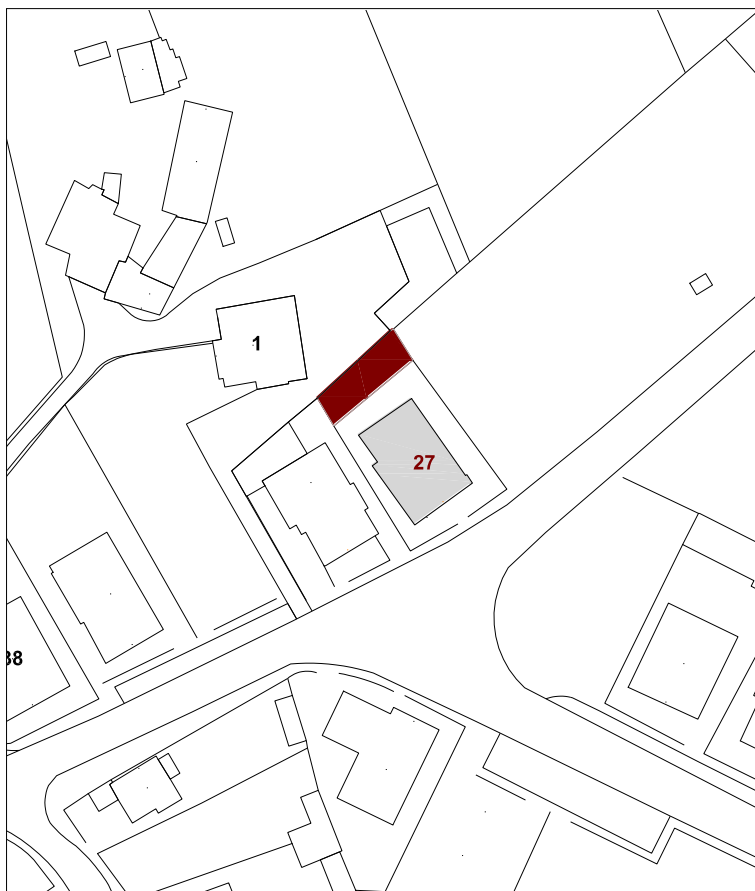
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1994



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

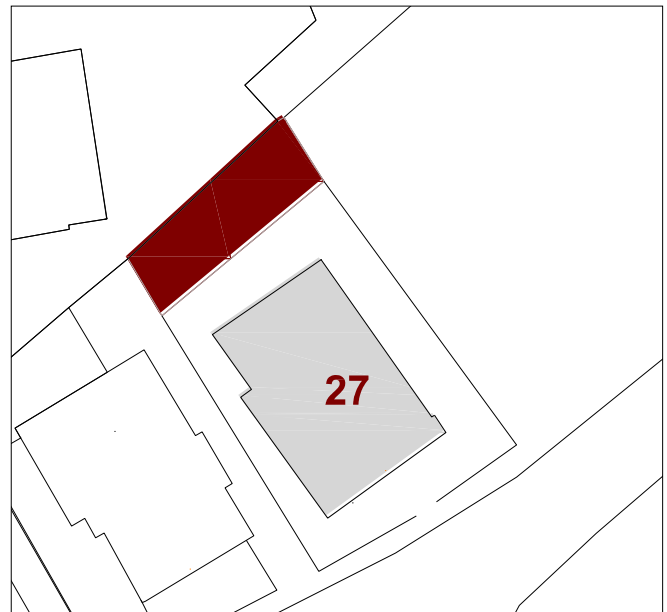
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Garagem;
- Espaços multiusos;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 28

RUA: *Rua das Azálias* Nº: 30

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1981

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|--------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input checked="" type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

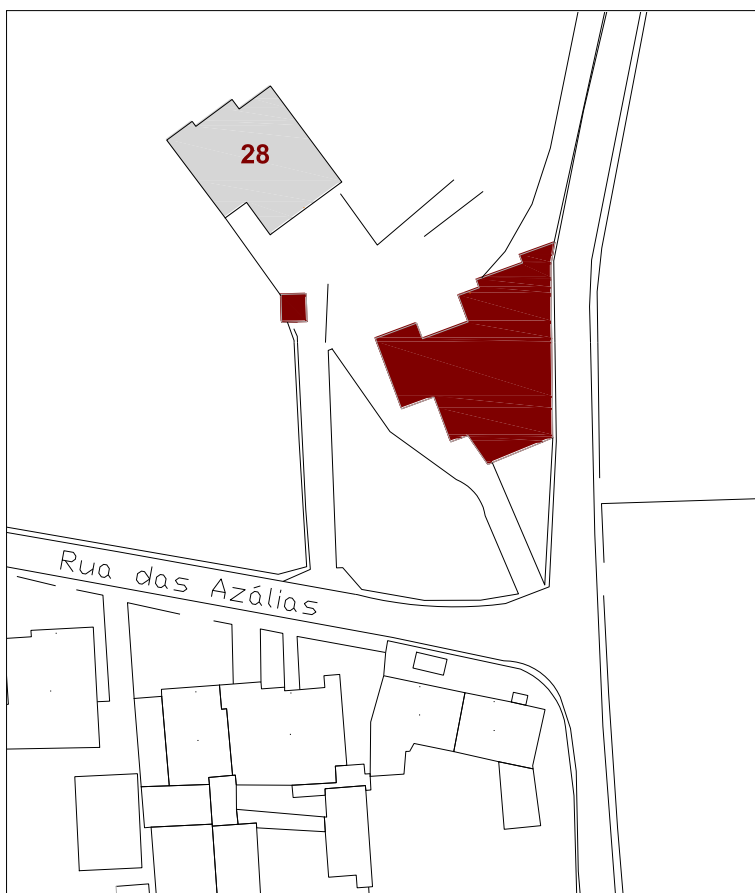
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 06

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1981



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input checked="" type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input checked="" type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

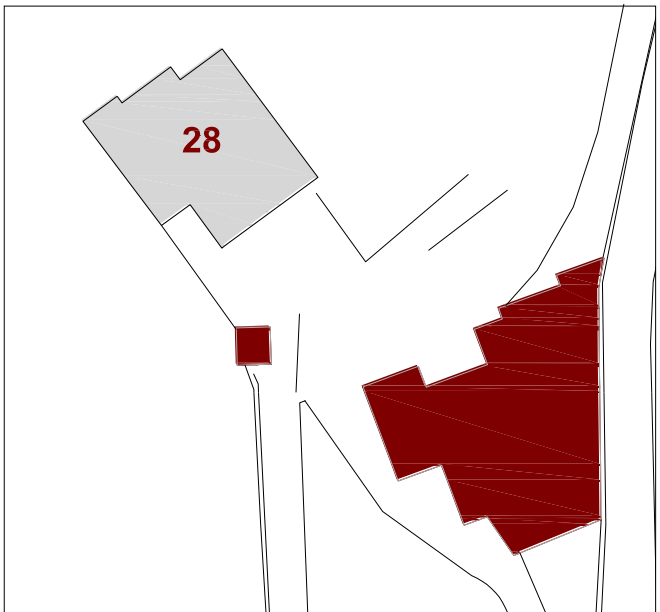
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNCÕES DO ANEXO:

- Espaço multiuso;
- Arrecadações;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 29

RUA: *Rua das Azálias* Nº: 306

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1976

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|--------------------------|------|--------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

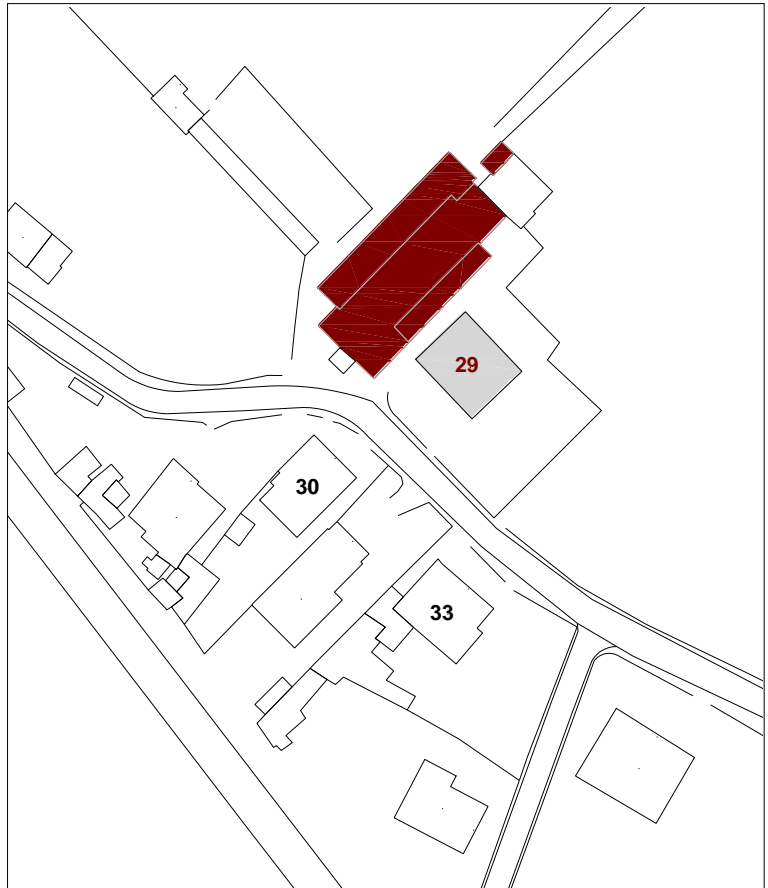
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

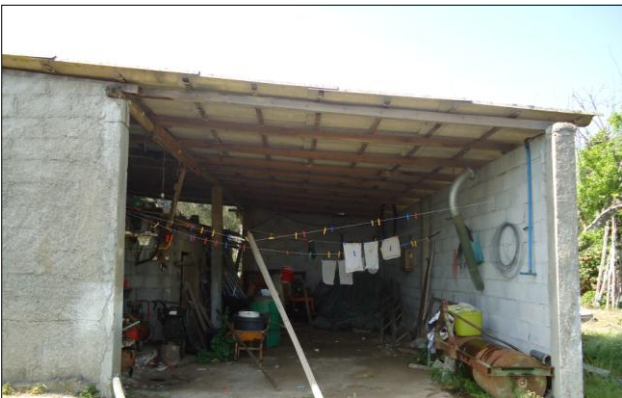
Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1976



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

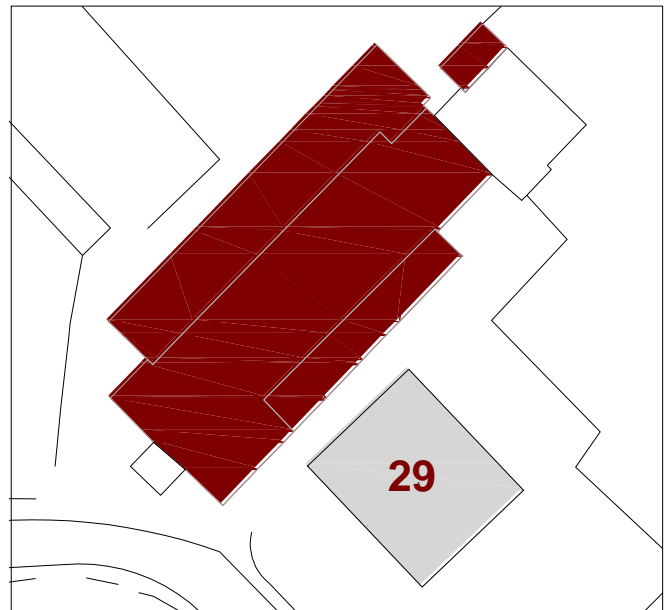
- | | | | |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------------|
| Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input checked="" type="checkbox"/> |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------------|

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- | | | | |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------------|
| Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input checked="" type="checkbox"/> |
|-----|--------------------------|-----|-------------------------------------|

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Oficinas
- Arrumos;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 30

RUA: *Rua das Azálias* Nº: 25

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1981

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)
 MÉDIO (*150 a 300.000€*)
 ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h	<input type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input checked="" type="checkbox"/>
08h	<input checked="" type="checkbox"/>	50%	<input type="checkbox"/>
Menos	<input type="checkbox"/>	25%	<input type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

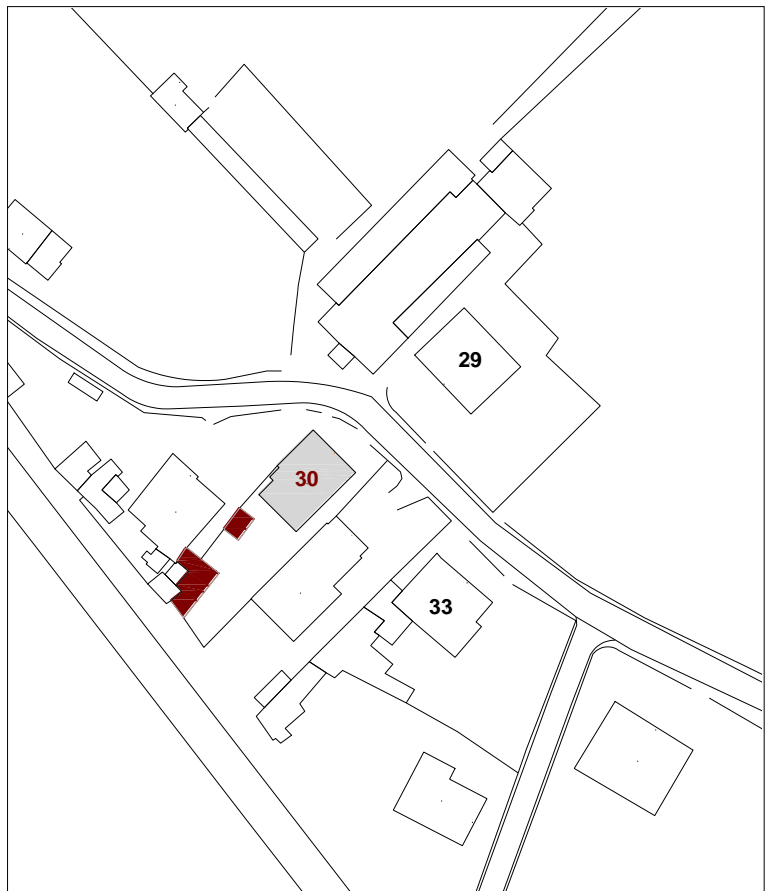
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 03

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1981



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNCÕES DO ANEXO:

- | | |
|----------------------|----------------------|
| - Oficina; | - Instalação de Gás; |
| - W.C; | - Arrecadação; |
| - Cozinha; | |
| - Tratamento Roupas; | |



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 31

RUA: *Rua das Azálias* Nº: 20

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1993

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

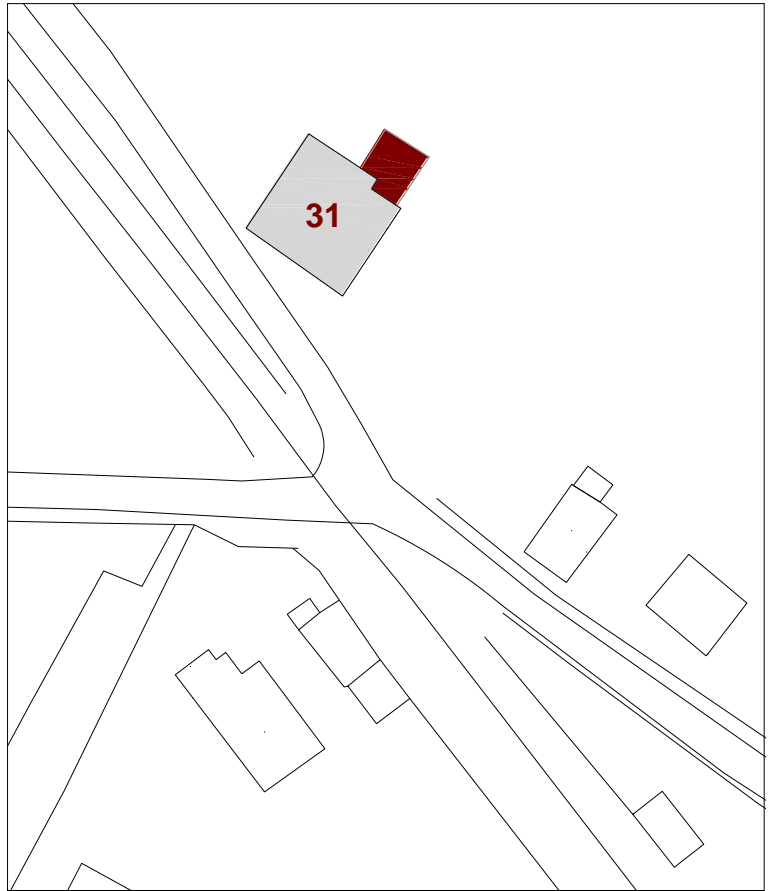
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1993



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

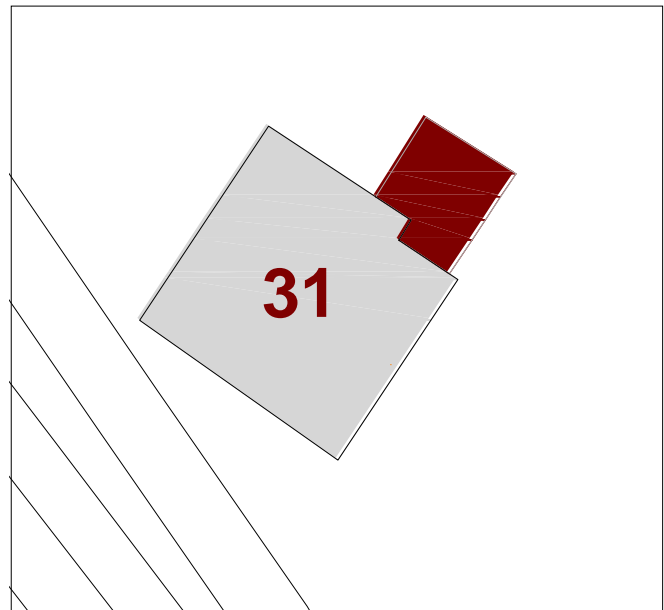
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Garagem;
- Arrecadação;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 32

RUA: *Rua das Azálias* Nº: 21

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1991

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

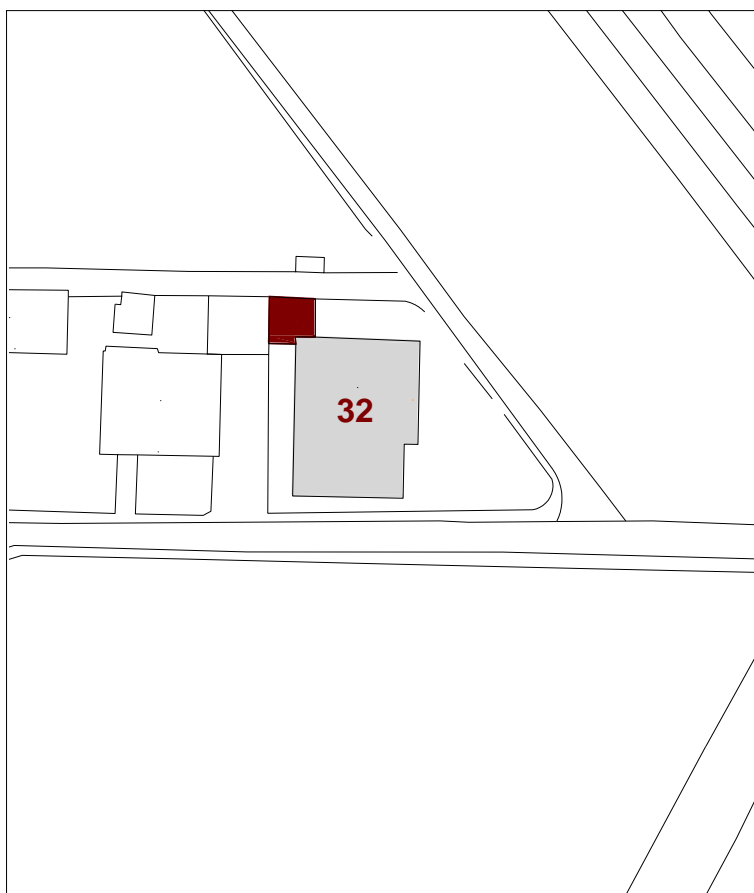
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1994



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input checked="" type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

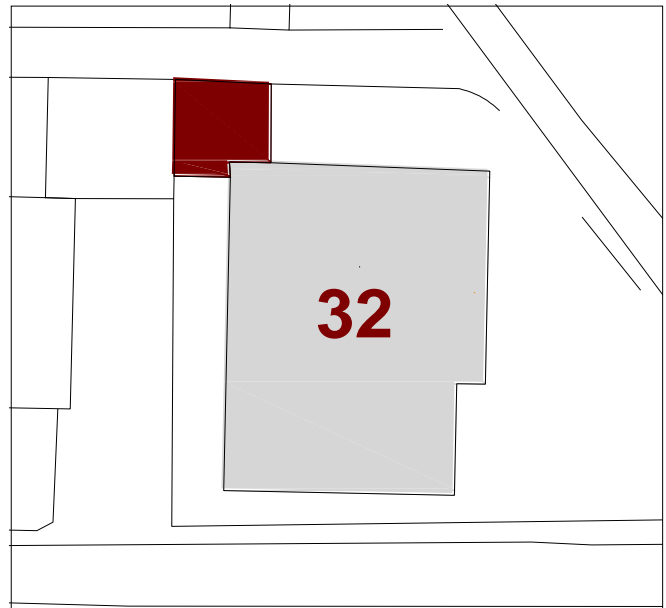
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNCÕES DO ANEXO:

- Garagem;
- Arrecadação.



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 33

RUA: *Rua sãs Azálias* Nº: 281

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1995

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h	<input type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input checked="" type="checkbox"/>
08h	<input checked="" type="checkbox"/>	50%	<input type="checkbox"/>
Menos	<input type="checkbox"/>	25%	<input type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

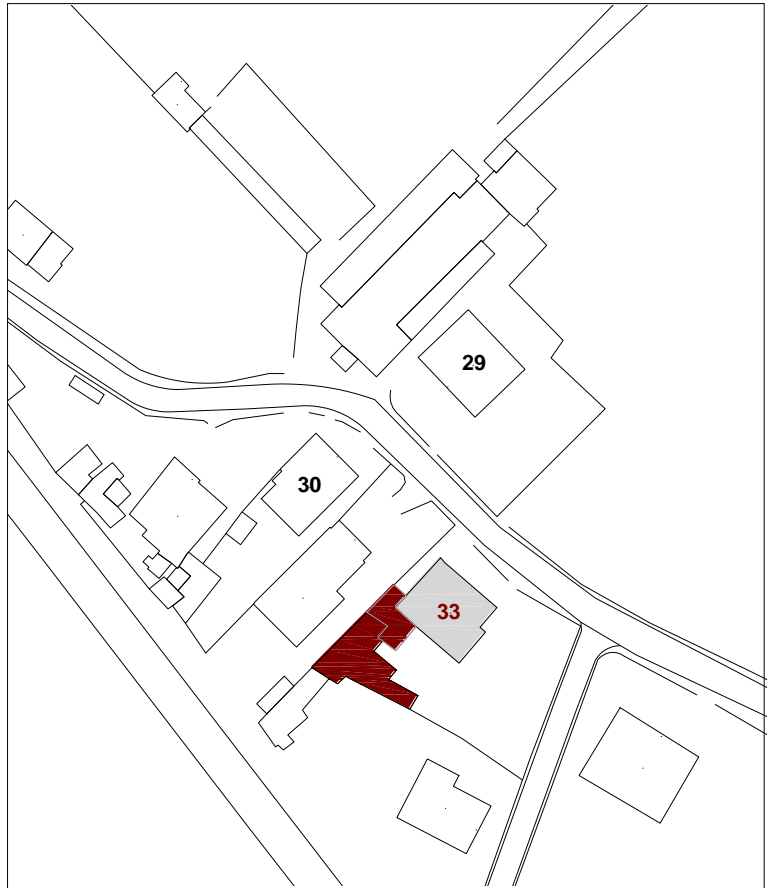
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

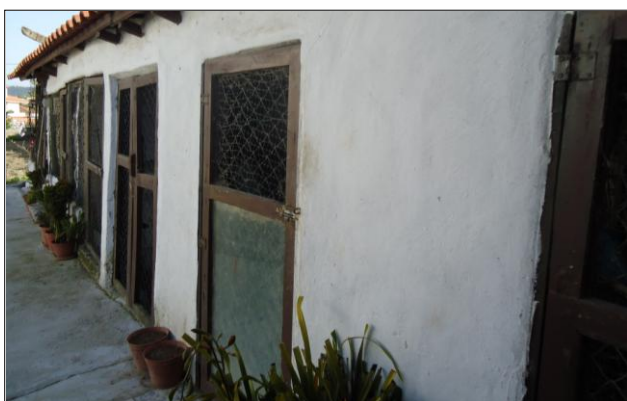
Nº Pessoas: 05

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1995



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

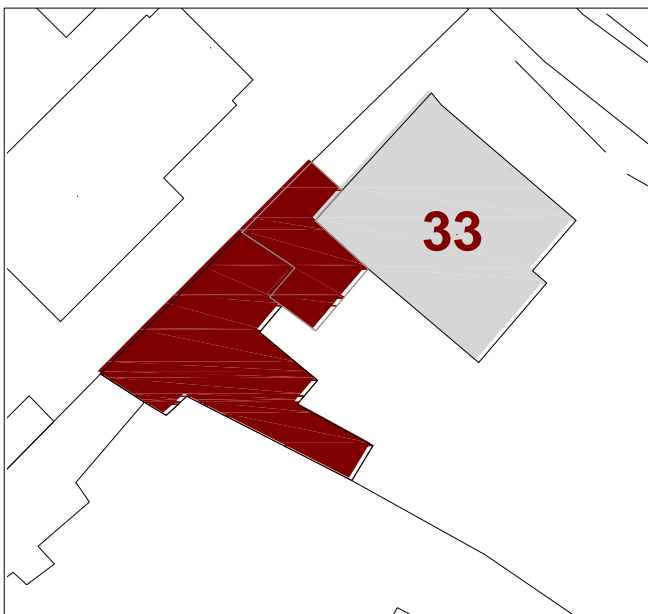
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Garagem;
- Espaços multiusos;
- Arrecadações;
- W.C.;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 34

RUA: *Rua do Landeiro* Nº: 144

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1990

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h	<input checked="" type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input checked="" type="checkbox"/>
08h	<input type="checkbox"/>	50%	<input type="checkbox"/>
Menos	<input type="checkbox"/>	25%	<input type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

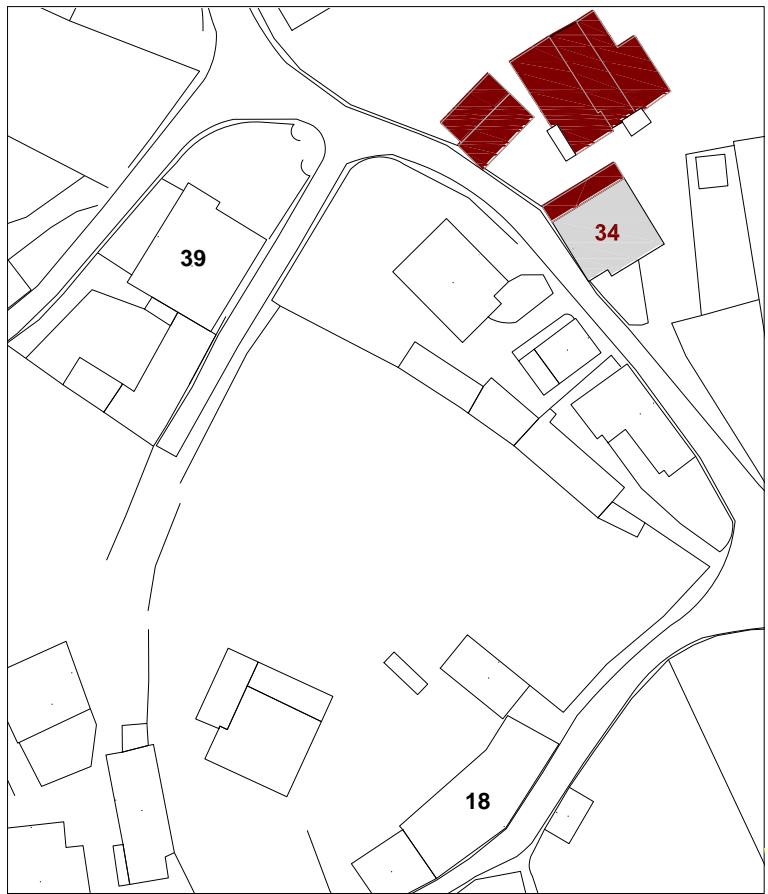
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 03

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1987



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

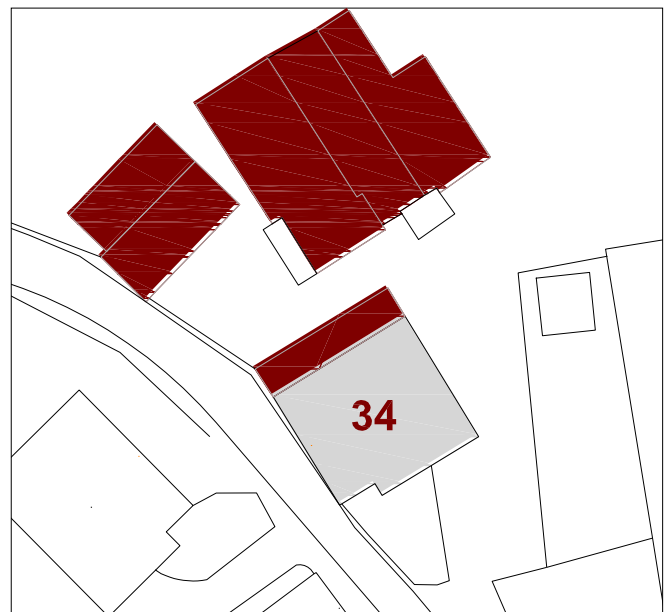
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Vacarias;
- Arrecadações;
- Espaço multiuso;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 35

RUA: *Rua do Landeiro* Nº: 434

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO:

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h	<input checked="" type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input type="checkbox"/>
08h	<input type="checkbox"/>	50%	<input type="checkbox"/>
Menos	<input type="checkbox"/>	25%	<input checked="" type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

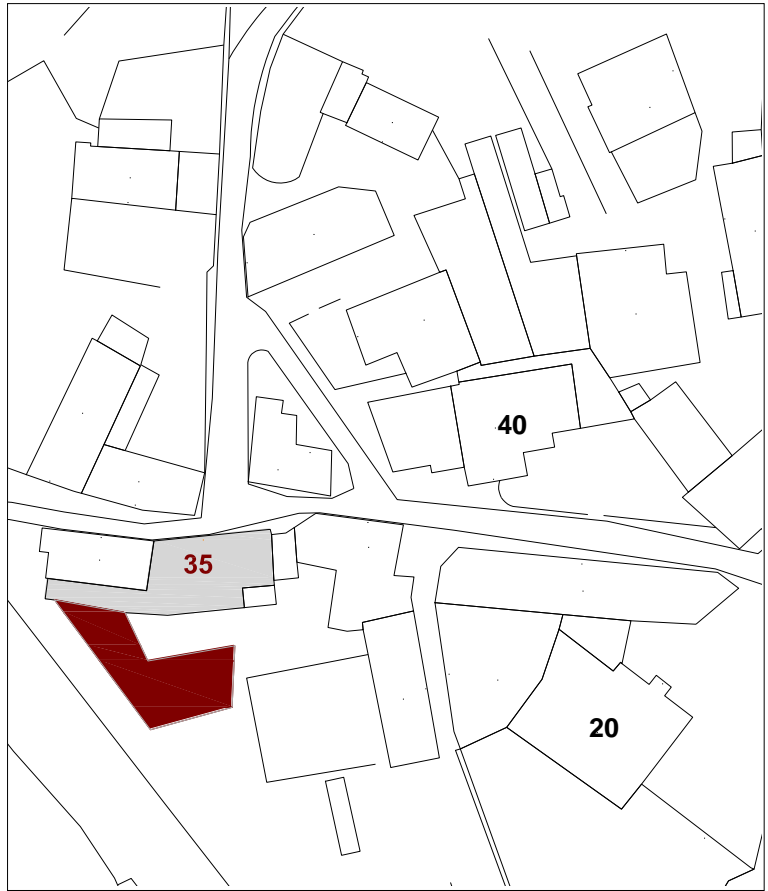
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 10

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO:



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

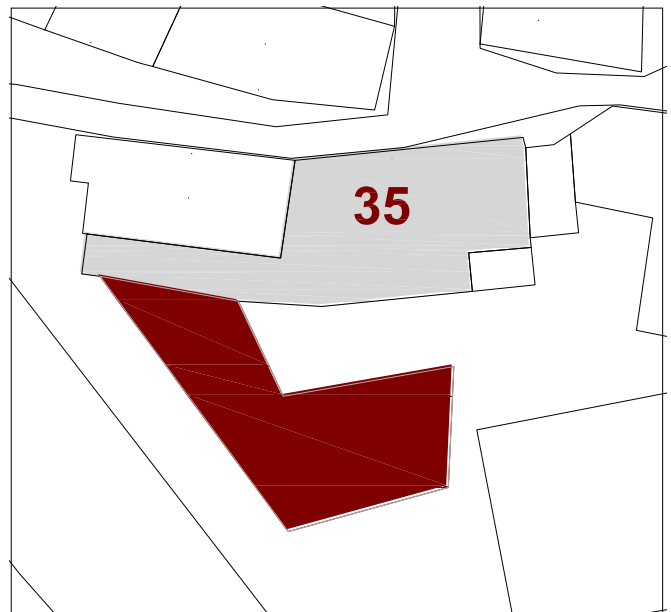
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- W.C;
- Arrecadações;
- Espaços multiusos;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 36

RUA: Nº: 187
 ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1995

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (Até 150.000€)
 MÉDIO (150 a 300.000€)
 ELEVADO (Acima de 300.000€)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

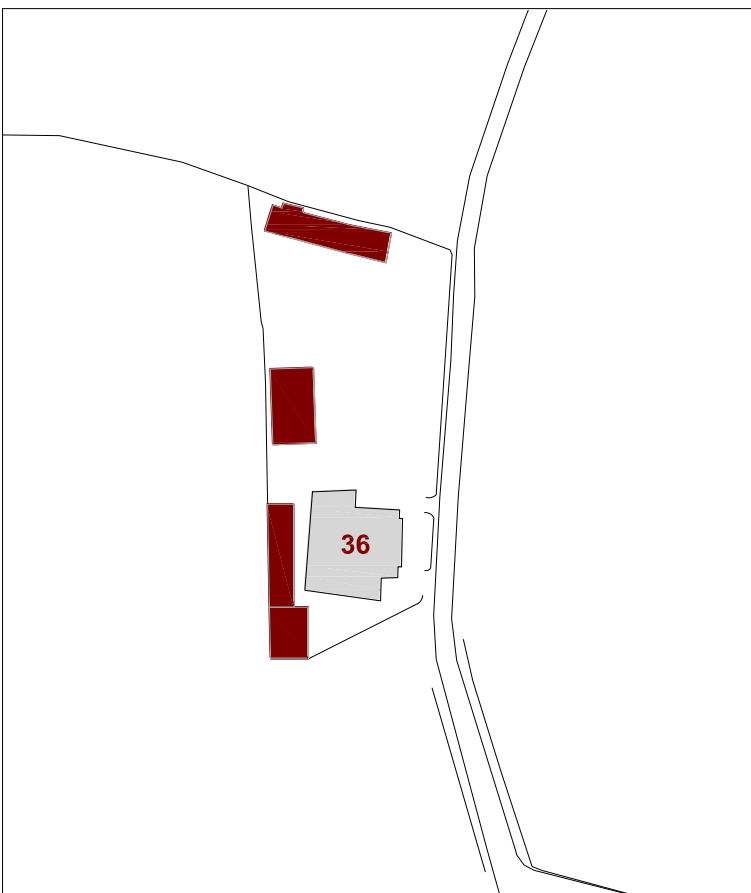
24h	<input type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input checked="" type="checkbox"/>
08h	<input checked="" type="checkbox"/>	50%	<input type="checkbox"/>
Menos	<input type="checkbox"/>	25%	<input type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04



AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1998



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input checked="" type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

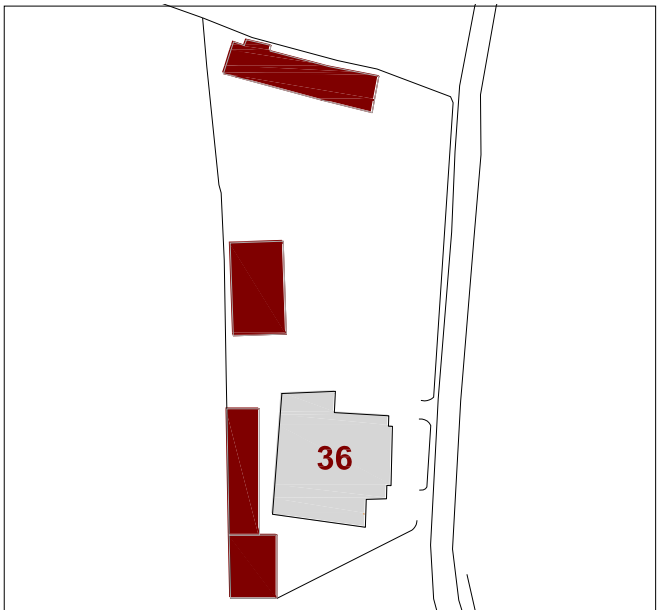
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- W.C.;
- Arrecadações;
- Instalações para animais;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 37

RUA: *Rua de Santo António* Nº: 126

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1982

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h	<input type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input checked="" type="checkbox"/>
08h	<input checked="" type="checkbox"/>	50%	<input type="checkbox"/>
Menos	<input type="checkbox"/>	25%	<input type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

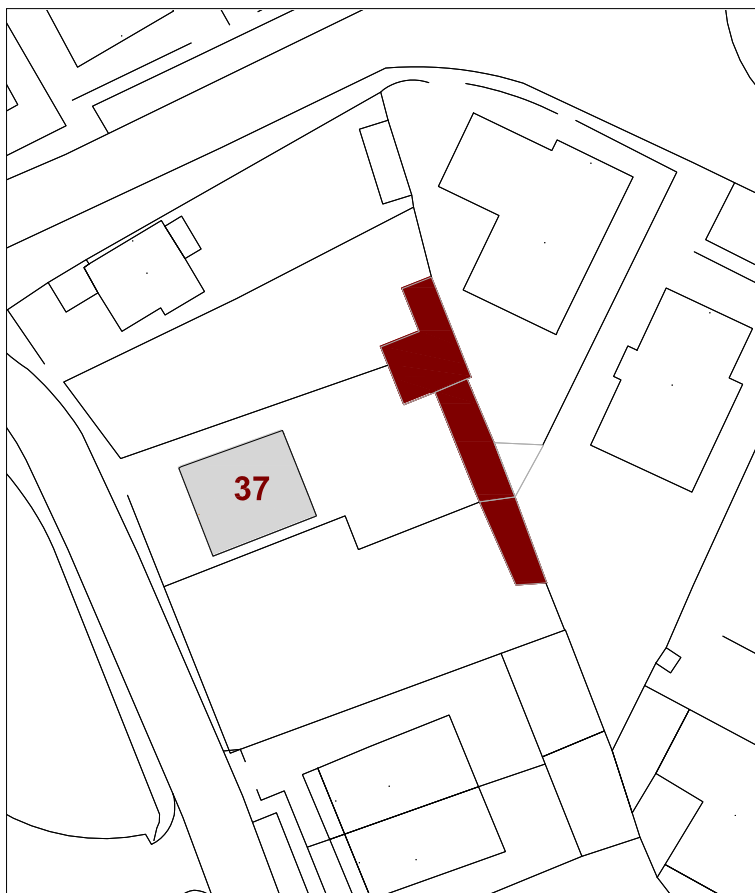
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

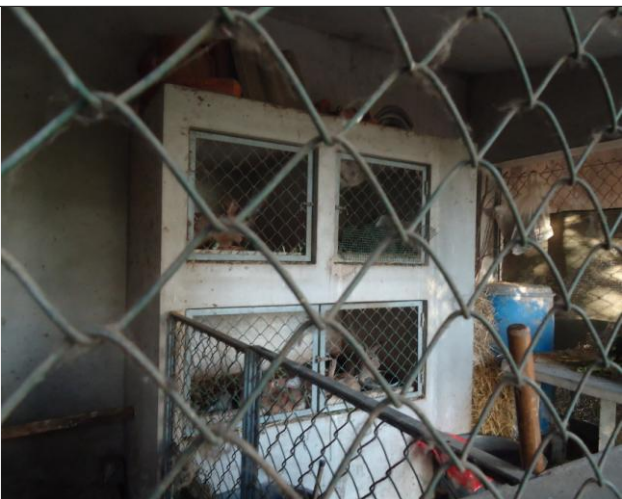
Nº Pessoas: 06

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1986



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

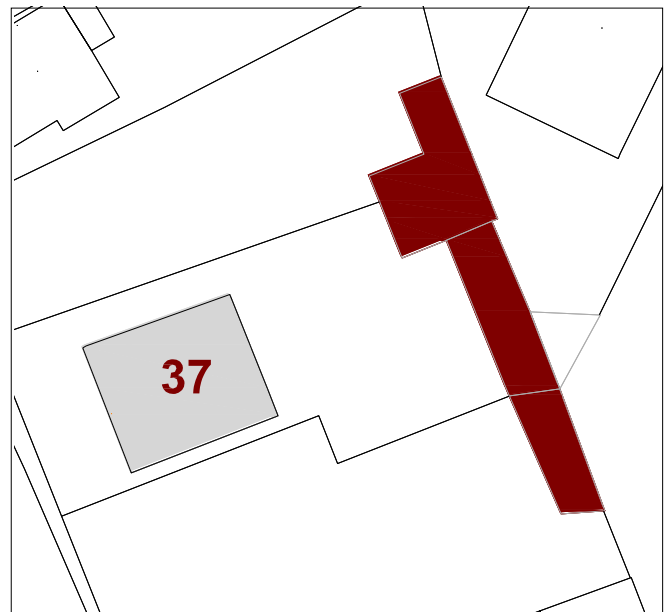
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNCÕES DO ANEXO:

- Garagem;
- W.C;
- Arrecadações;
- Espaços multiusos;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 38

RUA: *Loteamento do Bacelo* Nº: 17

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 2002

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)

MÉDIO (*150 a 300.000€*)

ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h 100%

12h 75%

08h 50%

Menos 25%

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

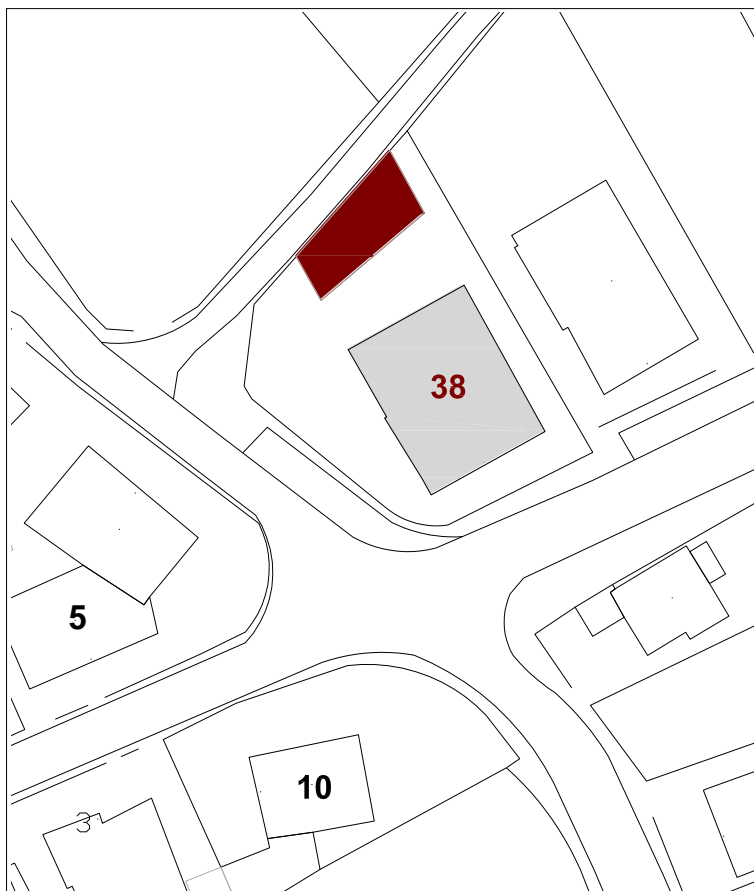
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1994



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|--------------|-------------------------------------|
| Com projecto | <input checked="" type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input checked="" type="checkbox"/> | Ilegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input checked="" type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input checked="" type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|-------------------------------------|
| Suprir Necessidades | <input checked="" type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

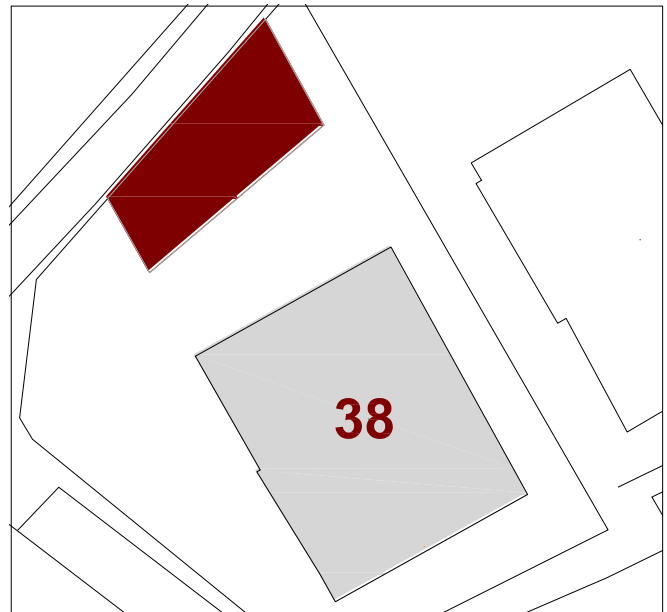
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Garagem;
- W.C;
- Arrumos;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 39

RUA: *Rua das Laminhas* Nº: 207

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1998

GRAU INVESTIMENTO:

BAIXO (*Até 150.000€*)

MÉDIO (*150 a 300.000€*)

ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

24h	<input type="checkbox"/>	100%	<input type="checkbox"/>
12h	<input type="checkbox"/>	75%	<input checked="" type="checkbox"/>
08h	<input checked="" type="checkbox"/>	50%	<input type="checkbox"/>
Menos	<input type="checkbox"/>	25%	<input type="checkbox"/>

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 03

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros: 

1

HABITAÇÃO



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1998



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

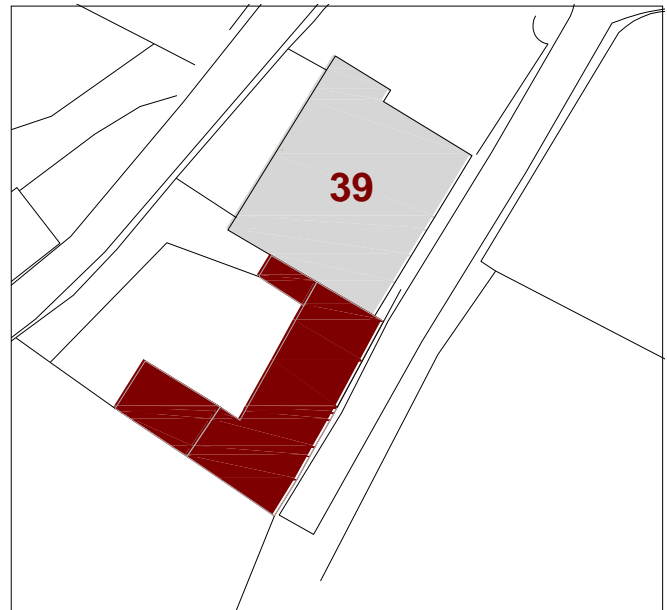
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Piscina;
- Balneários;
- Instalações Gás;
- Arrecadações;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 40

RUA: *Loteamento do Bacelo* Nº: 57

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1993

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input checked="" type="checkbox"/> | 75% | <input type="checkbox"/> |
| 08h | <input type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input checked="" type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1994



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

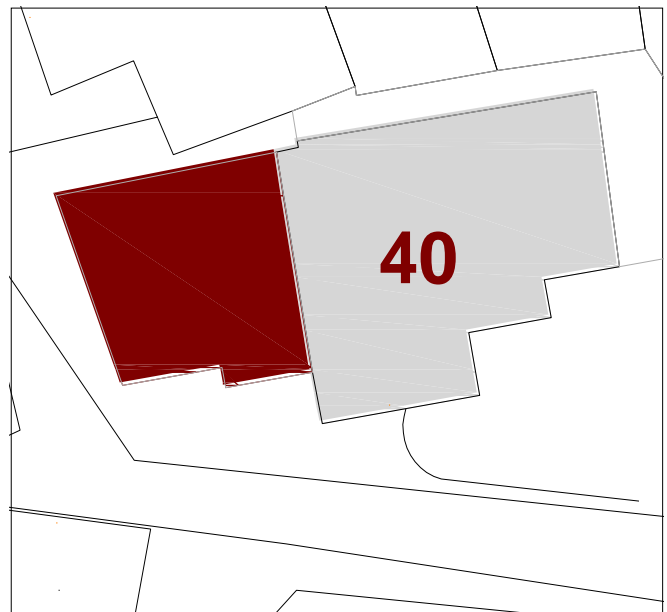
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Garagem;
- Sala polivalente;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 41

RUA: *Travessa de Santo António* Nº: 44

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 1980

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
- MÉDIO (*150 a 300.000€*)
- ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

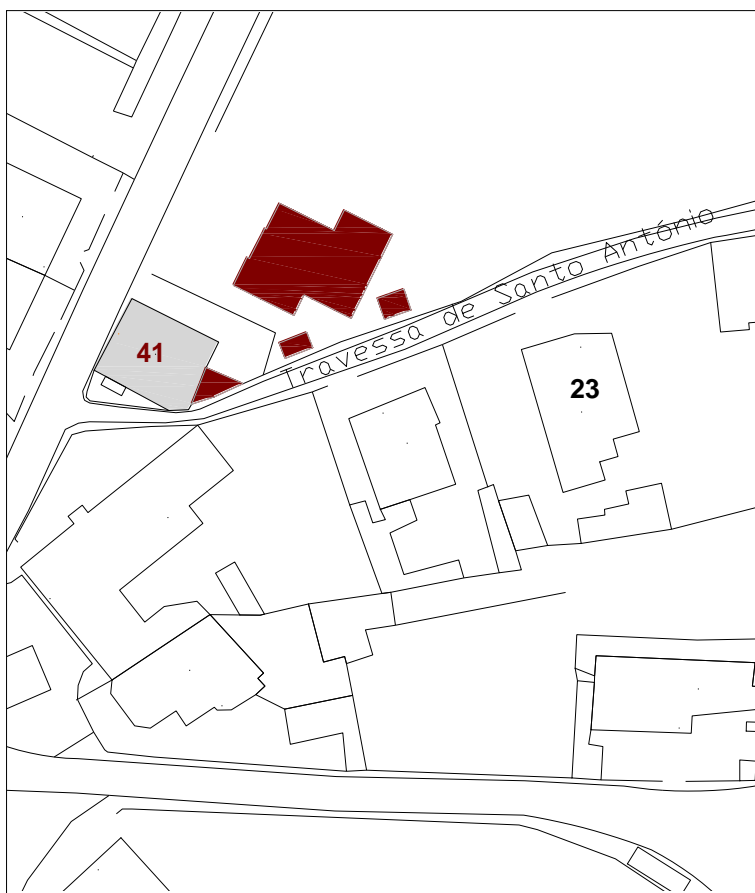
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 1998



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Ilegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

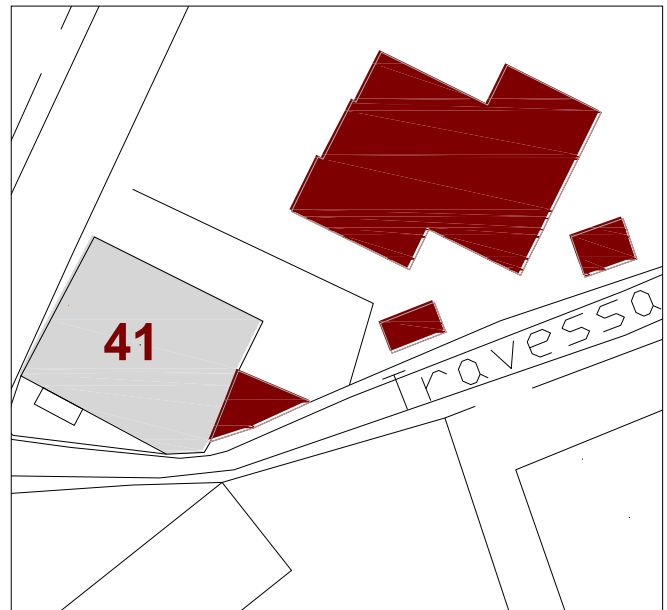
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Garagem;
- Arrumações;



FICHA DE LEVANTAMENTO

Nº 42

RUA: *Loteamento do Bacelo* Nº: 204

ANO CONSTRUÇÃO HABITAÇÃO: 2001

GRAU INVESTIMENTO:

- BAIXO (*Até 150.000€*)
MÉDIO (*150 a 300.000€*)
ELEVADO (*Acima de 300.000€*)

OCUPAÇÃO DIA: TAXA DE OCUPAÇÃO:

- | | | | |
|-------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| 24h | <input type="checkbox"/> | 100% | <input type="checkbox"/> |
| 12h | <input type="checkbox"/> | 75% | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 08h | <input checked="" type="checkbox"/> | 50% | <input type="checkbox"/> |
| Menos | <input type="checkbox"/> | 25% | <input type="checkbox"/> |

HABITAÇÃO À MEDIDA DO UTILIZADOR:

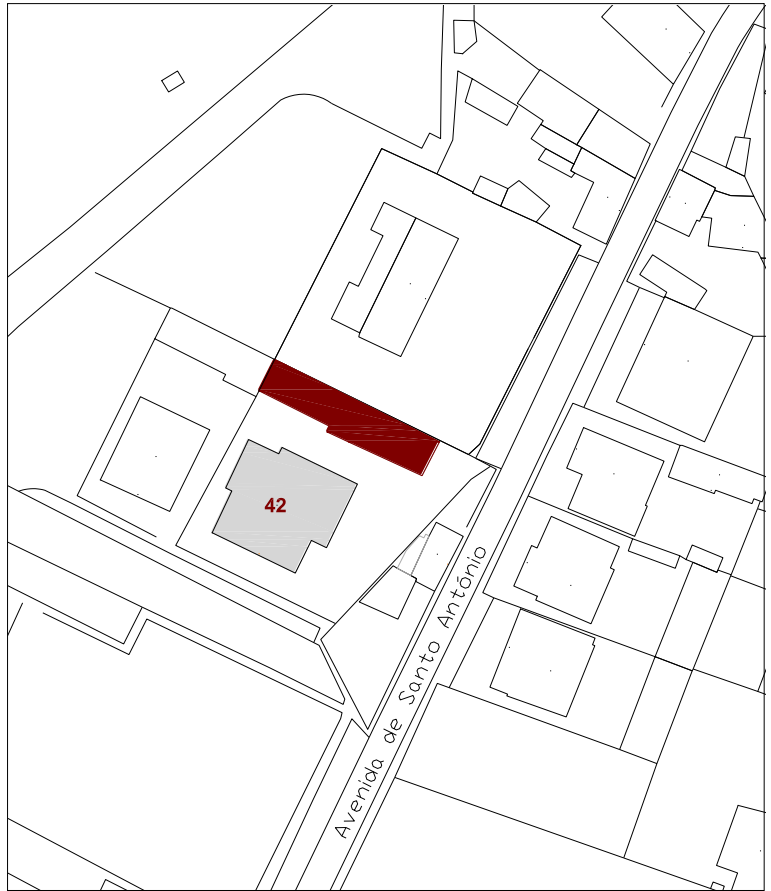
Sim Não

REQUISITOS DA CONSTRUÇÃO:

Nº Pessoas: 04

AUTOR/TÉCNICO DA CONSTRUÇÃO:

Arquitecto Engenheiro Desenhador Outros:



ANO CONSTRUÇÃO ANEXO: 2001



ANEXO CONCEBIDO:

- | | | | |
|-------------------------|--------------------------|--------------|--------------------------|
| Com projecto | <input type="checkbox"/> | Sem projecto | <input type="checkbox"/> |
| Legal | <input type="checkbox"/> | Illegal | <input type="checkbox"/> |
| Simultâneo c/ Habitação | <input type="checkbox"/> | Posterior | <input type="checkbox"/> |
| Autoconstrução | <input type="checkbox"/> | Empreitada | <input type="checkbox"/> |

OBJECTIVOS DO ANEXO:

- | | |
|------------------------|--------------------------|
| Suprir Necessidades | <input type="checkbox"/> |
| Constituir Complemento | <input type="checkbox"/> |
| Alternativa | <input type="checkbox"/> |
| Peça decorativa | <input type="checkbox"/> |

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO ARQUITECTÓNICO:

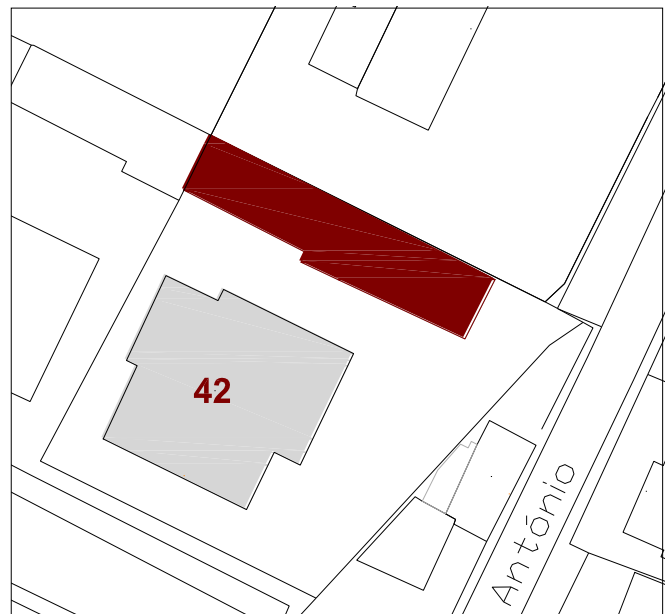
- Sim Não

ANEXO ENQUANTO ELEMENTO DEPRECIADOR:

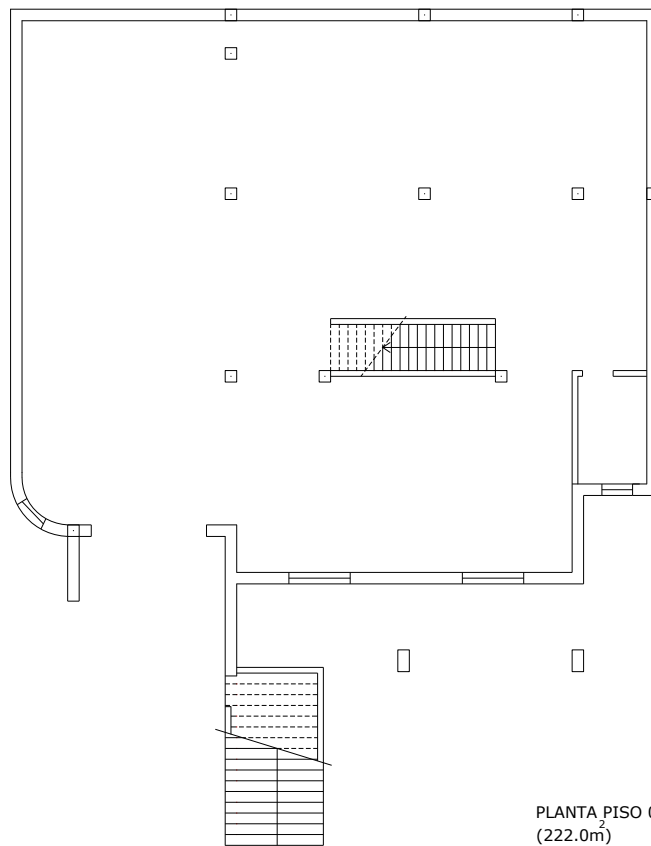
- Sim Não

FUNÇÕES DO ANEXO:

- Oficina;
- W.C;
- Cozinha;
- Sala polivalente;
- Instalação de Gás;
- Arrecadação;

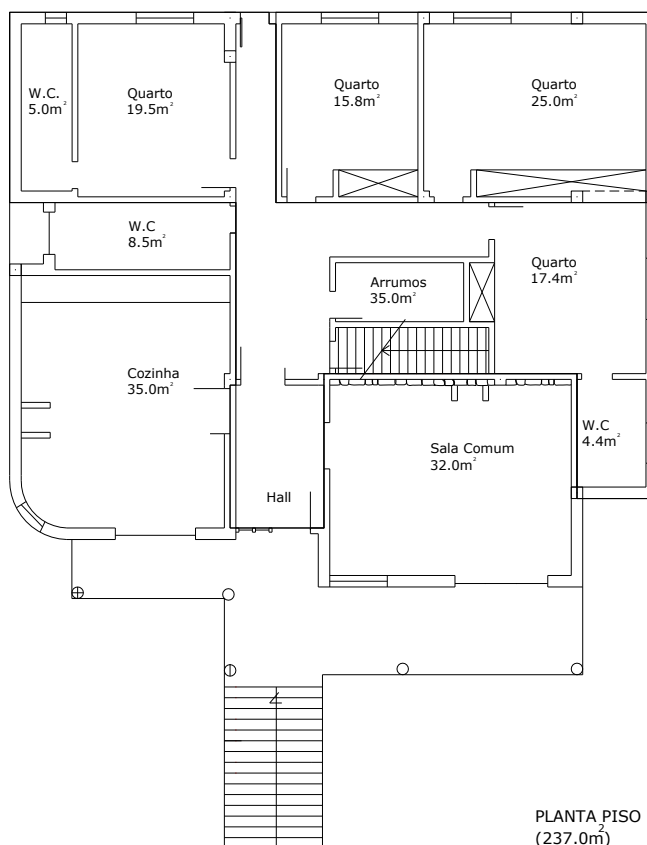


CAPÍTULO V – Caso Representativo

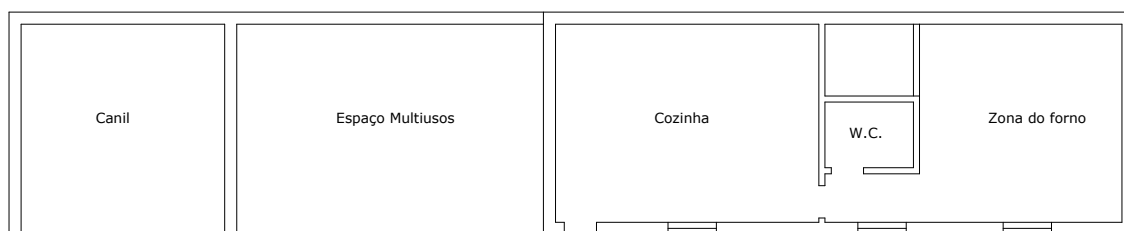


PLANTA PISO 0
(222.0m²)

CAPÍTULO V – Caso Representativo



CAPÍTULO V – Caso Representativo



ANEXO²
80.59 m²



Alexandra Canelas <alexandra.canelas@gmail.com>

RE: padedido de esclarecimentos CRM:0005110

1 mensagem

CSC - CENTRO DE SERVIÇO A CLIENTES <sce@adene.pt>

21 de outubro de 2011 11:09

Para: "alexandra.canelas@gmail.com" <alexandra.canelas@gmail.com>

Exma. Alexandra Canelas,

no seguimento da questão colocada, vimos por este meio apresentar os seguintes esclarecimentos:

O simulador da ADENE – Agência para a Energia resulta de uma acção destinada a melhor informar os consumidores sobre o Sistema Português de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior de Edifícios (SCE), e pretende indicar de uma forma simples e directa qual a classe energética que uma determinada fracção autónoma (FA) possui (à semelhança do que acontece com os electrodomésticos) indicando também as necessidades que a FA tem para aquecimento, arrefecimento, produção de água quente sanitária e também a quantidade de emissões com gases de efeito de estufa.

Em Portugal a face visível do SCE é o Certificado Energético (CE) que apresenta os parâmetros acima indicados, e é emitido por pessoal qualificado, com habilitações profissionais específicas, e que são designados por Peritos Qualificados (PQ).

O algoritmo de cálculo deste simulador baseia-se num decreto-lei português, DL 80/2006 de 4 de Abril, e contém um conjunto de simplificações aos diversos parâmetros de cálculo que são necessários introduzir para obter um cálculo rigoroso. Face aos elementos que constam da base de dados do simulador, à metodologia utilizada e às simplificações realizadas (que se baseiam em valores expectáveis para as variáveis que são simplificadas) foi possível observar que os resultados obtidos com o simulador apresentam desvios pouco relevantes, servindo assim de ferramenta expedita e fiável.

No entanto, a utilização deste simulador nunca poderá ser considerada como um substituto do trabalho do PQ e das suas competências, as quais garantem, através de visita à fracção e de um cálculo detalhado, a real determinação do desempenho energético do edifícios analisados.

Com os melhores cumprimentos,

Centro de Serviço a Clientes

ADENE - Agência para a Energia
Rua Dr. António Loureiro Borges, 5 - 6º.
Arquiparque - Miraflores
1495-131 Algés - Portugal
Tel. [+351 214722800](tel:+351214722800) Fax. [+351 214722898](tel:+351214722898)
email. sce@adene.pt - web. www.adene.pt

----- Mensagem original -----

De: alexandra.canelas@gmail.com**Recebido:** 14-10-2011 17:53**Para:** CSC - CENTRO DE SERVIÇO A CLIENTES**Assunto:** padedido de esclarecimentos

Boa Tarde.

No seguimento do contacto telefónico de 14-10-2011,
venho por este meio solicitar que me sejam enviados (para efeitos académicos) via email, os respectivos esclarecimentos que enunciam o simulador casA+ como um simulador fidedigno, assim como os valores

de referência tidos em consideração para os resultados finais apresentados pelo mesmo simulador.

Ao cuidado de Rui Fragoso.

Com os maiores cumprimentos,

Alexandra Canelas
